

SESSÕES DO PLENÁRIO

31ª Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 21 de dezembro de 2020. Sessão realizada por meio virtual.

PRESIDENTE: DEPUTADO NELSON LEAL

À hora marcada, 14h46, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos(as) senhores(as) Deputados(as): Aderbal Fulco Caldas, Adolfo Menezes, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Angelo Almeida, Antônio Henrique Júnior, Bobô, Capitão Alden, Carlos Geilson, Dal, David Rios, Diego Coronel, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Fátima Nunes Lula, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jacó Lula da Silva, Josafá Marinho, José de Arimateia, Júnior Muniz, Jurailton Santos, Jurandy Oliveira, Jusmari Oliveira, Laerte do Vando, Luciano Simões Filho, Marcelinho Veiga, Marcelino Galo Lula, Maria del Carmen Lula, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Nelson Leal, Neusa Lula Cadore, Niltinho, Olivia Santana, Osni Cardoso Lula da Silva, Pastor Isidório Filho, Paulo Câmara, Paulo Rangel Lula da Silva, Pedro Tavares, Roberto Carlos, Robinho, Robinson Almeida Lula, Rosemberg Lula Pinto, Samuel Junior, Sandro Régis, Soldado Prisco, Talita Oliveira, Tiago Correia, Tom Araújo, Tum, Vitor Bonfim, Zé Cocá, Zé Raimundo Lula e Zó. (59) A Deputada Fabíola Mansur teve a falta justificada.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão extraordinária com o objetivo de apreciar os seguintes projetos: o Projeto de Lei n.º 24.003/2020, do Poder Executivo, o Projeto de Lei n.º 24.014/2020 e o Projeto de Decreto Legislativo 2.922/2020.

Temos aqui sobre a Mesa...

(Lê) “Cumprimentando V. Ex.ª, com fundamento no art. 120, inciso I, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, disposto na Resolução nº 1.193, de 17 de janeiro de 1985, solicito que seja retirado o 24.014, que altera a Lei n.º 12.365, de 30 de novembro de 2011, para instituir o Programa Aldir Blanc Bahia, em cumprimento à Lei Federal nº 14.017, de 29 de junho de 2020”.

Eu já tenho aqui o de acordo, não preciso nem fazer a solicitação, do líder do Governo, Rosemberg Pinto.

(Lê) “Os Deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma Sessão Extraordinária, a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar:

Projeto de Lei nº 24.003/2020 de autoria do Poder Executivo que Dispõe sobre a remissão parcial e redução de multas e acréscimos moratórios de débitos tributários do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, relativos à glosa de créditos fiscais, na forma que especifica.

Requerimento de Urgência Nº 9.693/2020 para o Projeto de Lei nº 24.039/2020 que Dispõe sobre a remissão parcial e a redução de juros e multas de débitos tributários de Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, relacionados à glosas de créditos fiscais, de contribuintes que exerçam as atividades econômicas de extração e refino de petróleo e gás natural, na forma que especifica.

Requerimento de Prioridade Nº 9.694/2020 para o Projeto de Lei nº 23.886/2020 que Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2021, e dá outras providências.

Requerimento de Prioridade Nº 9.695/2020 para o Projeto de Lei nº 23.994/2020 que Dispõe sobre a Revisão do Plano Plurianual 2020-2023, instituído pela Lei nº 14.172, de 06 de novembro de 2019, e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 23.886/2020 que Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2021, e dá outras providências.

Sala das Sessões, 21 de dezembro de 2020.”

Aqui, também, eu requeiro, na forma...

São os requerimentos...

(A Sr.^a Rita Araújo: São os requerimentos dando prioridade.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): (...) prioridade... “tarará-tará-tará”...

Pronto. Isso aqui entra na próxima sessão extraordinária, se assim ocorrer.

Não há expediente a ser anunciado.

Não há manifestação de oradores no Pequeno Expediente.

Grande Expediente.

Não há orador inscrito.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Horário das Representações Partidárias.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o representante do PSOL para falar ou indicar orador, pelo tempo de 2 minutos.

Antes, eu quero, aqui, deixar o nosso abraço ao nosso amigo, líder do Governo, deputado Rosemberg Pinto, que está aí, foi positivado para a Covid. Tenho certeza de que V. Ex.^a vai se restabelecer o mais rapidamente possível. Todos nós lhe desejamos melhoras e que Deus continue iluminando essa sua vida repleta de sucesso e de conquista. Um abraço, saudade de você, meu irmão.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): V. Ex.^a está querendo pela ordem?

Deputado Rosemberg, pela ordem, deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Oi.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Está aberto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Estão me ouvindo agora?

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas, na realidade, o primeiro ponto é para agradecer a cada deputado, a cada deputada pela manifestação. Recebi de vários colegas, de quase todos os 63 deputados da Casa, manifestação de solidariedade. Eu quero só afirmar que estou bem.

Na realidade, no sábado eu fui a Itajuípe. Eu acredito que lá devo ter entrado em contato com alguém que estava com Covid. E na terça-feira eu senti um pouco de coriza e, aí, eu comecei a tomar já as providências. Testei. Deu positivo. Eu estou em isolamento, mas cumprindo as atividades virtuais sem nenhum problema. Ontem, eu fiz uma tomografia. Zero de problema. E eu espero que continue assim.

Então, eu quero, aqui, agradecer a todos os companheiros e companheiras.

Se eu tiver, inclusive, que me ausentar da sessão por algum motivo, o deputado Robinson Almeida estará aí, sem nenhum problema, junto com os outros líderes do Governo. Mas é porque foi com ele que eu consegui fazer contato hoje, pela manhã. E falei um pouquinho do que nós estávamos pensando.

E, Sr. Presidente, eu tenho conversado muito com o deputado Sandro Régis na a perspectiva de buscar alguns caminhos. Falei, inclusive, a ele que fiz o pedido de retirada do projeto Aldir Blanc. Esse é o projeto que transfere recursos para os diversos municípios e para os diversos atores, atrizes, produtores culturais e requer, obviamente, esse pró-ajuste para fazer as transferências para os determinados interessados.

Então, o meu projeto era retirar, colocar a urgência, e se votaria até a próxima semana. Conversei com o deputado Sandro Régis, faço este apelo...

Inclusive, disse a ele que são várias cidades. Quando conversei com ele, Pedro Tavares estava lá. Para Itapetinga, são R\$ 500 mil que vão ser destinados para a cidade. Peguei-a como exemplo porque Pedro estava, mas são todas as cidades, pontos de cultura. Então, é algo que importa para a sociedade baiana, principalmente para esse grupo de atores culturais.

Se houver acordo... Generosidade eu sei que há da parte de Sandro e dos demais deputados. Se houver a possibilidade de a gente votar hoje por acordo – é um projeto apenas para regulamentar isso –, aí, na hora-h, eu não retirarei. Precisaria de uma manifestação do deputado. Se não, segue o procedimento local.

Mas como eu sou um cara que sempre acredita no olhar, na beleza do coração das pessoas, eu tenho a convicção de que o deputado Sandro Régis vai convencer a bancada para a gente votar esse projeto, que interessa aos produtores culturais baianos.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o representante do PSOL para falar ou indicar orador, pelo tempo de 2 minutos.

Deputado Hilton.

O Sr. HILTON COELHO: O.k., presidente, eu começo a falar agora. Então, contar os meus 2 minutos, que são tão exíguos, e é preciso cronometrar certinho.

Primeira coisa é desejar saúde ao líder do Governo, deputado Rosemberg. Fiquei sabendo da notícia hoje. Claro, quando a gente recebe uma notícia como essa, a tendência logo é de um sentimento de aflição pelo que pode vir a acontecer. E é muito bom ver o deputado aqui, com apenas, pelo menos, sintomas bastante leves.

Então, nós desejamos muita saúde, deputado, que V. Ex.^a passe por esse momento, que, de alguma forma, é um momento de incerteza, da melhor forma possível.

Bom, Sr. Presidente, nós queremos marcar duas questões aqui, nesse tempo do PSOL, muito rapidamente. A primeira coisa é a situação da ocupação Nova Canaã em Santo Antônio de Jesus. Um conjunto de dezenas de famílias que ainda estão sob o manto da incerteza na cidade de Santo Antônio de Jesus em relação ao seu direito à moradia.

A ocupação Nova Canaã foi feita mais de 3 anos atrás. A Assembleia Legislativa, através da Comissão de Direitos Humanos, vem acompanhando essa situação há mais ou menos esse tempo, mais de 2 anos de acompanhamento dessa situação. E, agora, a situação culminou num aumento de tensão muito grande com o grupo Neoenergia, que é o grupo que possui a concessão para fazer o trabalho da Coelba.

Esse grupo, a nosso ver, não tem dado sinalizações, realmente, de responsabilidade social. Então, as negociações têm sido difíceis. E o grupo apelou para a Justiça, tentando uma decisão judicial pela reintegração de posse.

O Judiciário se sensibilizou a partir de um trabalho que foi feito pelas organizações do movimento social, advogadas, advogados. A Defensoria Pública do Estado da Bahia, mais uma vez com um papel tão importante na defesa dos interesses da nossa população, conseguiu fazer com que essa liminar que definia a reintegração de posse para 20 dias após a data de notificação... possivelmente, já agora, em dezembro, as famílias teriam que sair das suas casas. E as suas casas, que já são casas de alvenaria consolidada, seriam derrubadas devido a um laudo que não corresponde à realidade em relação à questão da linha de servidão da Coelba que passa por aquela propriedade.

Então, conseguimos que fosse adiada por 1 mês e meio essa perspectiva de saída das famílias.

E agora é preciso que a prefeitura...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Para concluir, deputado.

O Sr. HILTON COELHO: Para concluir, presidente.

(...) que a prefeitura de Santo Antônio de Jesus ou o governo do estado...

Então, nós queríamos apelar, aqui, mais uma vez para o governador Rui Costa, para o secretário Nelson Pelegrino, que pode fazer esse acordo e uma permuta entre os terrenos, fazendo com que esses dados que têm dado um exemplo muito triste para o Brasil em relação à questão fundiária...

Não preciso falar aqui dos detalhes da Operação Faroeste. Nós temos uma situação em que milhares de hectares de terra são desviados por um sistema de máfia no Oeste baiano e nós temos, ao mesmo tempo, uma nesga de terra, Sr. Presidente, é muito pouca terra... dezenas de famílias podem, simplesmente, ver suas casas serem tratoradas numa ação truculenta a partir das iniciativas desse grupo Neoenergia que, como eu disse, não tem demonstrado nenhuma posição de responsabilidade social.

E, por fim, Sr. Presidente, só para concluir, porque a gente tem dificuldade de ver aqui, no cronômetro, mas eu não poderia deixar de registrar a situação de um agente da polícia civil, Sr. Marcos Oliveira, que tem feito um conjunto de denúncias em relação a um esquema de milícias na região do Litoral Norte da Bahia. Ele passou por situações que são situações muito preocupantes, até de ameaças à sua vida.

A nosso ver, todos os elementos levam à conclusão de que é um policial que tem um compromisso com a justiça e por isso a categoria vem abraçando esse policial que fez denúncia de envolvimento de delegados, de outros agentes, de policiais militares num esquema que, segundo ele, é um esquema de milícias no Litoral Norte da Bahia.

Esse policial foi preso, ele está na Corregedoria. E é preciso que o Poder Legislativo – já conversei com a deputada Neusa Cadore – acompanhe essa situação, porque todos os elementos mostram, a nosso ver, uma situação de suspeição muito grande em relação ao comportamento da Polícia Civil da Bahia...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Para concluir, deputado.

O Sr. HILTON COELHO: (...) em relação a esse agente.

Toda a categoria está com ele, o sindicato está acompanhando. O nosso mandato também tem feito isso através da Comissão de Direitos Humanos da nossa Casa.

Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado aos demais deputados e deputadas.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Eu que lhe agradeço, deputado Hilton.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o nobre líder do Governo e da Maioria ou o líder do PP para falar ou indicar orador, pelo tempo de 12 minutos.

Deputado Rosemberg.

Está fechado aí. Abriu agora.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Oi, está ouvindo?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Estou ouvindo, ouvindo bem.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Desculpe-me, presidente, é porque entrou uma ligação aqui e eu fiquei meio perdido, sem saber o que fazer.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Sem problema.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Mas fez alguma pergunta?

Ah!, sim. Veja bem, nós vamos seguir a mesma orientação dos outros dias, reservando um tempo para um dos partidos. O primeiro foi o PT; então, neste, agora, será o PSD. Aí, vamos aguardar se haverá necessidade. Se não tiver do PSD, a gente vai transferindo para os outros partidos sucessivamente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Concedo a palavra ao nobre líder da Minoria ou o líder do Bloco Parlamentar PSDB/Republicanos para falar ou indicar orador, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Sandro Régis: Falará, Sr. Presidente...

Boa tarde. Boa tarde a todos os colegas.

Quero aqui, de antemão, já desejar uma ampla recuperação ao nosso amigo deputado Rosemberg. Realmente, essa questão da Covid está bastante preocupante, não só em nosso estado, mas em todo o território nacional.

E indico, Sr. Presidente, por 5 minutos, pelo PSDB, o deputado Paulo Câmara; e por 5 minutos, o deputado Tiago Correia.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o nobre deputado Paulo Câmara, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. Paulo Câmara: Pronto aí? Está desativado, presidente? Está ouvindo bem?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Estou ouvindo.

O Sr. PAULO CÂMARA: Pronto.

Prazer, presidente. Boa tarde a todos amigos e amigas deputados.

Desejar plena recuperação ao líder Rosemberg.

Realmente, como o líder Sandro falou, essa segunda onda está vindo muito forte, agora já dentro das nossas casas. É um irmão, é um parente, é um amigo, é um conhecido, diversos colegas. Hoje, o presidente do meu partido, Adolfo Viana, também. Desejo plena recuperação a ele.

Devemos ter cuidado, mas, acima de tudo, nós não podemos parar.

Mas, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o que eu venho trazer como assunto hoje, aqui, para conhecimento e discussão, para que todos nós possamos, pelo menos, trazer um esclarecimento à sociedade baiana...

O que me deixa estarecido são os fatos que vêm acontecendo ao longo deste ano e o governo do estado, mais uma vez, silenciando ou, como já a Bahia toda sabe, permanecendo com esse silêncio ensurdecedor. E os esclarecimentos não acontecem.

Na última sexta-feira, agora, naquela Operação Metástase, relacionada ao Hospital de Juazeiro, foi decretada a prisão preventiva da ex-diretora da Sesab Viviane Chicourel devido a fraude em licitação. E nós estamos tratando agora de projetos relacionados à Covid. E a informação que se tem é de que essa Operação Metástase também foi relacionada à Covid.

E o que é que o governo diz com relação a isso? Você não vê uma nota! Você não vê um esclarecimento.

A Comissão de Saúde desta Casa me perdoe, ninguém fala nada! Este Parlamento não fala nada! Esta Casa não fala nada, parece um anexo do governo do estado. Nós vamos ficar aqui fazendo o papel de quê? Não falar dos fatos que estão acontecendo aí e que estão envergonhando a nossa população?!

Gostaria de fazer algumas perguntas à Bancada do Governo, se o governo pode responder: ela é uma técnica de carreira? Ela é uma funcionária comissionada? Quem indicou essa senhora para esse cargo? O que ela estava fazendo ali?

Ela foi presa. Ela vai passar o Natal, até onde eu sei, na cadeia. Uma pessoa que está relacionada com o Hospital de Juazeiro, Covid, saúde!

Já não basta o escândalo, de junho deste ano, da HempCare: R\$ 100 milhões, dinheiro pelo ralo, corrupção!

E a gente não ouve nada da Assembleia Legislativa, a gente não ouve um posicionamento desta Casa, a gente não ouve uma nota da Comissão de Saúde, a gente não ouve uma nota da Bancada do Governo! Pelo amor de Deus, minha gente! Onde é que a gente vai parar? A gente só está aqui para votar projeto? E o que diz respeito à sociedade baiana, temas importantes como esse!

O que eu quero só é esclarecimento. Meu papel aqui não é julgar, nem atacar ninguém, até porque não tenho essa competência. A competência é do Ministério da Justiça, que já está atuando muito bem. Eu não tenho a menor dúvida de que o “covidão” dos respiradores vai bater aqui, na porta da Bahia. Já está lá no Ministério da Justiça, já está no MPF.

Mas por que esta Casa não dá uma nota? Por que a Comissão de Saúde não faz um pronunciamento? Por que a Bancada do Governo, ou o líder do Governo, não dá uma informação, algum esclarecimento a todos nós para que possamos ter tranquilidade?

Não dá para você ir a algum lugar e todo mundo lhe questionar: “Deputado, você não está fazendo nada! Deputado, aquela Casa não faz nada! Deputado aquela Casa é de reboque do governo, ninguém se posiciona, todo mundo silencioso.” Não dá! Não dá, minha gente.

Então, a essas perguntas eu gostaria de que as respostas viessem à tona. Quem é a Sr.^a Viviane Chicourel? Quem foi que indicou essa senhora para a diretoria de gestão

da Secretaria da Saúde? Ela é ligada a quem? Ela veio da iniciativa privada? Ela veio através de currículo? Ela veio através de alguma indicação política? Qual era o grau que ela tinha de ascensão na Secretaria da Saúde? Qual era a responsabilidade dela no geral?

Porque ela está presa, e a gente está tratando de assuntos relacionados à Covid: Operação Metástase, Hospital de Juazeiro.

Então, Sr. Presidente, são esses os fatos que eu venho batendo nesta tecla desde junho: com relação aos respiradores da HempCare, 48 milhões; depois, aquela empresa que surgiu do nada e teve uma reunião em secretaria do estado e ninguém sabe para onde foram mais 50 milhões. São 100 milhões; mais o Hospital de Juazeiro. E esta Casa permanece em um silêncio ensurdecedor. E o estado também.

E tem uma coisa que me incomoda, Sr. Presidente... Eu ficaria muito feliz, líder Sandro Régis, se a Bancada da Oposição fizesse uma cobrança mais forte à Bancada do Governo, até para que trouxesse esclarecimentos para que todos nós pudéssemos ter tranquilidade e podermos dar respostas e satisfação à sociedade. Para quando alguém questionar a gente, a gente falar!

Não adianta eu estar falando aqui. Acaba esta reunião hoje, desliga-se o microfone e não vai dar em nada! Cai de novo no silêncio ensurdecedor.

Esse não é o nosso papel,...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Para concluir, deputado.

O Sr. PAULO CÂMARA: (...) não é o nosso papel! Fazendo isso, nos envergonha.

Então, Sr. Presidente, com sua tolerância, eu queria só saber a posição do governo: quem é a senhora Viviane Chicourel, quem a indicou, qual era o grau de responsabilidade dela na secretaria e por que o governo

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o deputado Tiago Correia, pelos 5 minutos restantes.

Já está aberto.

O Sr. TIAGO CORREIA: Sr. Presidente, boa tarde, boa tarde, nobres colegas, servidores desta Casa que tanto têm se esforçado para manter a normalidade das sessões.

Queria me solidarizar com os colegas que positivaram à Covid e com todos os demais baianos e brasileiros que foram acometidos pelo coronavírus.

Sr. Presidente, conversando recentemente com o secretário Municipal da Saúde, Leonardo Prates, vi que a preocupação é muito grande porque as pessoas, de certa forma, relaxaram, estão mais presentes nas ruas, estão tendo menos cuidados e os índices de ocupação estão elevadíssimos.

E tanto o poder público municipal da cidade de Salvador como os dos municípios maiores do interior já enfrentam uma taxa de ocupação muito elevada dos seus leitos de UTI.

Também do governo do estado há uma preocupação elevadíssima, e o secretário já sinaliza dias difíceis para a frente.

Então, é um pedido comum, que haja um reforço no cuidado e na exposição não só nosso, mas dos nossos funcionários, amigos, parentes, para que nós consigamos vencer essa batalha.

Mas, Sr. Presidente, o que me traz à tribuna, nesta tarde, mais uma vez, é para falar a respeito das operações da BR-324 e da BR-116 pela Viabahia, pela concessionária Viabahia, Sr. Presidente. São inúmeras as reclamações que nós recebemos.

Eu acho que todos os colegas sabem – todos transitam, principalmente, pela BR-324 para sair de Salvador, mas alguns também, com maior frequência, pela BR-116 – qual é o estágio em que essas rodovias se encontram, Sr. Presidente. Rodovias essas que são pedagiadas e para as quais existia todo um plano de investimentos, inclusive de duplicações, que até hoje não foram feitas. Duplicação de Vitória da Conquista até o norte do estado de Minas Gerais, duplicações no entorno de cidades importantes, contornos, acessos.

Jequié, por exemplo, sofre muito com o trecho que está sob a concessão da Viabahia.

A BR-324, a saída da capital, é uma vergonha, Sr. Presidente. Uma rodovia que já deveria ter sido quadruplicada em alguns trechos da sua saída, próximo a Salvador. E nós não vemos nenhum tipo de sinalização da Viabahia para a implementação disso, embora se aponte que o contrato já arrecadou 90% dos recursos previstos no plano de negócios.

Já se ultrapassou o número de veículos diários em trânsito pela rodovia estipulado no contrato.

E a Viabahia deixou de executar a duplicação de mais de 441 quilômetros, deixou de realizar mais de R\$ 750 milhões em investimentos, fazendo com que o ministro Tarcísio Freitas, em visita recente que fez à Bahia, criticasse duramente a concessionária, inclusive mencionando a possibilidade de cancelamento do contrato, porque ela não cumpriu sequer 30% do estabelecido.

E nós vemos os baianos sofrendo nessas rodovias; nós vemos as mercadorias chegando mais caras, Sr. Presidente, justamente por conta da dificuldade do frete, por conta de ter que pagar pedágio; nós vemos pessoas perdendo as vidas nas rodovias.

E Vitória da Conquista, agora, recentemente, teve um grande problema na área urbana da cidade, que é cortada por essa rodovia, porque a Viabahia começou a implantar equipamentos que dificultam e até impossibilitam o acesso a alguns distritos.

Então, é um total desmando, um total descaso e esta Casa não pode se calar.

Nós, da Comissão de Defesa do Consumidor, já realizamos audiência pública, já convidamos a Viabahia. Eles argumentam que os reequilíbrios financeiros previstos em contrato não foram realizados, que não houve a reunião com a ANTT. Eles alegam que

o contrato não foi reajustado, que esse reajuste tem uma pendência de mais de R\$ 3 bilhões.

Mas, Sr. Presidente, sequer as duplicações – que, inclusive, foram alvo de disputas judiciais entre a empresa e o Ministério Público Federal – foram realizadas, apesar de terem prazos, estabelecimento de multas, de sanções.

Eles estão levando tudo para a Justiça. E as nossas rodovias, porque são duas, a 324 e a 116, se encontram nesse estado de abandono.

Então, Sr. Presidente, esta Casa precisa tomar uma medida de novo. Nós estamos pensando em realizar uma nova audiência pública. E, se for o caso, constituir uma comissão para ir a Brasília, conversar com o ministro Tarcísio de Freitas, porque é inconcebível a população estar pagando o pedágio,...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Para concluir, deputado.

O Sr. TIAGO CORREIA: (...) é inconcebível que a empresa já atingiu o número mínimo de veículos que transitam por dia e os recursos não são aplicados em nossas rodovias.

É isso que eu trago, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Te agradeço, deputado Tiago Correia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o nobre líder da Maioria ou o líder do PSB para falar ou indicar orador, pelo tempo de 12 minutos.

Deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, neste momento não há orador.

Eu vou conversar para a gente dividir o tempo de outra agremiação partidária.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): O.k.

Concedo a palavra ao nobre líder da Minoria e do Bloco Parlamentar Patriota/PSL/PSC para falar ou indicar orador, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente, falará por todo o tempo o deputado Alan Sanches.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Alan Sanches.

Com a palavra o deputado Alan Sanches, pelo tempo de 10 minutos.

Está aberto.

O Sr. Sandro Régis: “Bora”, Alan.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Alan Sanches.

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pois não.

O Sr. Sandro Régis: Na ausência do deputado Alan Sanches, indico o deputado Carlos Geilson.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o deputado Carlos Geilson.

O Sr. CARLOS GEILSON: Pronto. Está me ouvindo bem aí? Porque eu estou instalando aqui o equipamento. Agora V. Ex.^a me ouve bem, não é?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Ô, meu Deus do céu! O equipamento é poderoso!

V. Ex.^a inicia às 15h17min, podendo ir até as 15h27min.

O Sr. CARLOS GEILSON: Pronto. Quanto tempo, presidente, eu tenho para falar?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Dez minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON: Dez minutos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu vou começar a minha fala pelo pronunciamento do querido amigo deputado Robinson Almeida perpetrado em uma das últimas sessões, quando ele disse que a Oposição já está cantando vitória em 2022 e que esse filme ele já viu antes.

Primeiro, dizer ao deputado Robinson Almeida que a vitória das oposições na Bahia foi um clamor de quem, de fato, quer mudança. Mas é essa mudança que ele está propondo? Não! A população queria uma mudança – como se diz – *light*, equilibrada, com responsabilidade. Não uma coisa açodada e amalucada.

No segundo turno, em Feira de Santana, ficaram o deputado Zé Neto e o prefeito Colbert Filho. Resultado: Colbert ganhou a eleição com 26 mil votos de frente. Em Vitória da Conquista, passaram para o segundo turno o atual prefeito Herzem Gusmão e o deputado Zé Raimundo, também do PT, e, lá, Herzem Gusmão ganhou com quase 20 mil votos de frente.

Bom, durante a campanha, os candidatos petistas cantavam em prosa e verso, especialmente em Feira de Santana, quando se falava de mudança, de que era preciso mudar. O Partido dos Trabalhadores do governo do estado vai completar agora, em 2022, 16 anos no poder. A pergunta que eu faço é esta: Será que é essa a mudança que o PT antecipou para Feira e não deu certo? É essa que ele quer dizer que vai acontecer no governo do estado? É plausível que quem quer mudança, aqui, no interior, quer mudança também, lá, no poder central. Ou a mudança só vale para Feira de Santana e não vale para o governo do estado? Quer dizer, o petista só olha para o próprio umbigo?

Outra questão – e eu posso falar de cátedra, embora recém-chegado à Oposição, à minha casa – é que em nenhum momento a Oposição está de salto alto. Entende que os ventos são favoráveis, que os sinais que vêm das ruas são amplamente favoráveis à Oposição na Bahia, que o prefeito de Salvador ACM Neto, que conclui o seu mandato no final do ano, é cantado em prosa e verso como um candidato fortíssimo, mas não estamos com as sandálias da vaidade.

Pelo contrário, nós estamos com as sandálias da humildade, reconhecendo que quem está encastelado no governo do estado com as suas ramificações em vários setores é óbvio que tem, também, poder de aglutinar e de ir para uma eleição dura e bem disputada. Mas, se você for pegar os sinais que vêm das ruas, as vozes que estão ecoando pelo estado da Bahia querem mudança por estarem cansadas, as pessoas cansaram desse formato de administração.

Vejam os senhores e as senhoras que nenhuma capital, repito, nenhuma capital deste país tem o Partido dos Trabalhadores à frente! O partido não vai governar uma única capital sequer. E, também, a debacle, a derrocada foi em várias cidades, em cidades fortes, em cidades grandes. Então, há um sinal de que o eleitorado que outrora, em tempos hodiernos, deu total apoio ao Partido dos Trabalhadores e que arrancou para quase uma hegemonia, hoje, tem demonstrado cansaço. E que, de fato, não quer mais esse modelo petista.

Quem sou eu para dizer que o partido deve se reinventar? Quem sou eu para dizer que o partido deve se reformular e se reestruturar? Mas como observador – e não como político –, vemos que a cena é essa, que as coisas apontam nessa direção de que o partido deve se reciclar, deve se reinventar. Mas a Oposição, quero garantir ao deputado e querido amigo Robinson Almeida – com quem tenho uma relação de amizade e que é uma pessoa muito próxima – que nós da Oposição, Robinson, estamos com os pés no chão, sandálias da humildade.

Assim que o prefeito de Salvador ACM Neto se desincumbir dessa grande responsabilidade que é governar uma das maiores cidades do país, a quarta maior cidade do país, vai entrar de corpo e alma visitando o interior e levando a mensagem. E esse formato que deu certo em Salvador, que foi aprovado não só com a reeleição de ACM Neto como também com a eleição do seu sucessor, é o que nós queremos esparramar, enraizar pelo interior do estado.

Vamos para uma eleição, sim, na qual não temos dúvida de que o nosso candidato ACM Neto está de braços abertos para receber aqueles que estão descontentes, que estão sendo espremidos e massacrados por essa Base do Governo, talvez pelo cansaço. E aí é que nós observamos que as coisas tendem a mudar e muitos caciques da política baiana podem engordar, podem encorpar essa candidatura do prefeito ACM Neto.

Então, meu caro presidente Nelson Leal, tenho também assistido a sessões presenciais, como vi na Alesp, em São Paulo. Eu não sei se está na hora de nós fazermos as sessões presenciais, com todos os cuidados necessários que se fazem importantes neste momento de pandemia. Ou também, talvez, aquela sessão que não deu certo, que era semipresencial e virtual. Ela também não deu certo por problemas de equipamento, falhas no som. Mas eu estou sentindo falta daquela tribuna, daquele Plenário, daquele monumento, das figuras do Plenário que estão lá, figuras históricas naquele painel fantástico.

Não sei qual é a ideia do presidente. Talvez com esse aumento de casos do coronavírus ele tenha se retraído, tenha mudado de ideia, até porque assim que tomei posse, em 18 de novembro, ouvia-se falar que logo no início de dezembro as sessões

voltariam a ser presenciais. Mas com o advento, com o agravamento da crise do coronavírus o nosso querido presidente mudou de ideia.

Mas quero aqui externar a falta que sinto do Plenário, onde os debates, entendo eu, com todos os cuidados... Porque vi agora na Alesp, em São Paulo, na sessão em que o deputado do Partido Cidadania apalpou uma deputada do PSOL, que estavam todos presentes no plenário discutindo o orçamento, discutindo causas e projetos importantes para o estado de São Paulo.

Por mais que seja importante esse avanço tecnológico – e tem sido uma forma de fazer as coisas andarem e as leis serem aprovadas – mas, eu, Sr. Presidente, ainda sinto muita falta. Acho que nada substitui o Plenário. Nada substitui o Plenário, embora estejamos num plenário virtual. Mas aquele Plenário presencial com os debates dentro de todas as normalidades, de todas as normas de segurança e de protocolos de saúde, eu confesso que sinto falta e deixo a minha recomendação ao presidente. Eu não diria apelo ou pedido, porque sei que o presidente, responsável como é, tem se embasado em anotações e orientações médicas. Mas que sinto falta das sessões presenciais, presidente, sinto, sim.

Então, quero deixar o meu abraço a todos, ao nosso líder Sandro Régis. Estou aqui bem a cavaleiro e bem à vontade em nossa residência participando desta sessão virtual, mas quero, mais uma vez, dizer da minha saudade, do meu desejo de usar aquela tribuna histórica no Plenário da Casa da cidadania, na Casa do Povo.

Um abraço, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Um abraço, deputado Geilson.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Também tenho esse mesmo sentimento. Nós começamos com a ideia de flexibilizar e tentar fazer as sessões mistas, guardando as pessoas de risco e trazendo para a Casa os deputados que não fazem parte desses grupos. Mas essa segunda onda está vindo muito forte e nós temos aqui exemplos. Nós estamos com o líder do Governo e com o deputado Alex Lima que testaram positivo para Covid-19.

Então, eu consultei alguns parlamentares, tanto do Governo como da Oposição, e todos disseram que era melhor esperarmos mais um pouco para retornarmos com as sessões presenciais. E tem uma preocupação muito grande, não apenas aqui no estado da Bahia ou no Brasil, mas no mundo inteiro, que é a preocupação com as festas de final de ano, com o Natal e o Réveillon.

Você pode ver que vários países do mundo estão decretando *lockdown*. Holanda eu já sei que decretou, o Reino Unido também, e tantos outros países preocupados com o aumento dos casos estão decretando *lockdown*. No Reino Unido, há agora uma mutação que é extremamente mais contagiosa. Ainda não há dados a respeito da letalidade, só do contágio.

Então, acho que, neste momento, é mais prudente nós permanecermos virtuais. E vamos deixar para matar a nossa saudade do Plenário quando tivermos um controle melhor da pandemia.

Com a palavra o nobre líder do Governo e da Maioria ou o líder do Bloco Parlamentar Avante/PSD/PL para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, nós vamos usar apenas o último tempo. No último tempo, vamos escalar dois deputados que já estão inscritos.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Rosemberg...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Pois não, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Eu tenho aqui uma solicitação da deputada Olívia Santana. Como eu estou...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Exatamente, já está anotado aqui...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Então, não tem orador também no PCdoB e PDT, não é isso?

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Isso. Só vamos deixar para o último.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pronto.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o nobre líder da Minoria ou do Bloco Parlamentar DEM/MDB para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Sandro Régis: Falarei por todo o tempo, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o deputado Sandro Régis. V. Ex.^a inicia às 15h31min.

O Sr. SANDRO RÉGIS: Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos que nos assistem pelas redes sociais. Sr. Presidente, o deputado Paulo Câmara fez um questionamento muito preocupante para a Casa, em relação à questão da operação que prendeu uma diretora responsável por toda parte de licitação da Sesab.

E ficamos muito... sem entender, porque não vimos nenhum deputado do Governo, ou especificamente do Partido dos Trabalhadores, fazer qualquer tipo de menção a essa situação. Deputados esses que adoram usar a tribuna para enaltecer o seu governo, para enaltecer os avanços que nós conhecemos muito mais pela propaganda do que pela própria realidade. Existe um silêncio absoluto por parte da Bancada do Governo e por parte também da Bancada do PT.

Mas eu ouvi V. Ex.^a dizer que a nossa querida amiga, deputada Olívia Santana, será a próxima oradora. Ela que foi candidata a prefeita, uma mulher de valor, que tem uma história bonita em nossa capital e muito envolvida na educação. E eu não sei como a deputada Olívia Santana recebeu essa notícia divulgada na última na quinta-feira: IBGE aponta Bahia como o estado brasileiro com o maior número absoluto de pessoas extremamente pobres.

Impressionante, Sr. Presidente. Porque, no discurso do PT, eles iriam tirar a Bahia e o Brasil da pobreza. Nós já temos 8 anos de governo Jaques Wagner, já temos 4 anos de governo Rui Costa, já finalizando o 5º ano. Então, 8 e 5 dá o número 13, o número do partido que já governa, há 13 anos, o nosso estado.

E a Bahia cada vez fica mais pobre. Segundo a pesquisa do IBGE, no ano passado, em 2019, (Lê) *“quatro em cada 10 moradores do estado (40,4% da população) estavam abaixo da linha da pobreza monetária, com renda domiciliar per capita menor que R\$ 428...”* Além disso, (Lê) *“(...) pouco mais de 1 em cada 10 (12,5%) estava abaixo da linha de extrema pobreza, com renda domiciliar per capita menor que R\$ 148...”* De acordo com o IBGE, as proporções praticamente não se alteraram: (Lê) *“(...) o 2º maior número absoluto de pobres, com 6 milhões de pessoas, e o maior número de extremamente pobres do país, que totalizava 1,853 milhão. Em termos percentuais, a Bahia (40,4%) ficava na 11ª posição entre os estados...”*, caindo agora quatro posições no ranking, Sr. Presidente, em que havia sido o sétimo. Eram Maranhão, Amazonas e Alagoas que tinham os piores percentuais.

A Bahia, neste governo do PT, tem tido um grande destaque, mas um destaque extremamente negativo, um destaque péssimo no índice de educação! Não consegue avançar, perdendo cada vez mais pontos na avaliação do Ministério da Educação. Na questão da pobreza – este governo sempre disse em prosas e versos que tiraria o Brasil e a Bahia da pobreza – os dados dizem completamente o oposto. Nós temos visto um governo recheado de denúncias, um governo recheado de problemas e que não consegue avançar nos pontos essenciais para a qualidade de vida de nossa população.

E eu imagino, deputado Carlos Geilson, quando os deputados do Governo dizem que a Oposição da Bahia está de tamanco alto. Nada disso, deputado Geilson. Nada disso! É porque, muitas vezes, o excesso demasiado de poder, a permanência muito tempo no poder dificulta que as pessoas olhem com os olhos voltados para a realidade. Eles terminam enxergando só o que querem enxergar, ou o que os puxa-sacos, na maioria das vezes, ficam no ouvido buzinando.

A Bahia vai muito mal na educação; a Bahia vai muito mal na questão de tirar a sua população da linha da miséria; a Bahia vai muito mal na questão da segurança. Estamos muito mal na saúde, com muitas obras estruturantes, mas poucas ações. E é isso que os deputados do PT e alguns deputados do Governo não conseguem enxergar! E não é a Oposição que está de salto alto. Não é a Oposição que está cantando vitória antes do tempo, jamais. Vocês precisam olhar e perceber que a população está rejeitando o projeto do PT. Não só a Bahia, mas o Brasil rejeitou o projeto do PT. Vocês não fizeram uma capital em nosso país e diminuíram de forma muito contundente em nosso estado.

Então, não é a Oposição, não são os deputados da Oposição, não são os políticos ou os integrantes que fazem parte da Oposição ao projeto que aí está que estão “cantando de galo” ou enxergando vitória antes do combate, não. O que nós estamos tendo é sensibilidade para enxergar o recado da população. E esta Casa, Sr. Presidente, me desculpe, tem contribuído muito para que o político, especificamente o deputado

estadual, termine sendo levado ao mesmo olhar que a sociedade tem sobre os deputados do PT e da base governista.

Esta Casa tem de pontuar e se pronunciar em diversos assuntos que estão afligindo a sociedade! A sociedade está cobrando respostas desta Casa. E esta Casa se mantém num silêncio ensurdecedor. Não temos visto nem a Comissão de Saúde se pronunciar em nada. A Comissão de Educação, com diversos problemas que o estado vem atravessando... E aí, Sr. Presidente, eu, muito atento, lendo a pauta de V. Ex.^a, vejo que o Governo tentará votar, hoje, um requerimento de prioridade para a LDO e para o PPA.

Será que esta Casa não tem nem o direito de fazer uma discussão nas suas comissões? De fazer uma discussão no Plenário para que votemos a LDO e o PPA? Tem de ser de uma forma açodada, Sr. Presidente, nos levando, cada vez mais, ao ralo da sociedade? Hoje, todos nós, os 63, sabemos das dificuldades que temos por exercer atividade política de mandato. E eu fico a questionar, eu fico a me questionar... A Assembleia está muda, a Assembleia não se pronunciou em nada sobre os fatos ocorridos no governo do estado. E agora apresenta um requerimento de prioridade para que se vote a LDO e o PPA “nas coxas”. Com certeza, não é...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Para concluir, deputado.

O Sr. SANDRO RÉGIS: Para concluir, Sr. Presidente.

Com certeza, Sr. Presidente, não é esse o exemplo que os baianos esperam dos seus parlamentares. Não é esse o exemplo que a Bahia espera do seu Parlamento. Sabemos que está chegando o final do ano, mas não custa nada tentar se ajustar e programar uma votação para que os parlamentares possam entender e conhecer a LDO. Será que o presidente de finanças da Assembleia já está pronto para tirar todas as dúvidas da LDO se, porventura, nós deputados tivermos? Quem é o deputado desta Casa já conhecedor do assunto e capaz de votar o PPA?

Então, infelizmente, Sr. Presidente, mais uma vez, esta Casa caminha para dar um mau exemplo e não seguir as boas práticas da política. Essas são minhas palavras.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Obrigado, deputado Sandro.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o nobre líder do Governo e da Maioria ou o líder do PT para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, vai falar, por todo o tempo, a deputada Olívia Santana.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra a deputada Olívia Santana pelo tempo de... Abra o som da deputada Olívia, por favor. Deputada Olívia.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: A deputada Olívia já entrou na sala?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Ela não está abrindo o microfone, mas ela está na sala.

Deputada Olívia! Deputada Olívia! Deputada Olívia está na sala, mas está sem som.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: É o último horário, Sr. Presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): É o último horário. Agora entraremos na Ordem do Dia.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não está conseguindo...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Não estou conseguindo contatá-la, deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: O.k. Então vou transferir. No momento dos encaminhamentos, se tiver oportunidade, eu coloco a deputada Olívia.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Em discussão o Projeto de Lei nº 24.003/2020, do Poder Executivo, que:

(Lê) *“Dispõe sobre a remissão parcial e redução de multas e acréscimos moratórios de débitos tributários do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, relativos à glosa de créditos fiscais, na forma que especifica.*

O governador do Estado da Bahia, faço saber que, com base no Convênio ICMS 85/20, de 02 de setembro de 2020, a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica concedida remissão de 75% (setenta e cinco por cento) dos débitos tributários de Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS relativos à glosa de créditos fiscais decorrentes de aquisições internas de mercadorias, junto a fabricante habilitado à fruição de incentivo fiscal, realizadas por empresa pertencente ao mesmo grupo econômico que opere como distribuidor, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, inclusive os espontaneamente denunciados pelo contribuinte, ainda que ajuizados, decorrentes de fatos geradores ocorridos até 30 de junho de 2020.

Art. 2º - Ficam reduzidos em 90% (noventa por cento), os valores de multas e os acréscimos moratórios relativos aos débitos tributários de que trata o art. 1º desta Lei, não remetidos.

Art. 3º - A remissão parcial e a anistia de que tratam os arts. 1º e 2º desta Lei são condicionadas, cumulativamente:

I - ao recolhimento do débito tributário não remitido, à vista e em moeda corrente, até 30 de novembro de 2020;

II - à desistência de qualquer processo administrativo ou judicial;

III - ao estorno do saldo de créditos fiscais mantido na escrita fiscal do contribuinte.

Art. 4º - A remissão parcial e a anistia de que trata esta Lei não autorizam a restituição ou compensação de valores eventualmente recolhidos.

Art. 5º - Os honorários advocatícios referidos no caput do art. 11 da Lei Complementar nº 43, de 25 de outubro de 2017, quando devidos, ficam reduzidos, com base no § 2º do mesmo dispositivo, para os percentuais a seguir indicados, calculados sobre os valores dos débitos tributários reduzidos nos termos desta Lei:

I - 2,5% (dois vírgula cinco por cento), quando inscritos em dívida ativa e não ajuizados;

II - 05 % (cinco por cento), quando inscritos em dívida ativa e ajuizados.

Art. 6º - A adesão aos benefícios previstos nesta Lei não implica transação relacionada aos custos e despesas previstas na legislação processual aplicável aos feitos judiciais em curso.

Art. 7º - O sujeito passivo, para usufruir dos benefícios desta Lei, deverá ainda desistir de eventuais impugnações, defesas e recursos apresentados no âmbito administrativo, bem como desistir de ações judiciais, exceções de pré-executividade ou embargos à execução fiscal, com renúncia ao direito sobre o qual se fundam nos autos judiciais respectivos.

Parágrafo único - Para atendimento ao disposto no caput deste artigo, o sujeito passivo deve protocolizar requerimento de desistência de ações judiciais, exceções de pré-executividade ou embargos à execução fiscal, na forma da alínea “c” do inciso III do art. 487 do Código de Processo Civil, ou requerimento de desistência da instância administrativa no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do pagamento.

Art. 8º - A lista dos contribuintes beneficiados com a remissão parcial e a redução de multas e acréscimos moratórios de que tratam os arts. 1º e 2º desta Lei, contendo razão social e o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, será publicada no Diário Oficial do Estado ou na página da Secretaria da Fazenda na Internet, no endereço eletrônico www.sefaz.ba.gov.br.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo do Estado da Bahia, em

(Às Comissões de Constituição e Justiça; Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo; Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público; Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho; e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.)”

A Sr.^a Olívia Santana: Tem de acabar essa reunião. Eu tenho de entrar aqui na sessão de volta.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputada Olívia, nós entramos na Ordem do Dia. Acho que é melhor a deputada se inscrever. Ela tem direito a falar os 10 minutos.

A Sr.^a Olívia Santana: Eu vou.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): E V. Ex.^a entra para discutir a matéria, deputada Olívia.

Deputado Tom, V. Ex.^a está querendo fazer a inscrição?

O Sr. Tom Araújo: Não, não! Estou colocando...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Ah, tá.

Olha, eu quero fazer o seguinte... Nós vamos proceder como da outra vez, com o deputado Sandro encaminhando as inscrições, ou nós abriremos para as inscrições? Como é, deputado Rosemberg e deputado Sandro, como é que V. Ex.^{as}...

O Sr. Sandro Régis: Nós vamos...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Qual é a formatação?

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente, nós vamos fazer duas etapas. Primeiro, teremos alguns deputados que fazem parte da comissão na qual o projeto tramita, e esses deputados farão seus encaminhamentos nas comissões.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Certo.

O Sr. Sandro Régis: O deputado que faz parte da comissão tem direito a 20 minutos e o deputado que não tem...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não.

O Sr. Sandro Régis: São 10 minutos. E o deputado que não tem...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Não. São 20 minutos. São 20 e 10 minutos.

O Sr. Sandro Régis: Dez, não é isso? Então, os deputados que fazem parte da comissão falarão no horário das comissões. E os deputados que não fazem parte das comissões, nós iremos falar no horário que o projeto entrar em votação no Plenário.

Então, eu vou apresentar...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Espere aí. Só para eu entender. Espere aí. Quem é da comissão vai utilizar o tempo...

O Sr. Sandro Régis: Vai utilizar o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Quem não é da comissão não irá utilizar o tempo.

O Sr. Sandro Régis: Não vamos utilizar o tempo. Iremos utilizar os 20 minutos da...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Da inscrição.

O Sr. Sandro Régis: Exatamente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Agora, então... Meu Deus do céu! São: Comissão de Constituição e Justiça, Infraestrutura e Desenvolvimento Econômico... Seria melhor V. Ex.^a me mandar os nomes, deputado Sandro.

O Sr. Sandro Régis: Falarão, Sr. Presidente, na Comissão de Constituição e Justiça, o deputado Alan Sanches...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Espere aí! Alan Sanches...

O Sr. Sandro Régis: E o deputado Paulo Câmara.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Paulo Câmara. Paulo Câmara não é da de Finanças, não. Quem é da de Finanças é...

O Sr. Sandro Régis: É de Constituição e Justiça.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Ah, certo. Da Comissão de Constituição e Justiça falarão Alan Sanches e Paulo Câmara.

O Sr. Sandro Régis: É.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): E pela de Infraestrutura?

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, eu só queria tirar uma dúvida.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pois não.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Porque o deputado Tiago Correia pediu vista e eu não me lembro..., mas eu acredito que foi já quando colocou no Plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Não, foi antes.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Foi na comissão?

O Sr. Sandro Régis: Foi antes, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Foi antes, porque quando você dá vista, dá-se... prossegue da seguinte...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não tem problema.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Não, só para explicar a V. Ex.^a porque acho que é interessante. O deputado pede vista depois que o parecer é lido, justamente para ele, se quiser, fazer algum tipo de mudança. Então, inicia-se a votação com a discussão pelos deputados das respectivas comissões. E tem os deputados que não são da comissão e também podem se inscrever nela.

Então, pela Infraestrutura, vai falar quem?

O Sr. Sandro Régis: Pela Infraestrutura, Sr. Presidente, falará o deputado Tiago Correa, que também tem que apresentar o projeto. Ele tem que apresentar o projeto. Pela Comissão de Finanças e Orçamento falará o deputado Luciano Simões Filho. É isso aí, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Educação ninguém, não é? Está bom já.

O Sr. Sandro Régis: Está bom.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Está ótimo. Obrigado. Então, eu vou começar com o deputado Tiago Correa.

O Sr. TIAGO CORREIA: Aqui, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pronto. V. Ex.^a tem até 20 min.

O Sr. TIAGO CORREIA: Então, Sr. Presidente em relação ao Projeto de Lei nº 24.003/2020 que:

Parecer (lê) *“Dispõe sobre a remissão parcial e a redução de multas e acréscimos moratórios de débitos tributários de Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços e Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ICMS, relativos à glosas de créditos fiscais, na forma que especifica.”*, que foi apresentado na última sessão pelo ilustre relator da matéria, deputado Vitor Bonfim, e o meu pedido de vista pela Comissão de Orçamento, trago aqui o meu parecer.

(Lê) *“(…) Encaminha, o Poder Executivo, à apreciação da Assembleia, projeto de lei objetivando a remissão parcial e a redução de multas e acréscimos moratórios de débitos tributários de ICMS, relacionados à glosas de créditos fiscais ‘decorrentes de aquisições internas de mercadorias, junto a fabricante habilitado à fruição de incentivo fiscal, realizadas por empresas pertencente ao mesmo grupo econômico que opere como distribuidor, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, inclusive os espontaneamente denunciados pelo contribuinte, ainda que ajuizados, decorrentes de fatos gerados ocorridos até 30 de junho de 2020’, na forma estabelecida no art.º 1º da proposição.*

A proposta se baseia em convênios... – Sr. Presidente – (...) no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, que conferem ao Estado da Bahia autorização para a adoção de tais medidas, e ‘tem como finalidade encerrar litígios tributários e regularizar situação fiscal de contribuintes enquadrados nos convênios, mitigando possíveis custos ao Estado com demandas judiciais potencialmente inexitosas, reduzindo o acervo de processo em tramitação nos âmbitos administrativo e judicial, e demonstrando a sensibilidade do Governo do Estado frente ao delicado momento enfrentado pelos atores econômicos’, conforme registra...”

Desculpe, Sr. Presidente, entrou uma ligação aqui. Retornei? Retornei, Sr. Presidente? Me ouve, Sandro?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Está perfeito o som.

O Sr. TIAGO CORREIA: (Lê) *“(…) demonstrando a sensibilidade do Governo do Estado frente ao delicado momento enfrentado pelos atores econômicos, conforme registra o Sr. Governador na Mensagem que encaminhou a esta Casa.*

De acordo com a proposição, será concedida remissão de 75% dos débitos tributários do ICMS, relacionados à glosas de créditos fiscais, dos contribuintes beneficiários constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, inclusive os espontaneamente denunciados pelo contribuinte, ainda que ajuizados, decorrentes de fatos geradores ocorridos até 30 de junho de 2020, reduzindo-se ainda em 90% os

valores de multas e os acréscimos moratórios relativos a esses débitos tributários, não remetidos.

Por outro lado, a remissão e a anistia ficam condicionadas ao recolhimento do débito tributário não remetido, à vista e em moeda corrente, bem como à desistência de qualquer processo administrativo ou judicial e ao estorno do saldo de créditos fiscais mantido na escrita fiscal do contribuinte.

Já os honorários advocatícios, quando devidos, serão reduzidos, para os percentuais a seguir indicados, calculados sobre os valores dos débitos tributários reduzidos: 2,5%, quando inscritos em dívida ativa e não ajuizados; e 5 %, quando inscritos em dívida ativa e ajuizados.”

A proposição, Sr. Presidente, recebeu uma emenda modificativa, apresentada pelo ilustre relator Vitor Bonfim, que propõe a modificação no “(...) inciso I do art. 3º do Projeto de Lei nº 24.003/2020, passa a ter a seguinte redação:

‘Art. 3º -’

I - ao recolhimento do débito tributário não remetido, à vista e em moeda corrente, até 29 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogado, mediante ato do Chefe do Poder Executivo, desde que observado o prazo máximo para adesão previsto no Convênio ICMS 85/2020;

.....’

Justificativa: A presente emenda tem por objetivo estabelecer novo prazo máximo para adesão do contribuinte à anistia e remissão de que trata o Projeto de Lei n.º 24.003/2020, visando viabilizar a eficácia do benefício fiscal autorizado por meio do Convênio ICMS 85/20.”

Sr. Presidente, a emenda se encontra em conformidade com as boas técnicas legislativas, inclusive orçamentárias, e visa aperfeiçoar o texto da lei ora apresentado, apresentado um novo prazo máximo para adesão do contribuinte à anistia e remissão de que trata o projeto, possibilitando, assim, uma maior flexibilidade às empresas contribuintes e viabilizando de melhor forma a eficácia do benefício fiscal autorizado por meio do convênio ICMS 85/2020.

(Lê) “(...) Ante o exposto, e considerando que tanto o projeto quanto a emenda se encontram em conformidade com às disposições constitucionais e legais e também orçamentárias, além de inexistirem restrições quanto ao seu mérito, opino pela aprovação do Projeto de Lei com a modificação introduzida pela emenda do relator.

“É o parecer.

Sala das Sessões”

Hoje é dia, 19, não é isso, Sr. Presidente? (Pausa) Dia 21 de dezembro de 2020. Desculpe, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Dia 21, dia 21.

O Sr. TIAGO CORREIA: E encaminho ao líder Sandro Régis a recomendação de que oriente a bancada pela aprovação do projeto com a inclusão da emenda.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): V. Ex.^a será regamente atendido, eu acho, pelo líder Sandro Régis.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem o deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, na realidade, eu estava acompanhando a leitura do parecer do deputado Tiago Correia, achei que ele poderia estar solicitando algum tipo de alteração, mas no final verifiquei que ele orienta no sentido de aprovar o projeto originalmente apresentado, com emenda do deputado Vitor Bonfim, então há concordância das partes nesse sentido. Também indico aos membros das comissões votarem conforme o parecer do deputado Vitor Bonfim, ratificado pelo deputado Tiago Correia.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra, o deputado Alan Sanches. Deputado Alan Sanches. Deputado Alan?

O Sr. Alan Sanches: Só um minuto, que eu estou meio perdido aqui nisso.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pode ter tranquilidade aí, a gente entende essas questões técnicas.

O Sr. Alan Sanches: O senhor tem como me substituir? O senhor teria como? E eu falo logo em seguida?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): É o deputado Paulo Câmara. Deputado Paulo Câmara. Abra o som do deputado Paulo Câmara. O som já está aberto, deputado Paulo Câmara.

O Sr. PAULO CÂMARA: Dez minutos?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): São 20 minutos, deputado.

O Sr. PAULO CÂMARA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, primeiro parabenizar o colega, deputado Tiago Correia, pelo parecer. Eu acho que é uma demonstração, primeiro, de responsabilidade, eu acho que esse é o papel verdadeiro do parlamentar, ter responsabilidade com o seu mandato, ter responsabilidade com seus atos, ter responsabilidade por aquilo que se propõe. Eu fico imaginando, nobres amigos deputados, principalmente aqueles da Bancada da Minoria, aí eu falo especificamente ao ex-vereador Tiago, ex-vereador Alan, até vereadores da Bancada do Governo, minhas amigas as ex-vereadoras Olívia e Fabíola, se isso fosse na Câmara Municipal, à época do prefeito ACM Neto, não é? De largada era não. Contra. A Oposição tem que bater o pé firme. A Oposição não pode concordar com nada na cidade.

E essa demonstração que o deputado Tiago Correia faz pedindo vista do processo e consertando e melhorando, cumprindo a sua obrigação, essa é a demonstração de uma Oposição responsável, que enriquece e engrandece qualquer governo. Eu não tenho a menor dúvida disso. Então esse é o papel do parlamentar. Nós temos que marcar posição no âmbito da política, no âmbito das discussões, no âmbito dos projetos, mas

se o projeto for bom para a Bahia, se o projeto for bom para o cidadão baiano, essa é a nossa obrigação! Não podemos ser intransigentes, não podemos dizer não pelo não, não podemos aqui botar o muro e achar que nada que vem do governo do PT presta. Pelo contrário, há coisas que prestam, mesmo sabendo que este governo é o governo da enganação, é o governo da propaganda, é o governo da maquiagem, é o governo que diz que faz, mas não faz nada. Mas esse é um projeto que interessa à população da Bahia, esse é um projeto que nós todos deputados temos de ter a responsabilidade de votar, de aprovar, de dizer sim. E aqueles que quiseram contribuir, como a Bancada da Minoria fez na pessoa do deputado Tiago Correia, apresentando emendas, devem fazer.

Então, líder Sandro Régis, deputado Tiago Correia, primeiro parabenizar a nossa postura, a postura da Bancada da Oposição que nunca faltou à Bahia. E eu tenho orgulho de fazer parte dessa bancada. Iniciei o meu mandato, em 2019, mas de cabeça erguida, me mantendo firme, mantendo coerência e responsabilidade, coisa que aqui, no Parlamento, efetivamente, não se consegue enxergar. A gente vê o discurso, a gente vê aqueles que sobem lá, toda segunda-feira, no Pequeno Expediente, aí vem assessor com câmera, grava, aí fala um bocado de coisa só porque é contra, só porque é “a”, porque é “c”. E de concreto, o que é que você extrai para a população? E de concreto, em que aquele parlamentar contribui para enriquecer aquele projeto?

Então, minha gente, essa é a posição que nós devemos ter; essa é a posição em que nós devemos atuar: em consonância com a população, em consonância com bons projetos e marcando posição. E a Bancada da Minoria, mais uma vez, marcou a sua posição de forma positiva, de forma responsável e dizendo, sim, a esse projeto.

Já pensaram, Sr.^{as} e Srs. deputados, se isso fosse no governo do prefeito ACM Neto? Vocês aí do PT, do PCdoB, dos partidos mais à esquerda, vocês iriam dizer o quê? Não, não, não pode, porque é do prefeito, porque é da bancada de lá! Não existe isso, minha gente, o mundo está mudando, uma nova perspectiva. Você não tem que olhar nada de partido, você tem que olhar o que é bom para as pessoas. Vá brigar com o partido na hora da eleição, e a eleição foi clara agora, não é? Esmagadora para o nosso lado, os ventos estão soprando.

Eu vi aqui o líder Sandro Régis fazendo as suas considerações e aquelas intervenções, e achei engraçado, Sandro, quando você falou que o governo não discute nada. Vai discutir o que, Sandro, pelo amor de Deus? O que o governo tem que discutir? Porque, se fizer barra, vai sair pó de serra! A gente sabe como é que este governo age, a gente sabe como é que este governo faz as coisas!

Vamos falar da educação da Bahia. E aqui eu não falo da pessoa do secretário, até porque eu não conheço, conheço só de maneira institucional, acho até que é uma boa pessoa de fácil trânsito, mas a educação na Bahia é uma vergonha, é uma lástima! O que há de pior de exemplo para o Brasil está na educação da Bahia! A única coisa que eu posso me lembrar quando se trata de educação na Bahia, do governo do PT de 16 anos, é a venda do Odorico Tavares, uma escola exemplo, uma escola modelo, uma escola que orgulhava a todos os baianos, uma escola que era excelência em nota, uma escola que era referência no Enem, mas por estar no Corredor da Vitória, área nobre, área onde só mora gente boa... Não sei se aquilo incomodava o governo do PT de

peessoas carentes estudando ali. E o que é que o governo do PT fez? Uma transação imobiliária! Vamos vender aquilo por 60, 70 milhões. Foi isso que o governo do PT fez. Foi isso que o governo do PT fez! E o sindicato que representa a educação, aquele da boquinha de caranguejo, que não faz nada, que só vai aí para o plenário encher as Galerias, tocar apito e fazer zoadas? Não se manifestou. Não teve um diretor do Sindicato da APLB para estar aí no dia, no plenário, deviam estar em bons restaurantes ali na Tancredo Neves, ou então em bons hotéis. Isso eles sabem fazer e gostam de fazer! Agora, defender os interesses da população, defender os interesses para os quais eles foram realmente designados, esquece. Isso é vergonha. Mas a vida está mudando, as coisas estão se modificando.

Outra coisa que me veio à cabeça aqui, líder Sandro Régis, Sr.^{as} e Srs. Deputados, é a venda do Parque de Exposições da Bahia. Assunto que veio à tona, deu uma desaquedada, vi poucos parlamentares da Base do Governo defendendo. Como é que o governo é contra o setor que representa 25% do PIB da Bahia, que é o agronegócio, que é referência para o Brasil? O Oeste da Bahia, deputado Antônio Henrique, V. Ex.^a que é de Barreiras, e tantos deputados que atuam naquela região sabem o que é aquele potencial. Deputado Pedro Tavares que atua bem na região de Itapetinga, com a pecuária. Quem trabalha com a fruticultura? Zó, lá de Juazeiro. Como é que vai vender um parque que é referência, que é o único símbolo que nós temos aqui na nossa cidade? Para quê? Especulação imobiliária. Mais uma vez, o governo do PT mistura as coisas. Vamos vender escola para o setor imobiliário. Vamos embora vender o Parque de Exposições para o setor imobiliário. É isso que o governo do PT faz. Essa é a marca do PT na Bahia, essa relação com o setor da construção civil, com o setor imobiliário, esse setor umbilical. E o que é que eles apresentam de contraproposta? Nada! A venda do Odorico Tavares, o que eles fizeram com os recursos? Nada! Qual o planejamento? Zero!

Manda um projeto bonito para a Casa, diz que vai criar R\$ 600 milhões, R\$ 400 milhões de investimento. Mentira! São enganadores! São mentirosos! Gostam de propaganda! Mas está na hora de dizer um basta. Não vai ser agora, está chegando, está madurecendo. Sinto até a Base do Governo já saçaricando para um lado, saçaricando para o outro. A base já estremeceu. Por que, minha gente? E eu sei que vai ter um bocado de deputado agora que vai desligar a câmera, mas vai estar rindo por dentro. Ninguém aguenta mais PT! Chega disso aqui na Bahia! Chega de governo Rui Costa! Chega disso aqui, minha gente! Já deu. Dezesesseis anos de desastre, 16 anos que a Bahia está naufragando, os piores exemplos, os piores índices, essa é a realidade.

E Sandro também tocou no assunto do IBGE. Aí é a joia da coroa, não é? Partido dos Trabalhadores, que trabalha pelo social. Partido dos Trabalhadores, que trabalha pela pobreza. Partido dos Trabalhadores, que se preocupa com as pessoas humildes. E olhe o que o IBGE registra: Bahia tem o maior número de pessoas extremamente pobres! Extremamente pobres! Como é a nossa Bahia, como é este governo, que nos envergonha!

Então, minha gente, vamos agora, efetivamente, trabalhar, mostrar o que a gente deve fazer, cumprir com a nossa responsabilidade, não deixar passar esses assuntos tão

importantes para o nosso estado e silenciar. Comigo não! Comigo não! A favor da Previdência, votarei tudo como votarei agora, de cabeça erguida, este projeto, porque é importante para o meu estado.

A Bancada da Oposição sabe: mesmo não gostando e não aceitando os métodos do PT, do governador e do governo... Aliás, não me refiro ao governador, me refiro à instituição governo do estado da Bahia. Mas aqui eu tenho que ter responsabilidade, aqui eu vou seguir o que a assessoria técnica me diz, o que a Bancada da Oposição, na sua unidade, trabalha. E se é para votar a favor, porque o projeto é bom, iremos votar a favor, sim, mas não vamos deixar de falar e de cobrar, porque esses partidos aí, mais da esquerda, os mais raivosos, os mais “siri na lata”, gostam de fazer muita zoadinha. Mas na hora de ter mais responsabilidade, esses, como eu levantei aqui, todos, ó, silenciam, não falam nada, porque têm vergonha ou porque são reféns do governo do estado da Bahia com seus cargos, com seus empregos e a quem devem lá dentro.

Portanto, Sr.^{as} e Srs. Deputados, quero aqui agradecer ao presidente Nelson, a tantas pessoas aqui que nos escutaram agora pela *TV ALBA*, mas esta é a minha posição, uma posição de responsabilidade. Marcar posição é isso, é fazer como o deputado Tiago Correia fez: pedir vista, acrescentar ao projeto uma emenda positiva, uma emenda proativa que possa melhorar, que possa acrescentar ao projeto para que todos possam, efetivamente, participar e contribuir. Não é aceitar o projeto como ele é, isso nós não fazemos, mas vamos votar, sim, por esse projeto. Esse foi o encaminhamento e esse será o encaminhamento do deputado e líder Sandro Régis. Ele já fez uma pré-conferência com alguns deputados aqui. Eu mesmo o consultei pessoalmente com a orientação dessa bancada, mesmo querendo votar a favor, ele já tinha dito: “Deputado Paulo, vamos encaminhar a favor”.

Então, parabéns ao líder Sandro Régis, parabéns ao deputado Tiago Correia pelo parecer, e meu voto, tenho certeza, no momento oportuno, Sr. Presidente, será favorável ao projeto.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra... Deputado Alan, V. Ex.^a já tem condições de falar?

O Sr. Alan Sanches: Tenho, Sr. Presidente.

Então, com a palavra, o deputado Alan.

O deputado Prisco fez sua inscrição também. O deputado Prisco tem 10 minutos.

Com a palavra, o deputado Alan.

O Sr. ALAN SANCHES: São 40 minutos? Me ouve bem, Sr. Presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Ouço. São 20 minutos.

O Sr. ALAN SANCHES: São 20 vezes 2, certo?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Não! V. Ex.^a sabe...

O Sr. ALAN SANCHES: Sr. Presidente, queria saudar V. Ex.^a, saudar os colegas, desejar uma excelente recuperação ao líder Rosemberg, eu que também já fui acometido, como quase toda a minha família, pela Covid – passamos bem, com uma gripe um pouco mais forte –, mas sei da sua preocupação e desejo... Tenha certeza das minhas orações, também, para que V. Ex.^a passe tranquilamente por essa doença. Tenha certeza disso, é o meu desejo.

Bem, queridos deputados e deputadas, os discursos aqui proferidos nada mais são do que verdades. Eu me lembro, eu me recordo, deputado Zé Raimundo, eu me recordo lá atrás, quando o governador em exercício assumiu a pasta, o mandato, o primeiro mandato e ele disse que a educação seria a sua prioridade.

Ele chegou a ter um bolo de comemoração de mais de 300, acho que quando completou 300 viagens. E nesse momento – você veja, bolo de comemoração, porque ele estava completando o número 300 de viagens a municípios diferentes – percebi e acompanhei que algumas dessas visitas que ele fez – uma dessas 300 visitas aos municípios – foram a escolas e dizendo que a sua prioridade seria a educação. Já se passaram 6 anos! No dia 1º, agora, de janeiro, estaremos completando 6 anos, e eu quero fazer um parêntese aqui – igual ao deputado Paulo Câmara que fez um discurso com uma excelente oratória –, um discurso pontual.

Não falo aqui, absolutamente, do secretário de Educação, Jerônimo, que conheço pouco, tenha pouca relação, mas eu falo da pasta de Educação. Durante todo esse tempo, deputada Olívia, durante todo esse tempo, esses 6 anos de mandato do atual governador, quais foram os avanços que nós tivemos na educação? Um dos piores IDEBs do Brasil. O estado da educação na Bahia é lamentável, é de se lamentar, é de chorar. Em algum momento, ele disse, inclusive, e isso é noticiado por todos os sites, blogs, a imprensa toda, que o secretário de Educação seria o candidato dele ao governo do estado. Nada contra Jerônimo, nada, absolutamente nada. Acho extremamente cortês e leal ao governador que o colocou lá, primeiro, numa Secretaria, acho que de Desenvolvimento Agrícola, alguma coisa assim, e depois, com outras funções, ele foi agora para a Secretaria de Educação.

E, o que é que aconteceu na Secretaria de Educação, gente? Eu quero que alguém me diga, algum dos 63 deputados consegue me dizer qual evolução que nós tivemos na educação? Eu não consigo, não é porque eu sou Oposição. Eu vejo os colegas deputados e deputadas que estão na base de governo, eu queria que me dissessem qual é a evolução, me deem, pelo menos, três coisas positivas que conseguiram melhorar a educação do estado da Bahia! Nenhuma! Eu não vejo.

Quando a gente não consegue melhorar nem o IDEB, o IDEB a gente não consegue melhorar! E eu me lembro das primeiras ações do governador no seu primeiro mandato, foram dizendo o seguinte: “A educação será prioridade no meu mandato”. Se ele trata assim a prioridade do seu mandato, imaginem como nós estamos no decorrer das outras coisas.

Eu, acompanhando o *GI* e também discutindo com o meu líder Sandro Régis, ele me passou justamente o que tinha saído no *GI*. Eu vi até uma materiazinha sobre

isso, que dizia o seguinte: “ ‘A Bahia merece muito mais’, diz Sanches ao comentar pesquisa...” – fornecida inclusive por você, meu líder Sandro Régis – “(...) pesquisa do IBGE, sobre o estado de pobreza do estado da Bahia.”

Como é que um governador de estado, um secretário de estado vai poder abrir qualquer discurso, dizendo o seguinte: “O presidente da República Bolsonaro quer manter essas diferenças sociais, essas diferenças econômicas”, quando aqui no nosso estado, na minha querida Bahia, o governador e seus secretários não fazem o dever de casa?

Nós, gente, nós... imaginem a Bahia, a Bahia, após... vou ler um trechinho, aqui: (lê) “*Após a divulgação de um levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ...*” – o IBGE, não sou eu que estou levantando, não, é o IBGE – “(...) *divulgado nas últimas horas...*” – que foi mês passado, agora, em novembro – “(...) *apontou que, em 2019...*” – depois de 5 anos de PT de Rui, porque a gente teve 8 anos de Wagner, então, são 13. Então, depois de 13 anos de PT na Bahia, ele responde o seguinte, que a Bahia... Em números absolutos, a maior quantidade de pessoas extremamente pobres, extremamente pobres é abaixo de ser pobre. É mais pobre do que pobre. E o governador do estado não faz nada com relação a isso.

A primeira, em valores absolutos, a maior quantidade de extremamente pobres e a segunda de pobres. Ou seja, como é que o governador pode, em algum momento, querer criticar qualquer pessoa quando ele não faz, e o seu secretariado não consegue fazer o dever de casa? Pelo menos, distribuir renda! Renda! Ele não consegue tirar essas pessoas da extrema pobreza. É assim que hoje o nosso estado da Bahia se encontra: nesse caos, nesse afundamento. Nós, eu digo assim de coração a todos vocês, que nós não passamos piores momentos nessa pandemia, de março para cá, porque temos um grande líder político, um grande gestor, que é o ACM Neto.

Quando, naquele 16 de março, o Neto, logo de cara, às 10h a manhã, disse: “Suspenderei as aulas no município.” Não esperou o governador, não esperou ninguém. Ele vinha acompanhando, desde fevereiro, as notícias sobre a pandemia, sobre esse vírus da Covid, ele conversava com o Mandetta. Quando chegou aqui, meu amigo, ele não teve dúvida – porque um gestor age dessa forma –, ele suspendeu as aulas e tomou outras medidas. Às 16h desse mesmo dia, graças a Deus, o governador Rui Costa ouviu a voz da experiência, da sabedoria, da liderança do ACM Neto e disse: “Eu também vou suspender seguindo ACM Neto”. Faltou ele dizer isso. “Seguindo o prefeito da minha capital onde fica o bairro em que eu nasci, que é a Liberdade”. Ele deveria ter dito isso. “Seguindo o prefeito da minha capital, esse grande líder, eu também suspenderei as aulas do governo estadual”. Mas ele não deu esse mérito a Neto, ele não fez isso.

Da mesma forma ele agiu, fazendo um parêntesis, o governo do estado agiu da mesma forma quando Neto anunciou que iria construir o centro de convenções. O que é que aconteceu? Quando Neto fez, na época era ainda o secretário Bellintani, o que é que o governo do estado fez? Na mesma hora, na mesma hora, no mesmo dia, anunciou, também, que estaria construindo um centro de convenções que fosse do tamanho que

a Bahia necessitava e não com 14 ou até 20 mil pessoas que podem caber hoje, que podem ocupar o nosso centro de convenções da nossa capital.

Onde está o centro de convenções do Sr. Rui Costa? Onde está? Balela, conversa fiada, porque ele não aguentou a pressão quando ACM Neto, novamente, com a sua sabedoria, a sua esperteza, a sua inteligência e o seu poder de gestão, anunciou, comprovou, fez e entregou o centro de convenções. Ele fez o quê? “Não, o nosso vai ser melhor, o nosso vai ser maior”. E onde está o centro de convenções do estado? Nem o local ele conseguiu decidir. Se formos olhar ainda centro de convenções, há 5 anos que a gente tem um mausoléu que ele não consegue, o governador, o governo do estado, não consegue tomar uma decisão sequer do que fazer com o centro de convenções. É só conversa. O governo do estado não tem condição de ... Da mesma forma que eu digo, volto, de novo, a esse mesmo discurso que eu estava fazendo anteriormente.

Quando eu disse da decisão de ACM Neto às 10 horas da manhã, do dia 16 de março, quando ele suspendeu as aulas e tomou outras medidas para combater a Covid. Naquele dia ele teve esse poder de decisão, que é assim que um líder faz, e, não, copiar. Mas, se copiou, amém. Porque o governador do estado quando copiou, também, o Centro de Convenções, ele disse que ia fazer quando Neto anunciou para tentar tirar o brilho do anúncio do ACM Neto, o brilho desse grande empreendimento que chegaria para nossa capital.

Ele disse: “Eu vou fazer também, eu vou fazer.” Pronto! Onde está a ordem de serviço para esse centro de convenções? Onde está construído o centro de convenções? Onde será construído o Centro de Convenções? Mas é por isso, por ele não fazer, ele prometer, ele anunciar, de uma forma que não foi responsável... O governador, naquele momento, não teve a responsabilidade devida com sua fala, porque anunciou que faria e, depois de mais de 3 anos, nós não temos, ainda, o conhecimento do local onde será construído. Será que vai ser construído pelo governador? Não será. Eu digo a vocês, V. Ex.^{as} podem acompanhar, não será construído o Centro de Convenções pelo governador Rui Costa. Ele tem 2 anos, ele tem 2 anos para fazer isso, e não será construído nenhum centro de convenções, porque ele enganou a população como ele engana a população quando fala na Ponte Salvador-Itaparica. Quantos anos tem essa ponte? Doze anos anunciando que vai construir. Pelo amor de Deus!

Então, eu acho que essa situação que eu li para vocês, essa pesquisa do IBGE que, inclusive, meu líder tinha passado para todos nós, quando a gente vê que a Bahia, em valores absolutos, tem o maior número de extremamente pobres no nosso Brasil é uma coisa de estarrecer. Mas a justificativa é essa, porque o governo do estado, a correria dele é para outra coisa. Não existe correria para fazer o que necessita, a correria não existe para tirar os pobres dessa situação de pobres, e os extremamente pobres dessa situação de extremamente pobres. Não existe correria para isso, parece que quer a persistência, a persistência dessa situação de calamidade. Essa é uma situação, gente, de calamidade pública.

Nós – um minuto só, Sr. Presidente – que fazemos campanha, que fazemos política, que viajamos e visitamos diversos lugares, nós sabemos o que é extrema pobreza localizada, aquelas coisas que a gente vai. Mas o estado da Bahia ter o maior

número absoluto de pessoas extremamente pobres, com um governo do PT, que já dura 13 anos, 14 anos, não é, faltam só dois, 14 anos. Um governo do PT que já dura 14 anos e a gente persistir, deputado Hilton Coelho, com essa quantidade de pessoas sendo colocadas nessa categoria de extremamente pobres. E, em segundo lugar, a Bahia está na quantidade de pessoas pobres. Isso é um absurdo! Um governo que diz que é pelo social, que é pela educação. É mentira, isso é mentira. Mas chegou o momento em que a população abriu demais os olhos, já sofreu demais. E não adianta, não adianta. Hoje, vi, rapidamente, o que o presidente do Partido dos Trabalhadores, o Édén, bom sujeito, uma boa pessoa, não estou falando aqui da pessoa, mas eu vou falar da instituição Partido dos Trabalhadores. O presidente do Partido dos Trabalhadores aqui na Bahia, quando ele chega e diz que Neto se arvorou, foi muito rápido quando ele quis falar sobre o resultado eleitoral.

Neto não fez absolutamente nada. Acabada a eleição, perguntam a ele: “O que você acha do resultado do Partido dos Trabalhadores nas eleições?” Ele disse, ele não falou isso, mas eu vou dizer o que ele deve ter pensado: “Foi um desastre, foi um desastre um governador do estado só conseguir essa quantidade de prefeituras.” Parece-me 32, 32 prefeituras. Sabe por que esse desastre? Porque o governo dos trabalhadores ninguém quer, as pessoas querem pegar o biscoitinho ali para poder manter as suas prefeituras, manter os atendimentos porque senão o governo do estado persegue. Mas ninguém quer compromisso com o governo do estado, ninguém quer o carimbo do Partido dos Trabalhadores, não, porque está um desastre. Essa eleição foi desastrosa não só na Bahia, onde diziam: “Nada, o PT aqui manda.” Foi um desastre, sim. E um desastre também nacional quando não conseguiu, não conseguiu fazer uma capital, um prefeito de capital.

As pessoas podem aqui, os deputados e deputadas podem até combater o que estou falando, mas eu vou falar muito sinceramente com V. Ex.^{as}. Nós, do Democratas, que fizemos mais prefeituras inclusive que o Partido dos Trabalhadores, eu digo a vocês: aqui na Bahia, nós não fomos buscando pessoas para sair pelo partido. Não! Quem quis sair pelo partido saiu. Outros saíram por outros partidos, porque talvez estivessem inativos naquele determinado momento e tal. Nós não fizemos um trabalho para crescer o Democratas. Foi uma coisa assim, de livre e espontânea vontade.

E vocês observem, colegas deputados e deputadas, de livre e espontânea vontade, ninguém queria sair candidato à prefeitura pelo PT. Nas grandes cidades em que o PT foi candidato, levou ferro, foi chumbo feio. Não adiantou ir toda a majoritária para lá apoiar o Herzem, apoiar o Zé Neto porque foi chumbo grosso. Quando o baixinho subiu para fazer as carreatas, bastava fazer assim, ó, com a mãozinha, cumprimentando as pessoas. Dando esse apoio foi o suficiente para ter uma virada porque há esperança. A presença de ACM Neto nos municípios é esperança de dias melhores. E é por isso, é por isso que após 14 anos eu digo: daqui a dois, continuem com a esperança, sobrevivam porque ACM Neto vem aí. E aí vocês, deputados e deputadas do Governo, vocês vão perceber o que é fazer uma gestão, o que é ser gestor. Esses índices de IBGE, esses índices do IBGE que hoje envergonham a nossa Bahia, esses índices do IDEB que envergonham a nossa Bahia, não mais existirão porque ACM Neto, o baixinho,

como dizem; o soberano, como alguns dizem; o líder nato, como alguns dizem e como um grande gestor, como eu digo, como a Bahia diz, como Salvador diz, estará presente e vai resolver esses problemas. Ele vai mostrar como faz, e não precisa ficar com o nomezinho de correria não, porque a correria, gente, não deu certo.

Olhem os índices que nós temos, índices oficiais. Quando íamos para a segurança, também os índices eram péssimos, nós tivemos índices péssimos na segurança. Aí se questionava que a segurança... essa matança não era disso, não era daquilo, que o índice foi avaliado de uma forma errada. Mas são índices oficiais, gente, são índices oficiais.

E agora que já falamos do social, já falamos da educação, da segurança, vamos para a saúde. A saúde está aquém do que a gente precisa. Eu não consigo mais, eu não consigo mais passar anti-inflamatório, analgésico para curar o joelho e o quadril das pessoas porque nós não temos quem faça as cirurgias de prótese, artroscopia, prótese de joelho, prótese de quadril.

Isso é um absurdo! Um governo desse tamanho não tem um programa para realizar cirurgias de próteses de joelho, de próteses de quadril que possam resolver a situação das pessoas, deixando esses pacientes moribundos aí sem poder voltar para suas vidas produtivas, sem poder ajudar as suas famílias na sua alimentação porque o governo do estado não está interessado nisso, não quer resolver o problema das pessoas, não existe vontade política do governo do estado para investir na nossa saúde.

Quando a gente observa, são legiões de pessoas precisando de cirurgia ortopédica, não adianta fazer um hospital ortopédico para atender só trauma. Quando da primeira vez que eu tentei conversar com o secretário Fábio Vilas-Boas há 6 anos, alguma coisa ele percebeu, ele pegou, que foram os mutirões das cirurgias eletivas, mas existe cirurgia ortopédica que eu falo o tempo todo.

O secretário da saúde mentiu, ele mentiu quando foi para a imprensa, para os sites. Eu lembro de uma reportagem grande no Jornal *A Tarde* falando que a Bahiafarma produziria prótese.

Eu fiz um discurso longo, com o tempo disponibilizado pelo presidente, que me permitiu fazer uma demonstração e trouxe uma caixa de prótese para mostrar aos senhores e senhoras o que era prótese, e que ele não conseguiria produzir prótese para ser utilizada nos pacientes da Bahia.

Isso foi feito? Onde está? Nunca foi feita uma prótese, isso tem 6 anos. O secretário de saúde nunca conseguiu produzir uma prótese, mas ele não tem que produzir prótese. Ele estava equivocado, ele estava errado, ele só viajou para a Itália para ficar visitando fábricas de próteses. Não precisava nada disso, com esse dinheiro ele já tinha operado meio mundo de gente aqui na Bahia.

Agora, fica fingindo, fica brincando, dizendo: “Não, eu estou fazendo isso, estou fazendo aquilo.” E uma legião de pessoas aleijadas aí, moribundas sem poder voltar para suas atividades profissionais e laborais.

É isso que me deixa chateado, Sr. Presidente, quando se fala no governo do PT, dizendo que é social. Social nada, gente!

Olhem isso aqui, não sou eu não, não é o deputado Sandro, não, isso aqui é o IBGE, minha turma. Isso é IBGE! Esse aqui é um índice que envergonha a nossa Bahia. Não é possível! Não é possível que agora, depois de tanta coisa que está acontecendo no governo do estado, as pessoas ainda vão acreditar. Não vão! Porque é um governo mentiroso. Um governo que não atua e, mais uma vez, quem fala não sou eu não, eu estou aqui repercutindo índices nacionais, índices de avaliação nacional, que a educação está péssima, a saúde péssima, a infraestrutura... as pessoas... Pronto, vamos embora falar aqui de infraestrutura...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Para concluir, deputado Alan.

O Sr. ALAN SANCHES: Só para terminar.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): No seu próximo tempo, V. Ex.^a conclui aí.

O Sr. ALAN SANCHES: Amigos, eu tenho muito apreço ao deputado...só um minuto para terminar...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pois não, pois não.

O Sr. ALAN SANCHES: (...) com o secretário Marcos Cavalcanti. Acho ele um homem bom, foi subsecretário do senador Otto Alencar, um grande secretário também, mas eu não sei o que acontece. Nós temos uma pequena ligação na BR-101 para a entrada de Conceição do Almeida, dá um quilômetro e meio, um quilômetro, estou falando o quê? Não sei se dá um quilômetro e meio. Deputado Rosemberg conhece bem. O Deputado Coronel, Diego Coronel, também conhece, bem como seu pai, o senador Coronel.

Gente, foi feito ano passado, está cheio de... vou falar aqui, broca, está cheio de broca. Não é possível! Foi feito com o quê? As pessoas falavam do Sonrisal da época de João Henrique. É um asfalto que eu não entendo, foi feito um pedacinho, é um pedacinho, e cheio de buraco já sendo recomposto. Não é esse o tipo de infraestrutura que a gente quer, com todo respeito que eu tenho a Marcos Cavalcanti, a consideração que eu tenho à Infraestrutura, mas gente tem que ver. Mas sabe o que é isso? É que amarram, amarram, amarram a mão de Marcos Cavalcanti e não permitem que ele faça a licitação e a solicitação que ele deseja.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela sua tolerância e também dos meus colegas.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra, o próximo orador inscrito, deputado Luciano Simões Filho, pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO: Estou aqui.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Muito bem, meu querido amigo. V. Ex.^a tem 20 minutos, começando às 16h37min.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO: Boa tarde, amigas e amigos deputados. É um prazer estar aqui de volta também por esse meio digital, a esta sessão que delibera sobre importantes projetos para a Bahia. É um momento no qual nós fazemos toda a discussão. Mais uma vez, em todos os meus pronunciamentos gostaria de parabenizar todos os técnicos da Casa, por essa boa vontade, primeiro, de toda tecnologia empregada nessas sessões virtuais...

(Interferência na conexão.)

(...) bem, o pronunciamento do Deputado Alan Sanches que eu ouvi com toda atenção aqui é muito pertinente. Eu conheço essa estrada que foi o fim do pronunciamento dele aí agora, que é a ligação da BR-101 ao município de Conceição do Almeida, realmente já está largada há anos. É um trecho muito curto e eu não entendo, porque o prefeito daquela cidade é do PSD, do 55, grande eleitor do deputado Alan Sanches, e do 55 do senador Otto Alencar, do 55 do secretário de Infraestrutura, o Sr. Cavalcanti.

Então, eu me somo aí com o deputado Alan Sanches, nessa solicitação, da importância daquela estrada, que é inevitável para ter acesso ao município de São Felipe. Então, estamos juntos aí, Alan, nesse pleito.

Bem, nobres deputados, presidente, Nelson Leal, as urnas falaram, como foi lembrado em pronunciamentos anteriores, principalmente o do nosso amigo Sandro de Oliveira Régis, na última sessão. As urnas falaram, e a mensagem que saiu das urnas, na minha opinião e na opinião majoritária dos eleitores da Bahia, lembraram que o Democratas, hoje, ou a partir de 2021, e os partidos coligados irão administrar, governar a maioria dos habitantes dos municípios da Bahia. A brilhante vitória do vice-prefeito hoje e futuro prefeito Bruno Reis; a reeleição de Herzem Gusmão; a reeleição de Couber Martins em Feira de Santana e tantas e tantas vitórias emblemáticas; Teixeira de Freitas; a união que foi feita contra Jânio Natal em Porto Seguro; Eunápolis; Juazeiro; Senhor do Bonfim; Barreiras, com a reeleição de Zito; a reeleição de Rodrigo Hagge em Itapetinga, que também é outro município importantíssimo de nosso estado; e tantas outras grandes vitórias como em Senhor do Bonfim; a participação do prefeito ACM Neto em Serrinha com Adriano Lima e tantas outras, e tantas outras vitórias que aconteceram aí, por esta Bahia afora.

É importante... E a gente estava conversando mais cedo na reunião nossa de bancada, aqui, na Bancada da Oposição, em que o nosso colega deputado Tiago Correia, que se debruçou muito sobre o projeto dos Refis do ICMS daqui, do governo do estado. Nesse Refis, eu entendo, como boa parte, eu acho que praticamente toda nossa Bancada da Oposição, nós entendemos ser positivo, apesar de ter podido melhorar um pouco mais, mas é um projeto de lei positivo. Tenho certeza de que esse projeto será, sim, aprovado nesta Casa pela vontade dos parlamentares, porque é a vontade do povo da Bahia.

Mas é importante – e fica o recado aqui também para os líderes dos outros partidos – que seja feito o debate, o debate não só desses projetos que são bons para a Bahia, mas de tantos outros projetos. A gente sente essa falta aqui, na Casa, do debate

das ideias, das considerações. E, voltando a tempos que eu cheguei a viver aqui, nesta Casa, de próprios projetos de lei dos deputados. Cabe a sensibilidade, eu acho que este ano não dá, mas para o próximo ano, que a Assembleia também priorize os projetos de lei de autoria dos colegas, dos deputados estaduais.

É esta minha contribuição aí, Sr. Presidente. Muito obrigado a todos pela atenção.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Prisco. Prisco é o próximo orador inscrito.

O Sr. SOLDADO PRISCO: Boa tarde, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Boa tarde, meu amigo. V. Ex.^a tem 10 minutos.

O Sr. SOLDADO PRISCO: Pronto.

Boa tarde a todos os membros desta Casa.

Meu presidente, venho aqui, primeiro, fazer uma denúncia gravíssima. Ontem, ou anteontem, um policial militar veio a falecer em razão de Covid. Era o soldado Albués, e o mesmo estava custodiado no Batalhão de Choque. Nós... Ele estava custodiado no Batalhão de Choque. Por estar com problema de saúde, foi para um hospital na Cidade Baixa, o... esqueci agora o nome do hospital. Mas ele foi para um hospital na Cidade Baixa e conseguimos.... Agenor Paiva! O soldado Albués foi para o Agenor Paiva, já que estava com problema de saúde, e lá ficando internado durante um bom tempo.

Nós conquistamos a domiciliar para o mesmo, para o policial. Recebeu alta do hospital e a escolta do Batalhão de Choque, por ordem do major Malvar, que é o comandante do CCP, recolheu o policial de volta ao Batalhão de Choque.

Ora, se o custodiado está num hospital, ele não poderia retornar para o presídio. Ele não pode pegar uma pena... Ele já tem uma pena gravosa, ele não pode pegar uma pena mais gravosa. Ele deveria ir para a sua residência.

A alegação do major é que não tinha a tornazeleira, já que a juíza determinou o uso da tornazeleira. Mas não é culpa do policial, e o Código Penal é bem claro em relação a isso. O policial foi levado de volta à custódia do Batalhão de Choque. Lá, passou mal e levaram ele de volta para o hospital. No hospital – a dúvida é se foi no hospital ou no Batalhão de Choque – o policial contraiu Covid e veio a falecer.

Nós entramos no dia de hoje com uma representação criminal contra o major Malvar, e espero que o comandante-geral da PM tome providência em relação a essa situação séria que ocorreu na custódia do Batalhão de Choque. Foi um policial militar que perdeu sua vida simplesmente porque o major entendeu que poderia fazer o que ele queria. Fora várias denúncias do que está ocorrendo lá.

E no mesmo dia de hoje, também, nós fizemos um pedido para que todos os policiais que estão custodiados no Batalhão de Choque sejam testados, já que ninguém

tem certeza sobre se esse policial contraiu Covid lá ou no hospital onde ele ficou custodiado. Então, é uma denúncia gravíssima.

Quero pedir também, aqui, se a presidente e os demais membros da Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública... eu quero pedir uma visita ao Batalhão de Choque. Nós não estamos em recesso, estamos em plena votação, e eu gostaria de pedir a atenção da presidente, deputada Neusa Cadore, para que a gente possa ir o mais rapidamente possível ao Batalhão de Choque para fazer uma visita e verificar a situação dos policiais que lá estão custodiados. São policiais militares que estão sofrendo várias situações em relação a esse major.

Cobro, aqui, da presidente e espero uma posição dela. Ouviu, presidente? Já que eu estou citando a presidente da Comissão de Direitos Humanos, espero uma posição da mesma para que a gente faça uma visita, uma visita com máscara, com todos os cuidados, para ver a realidade do que está acontecendo no Batalhão de Choque.

E volto, aqui, presidente, mais uma vez, a falar sobre a Operação Faroeste. O silêncio do governo da Bahia ainda impera, um verdadeiro absurdo. O desenrolar da operação todo mundo está vendo. As duas desembargadoras foram presas, prisão preventiva. O filho da desembargadora que era funcionário da secretaria foi exonerado agora por causa da Operação Faroeste.

E o silêncio do governador! Será que esse governador é o governador “correria” mesmo? Porque agora ele deveria fazer uma correria, convocar uma coletiva, explicar para o povo da Bahia o que está acontecendo na Secretaria da Saúde, porque teve, agora, também a prisão preventiva de uma ex-gestora do hospital.

A questão dos respiradores, deveria continuar falando, porque até agora ninguém sabe para onde foram os R\$ 100 milhões que foram desviados dos cofres da Bahia.

E agora uma denúncia gravíssima dessa na cúpula da Segurança Pública. É obrigação do governador do estado ir para a imprensa e dizer para a Bahia quais são as providências, porque até agora não se viu nada. Manteve a Secretaria intacta, o que era vice assumiu, aquele mesmo que atirou nos trabalhadores sem-terra. Toda a estrutura continua lá, montada do mesmo jeito, e nada mudou.

Cadê a correria para explicar à população da Bahia o que é que está acontecendo?

Todo esse silêncio, inclusive da Assembleia Legislativa. Sinto-me envergonhado, presidente, pela Assembleia Legislativa estar em um silêncio absurdo, não falar nada, não comentar nada, não colocar uma nota em nome de seus pares. Sei que a culpa não é de V. Ex.^a, V. Ex.^a é apenas o presidente da Assembleia. Mas toda esta Casa deveria se manifestar nesse sentido, a Mesa Diretora deveria se manifestar. Foi uma acusação gravíssima que o Ministério Público federal fez.

E, como eu falei, o desenrolar, as provas estão aí, aparecendo a cada dia mais, enquanto a segurança pública, nas ruas, no dia a dia, ela sangra, policiais perdem as suas vidas. Ontem, uma viatura capotou com policiais.

Nós não temos condição nem de trabalho, nós não temos o salário reajustado há 6 anos. Tudo está sendo reajustado, mas o salário do servidor público em geral não é

reajustado. Na nossa categoria não temos as mínimas condições de trabalho, as condições ainda são insalubres.

Em plena pandemia há cobrança até demais, mas as condições para que esse policial se preserve em relação à pandemia são zero. A insalubridade, a periculosidade, em um momento como esse, nem isso este governo encaminhou para esta Casa para pagar aos policiais, nem que fosse por este período só e depois se iria discutir. Nada foi feito.

Apresentamos um projeto nesta Casa para a isenção do ICMS e agora o governo está votando uma isenção, mas não para a categoria, que precisa tanto. Nada contra ao que está sendo votado, mas a isenção para a compra de armas e materiais para trabalhar, porque a polícia não tem... Vários policiais estão sem seu equipamento para trabalho porque o verdadeiro absurdo deste governo que não se manifesta...

Não vai fazer nenhum dano ao Erário, aliás, vai melhorar, e muito, as condições do policial. Pelo menos ele vai ter condições de adquirir a arma, adquirir munição, adquirir equipamentos para seu uso, para seu trabalho, já que o Estado não concede. Então, absurdos como esses vamos continuar vendo na Bahia.

Que Bahia é esta, em que se fala tanto em mudança, onde os bairros estão todos sitiados pelo crime organizado, onde o crime organizado determina a hora do comércio fechar e abrir, os ônibus entram ou não entram naquele bairro? Que Bahia é esta que durante 10 anos ostenta os maiores números da violência no Brasil? E mudança? Zero! Que Bahia é esta que não olha para o homem que está na ponta, seja ele policial militar, policial civil, agente penitenciário? Nada este governo faz para melhorar o quadro da Segurança Pública.

Como eu já denunciei aqui, eu estive na semana passada no Draco e no DHPP e fiquei horrorizado com a estrutura, com o que aquela delegacia tão importante para o estado está passando, com a decadência e a situação insalubre em que estão trabalhando ali os policiais civis. O elevador já não funciona há 2 anos! São cinco andares, e já não funciona há 2 anos.

A 1ª Delegacia, no Complexo dos Barris, outra aberração!

A qualidade dos quartéis na Bahia, também!

Cadê essa melhora da segurança pública?

A gente vê o crime organizado dentro da segurança, dentro da Secretaria da Segurança Pública! E cadê o governador, que não fala nada, que não se manifesta?

Vimos, agora, o que aconteceu com um policial, numa denúncia que fiz, o soldado Albués. Uma verdadeira aberração, um abuso de autoridade, inclusive, desse major. E nós entramos com uma ação contra ele hoje.

E eu espero que esta Casa se manifeste. Eu espero que a presidente da Comissão de Direitos Humanos, realmente, seja a Comissão de Direitos Humanos para os humanos direitos, como são os policiais militares.

Eu espero que ela fale logo depois de minha fala, ou o presidente ceda para ela, e marque logo, o mais rapidamente possível, Sr. Presidente – amanhã, depois de amanhã –, porque o caso requer urgência. Nós temos que ir logo à custódia do Batalhão de Choque, porque os familiares estão reclamando. Todo o mundo está falando sobre o tratamento que esse major vem dando àqueles policiais que estão custodiados.

Não quero entrar no mérito de se eles estão lá por erro ou por acerto, isso quem vai dizer é a Justiça no decorrer do processo, mas o tratamento tem que ser digno para todos, independentemente da situação. E, infelizmente, isso não está ocorrendo.

Então peço, mais uma vez, à presidente, aos membros da comissão que se desloquem até o Batalhão de Choque para fazerem essa visita, para verem a realidade dos policiais que estão lá.

Sr. Presidente, eu lhe agradeço, muito obrigado pelo espaço concedido.

E espero que a presidente da Comissão de Direitos Humanos, o vice-presidente e a comissão aprovem, aqui mesmo, a ida ao Batalhão de Choque, porque a necessidade fala mais alto. A necessidade é urgente, porque são policiais militares e suas famílias que estão sendo muito maltratados naquele lugar. Requer, urgentemente, esse tipo de ação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Encerrada a discussão.

O Sr. Sandro Régis: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem o deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis: Eu irei usar os meus 5 minutos regimentais.

Está escutando?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Encerrada na comissão, deputado Sandro.

O Sr. Sandro Régis: Na comissão.

Está escutando, Sr. Presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Estou escutando.

O Sr. Sandro Régis: A minha questão de ordem, ela... Primeiro, quero, aqui, registrar que este é o segundo projeto para o qual a oposição pediu vista e que nós vamos encaminhar favoravelmente.

Tivemos o cuidado de estudar tanto o projeto passado, o qual o deputado Alan Sanches estudou, que discorreu sobre a questão de celebrar o termo aditivo entre a lei federal e a medida provisória da questão da Covid, como também, agora, esse do ICMS, que o deputado Tiago Correa procurou os agentes envolvidos nesse projeto para debater e conversar sobre se esse projeto seria bom para todos aqueles que estivessem envolvidos.

Nós não fazemos oposição por oposição. Nesta votação virtual, Sr. Presidente, fica muito complicado qualquer tipo de votação sem que possamos estudar o que vamos votar, sem termos a convicção de que o voto que iremos dar será um voto bom ou ruim para a Bahia e para os baianos.

Então, nessa luz, Sr. Presidente, eu quero pedir a V. Ex.^a uma questão de ordem no âmbito das comissões para que possamos conclamar os deputados para esse debate.

Nós entendemos que deputados do governo votam no governo, mas o governo... vão passar diversos governos. O governo não se eterniza, nem tampouco o governador. Existe a mudança, e nós temos que ter responsabilidade com o nosso mandato e nós temos que ter o compromisso com a Bahia e com os baianos.

De antemão, também, Sr. Presidente, já quero, aqui, orientar. Havendo quorum legal para a votação, seguindo a orientação do deputado Tiago Correia, eu oriento os nossos membros da bancada que fazem parte das comissões a votarem favoravelmente ao projeto.

Mas, antes disso, eu peço a V. Ex.^a uma verificação de quórum no âmbito das comissões.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal) V. Ex.^a será atendido.

(O Sr. Presidente procede à chamada nominal para a verificação de quórum.)

Vamos começar, aqui, pela Comissão de Constituição e Justiça.

Deputado Zé Raimundo.

Abra o microfone de todo mundo aí, por favor.

O Sr. Zé Raimundo: Presente, Sr. Presidente. Deputado Zé Raimundo.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Zé Raimundo, presente, um.

Deputado Paulo Câmara, deputado Alan Sanches, deputado Antônio Henrique Jr... deputado Antônio Henrique Jr., deputada Ivana Bastos.

A Sr.^a Ivana Bastos: Presente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Presente, dois.

Deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel: Presente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal) Presente, três.

Deputado Samuel Junior... deputado Samuel Junior. deputado Vitor Bonfim, deputado Alex Lima... deputado Alex Lima, deputado Euclides Fernandes... deputado Euclides Fernandes, deputado Robinson Almeida.

O Sr. Robinson Almeida: Presente, Sr. Presidente.

O Sr. Deputado Alex: Deputado Alex da Piatã, presente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Não é Alex da Piatã, não. Aqui, é Alex Lima.

A Sr.^a Olívia Santana: Presente, viu, Presidente! Olívia Santana está presente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Mas não chamei ainda não, só a Comissão de Constituição e Justiça. Na Comissão de Constituição e Justiça, faltam membros. Eu vou fazer depois a chamada dos ausentes.

Comissão de Infraestrutura.

(Vários Srs. Deputados dizem “presente, presidente” ao mesmo tempo.)

O Sr. Zé Cocá: Presente, presidente. Zé Cocá presente, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Zé Cocá, eu estou querendo falar, inclusive, com V. Ex.^a quando estiver com tempo. Mas V. Ex.^a não é dessa comissão, não.

É Infraestrutura. Infraestrutura.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Deem vez a Alex Lima, por favor, aí, pessoal!

O Sr. Sandro Régis: Tiago, desligue o celular, rapaz!

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum.)

Pedro Tavares... Pedro Tavares, Niltinho... Niltinho, Alex Lima... Alex Lima, Eduardo Salles.

O Sr. Eduardo Salles: Presente, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Eduardo Salles, presente, um.

Jusmari Oliveira... Jusmari Oliveira, Maria del Carmen.

A Sr.^a Maria del Carmen Lula: Presente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Presente, dois.

Tiago Correia.

O Sr. Tiago Correia: Presente, Sr. Presidente. Eu apresentei o relatório. Eu apresentei o relatório, rapaz!

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Zé Cocá... Zé Cocá... O deputado estava presente aqui...

O Sr. Zé Cocá: Presente, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Presente, quatro.

Jânio Natal...

O Sr. Zé Cocá: Deputado Zé Cocá presente, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Já marquei.

Jânio Natal... Jânio Natal, Laerte do Vando, Robinson Almeida... Robinson Almeida.

Deixe todo mundo aberto.

Robinson Almeida.

O som de V. Ex.^a... Aí!

(O Sr. Ernâni Romeo: Está todo mundo aberto.)

O Sr. Robinson Almeida Lula: Presente, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Há quórum na Comissão de Infraestrutura.

A próxima é Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia.

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum.)

Fabíola Mansur. Está afastada. Jurailton... Jurailton, Olívia Santana.

A Sr.^a Olívia Santana: Presente, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Presente, um.

Osni, Osni, Osni.

O Sr. Osni Cardoso Lula da Silva: Presente, estou presente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Presente, dois.

Roberto Carlos.

O Sr. Roberto Carlos: Presente, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Presente, três.

Robinson Almeida.

O Sr. Robinson Almeida Lula: Presidente, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Presente, quatro.

E Rosenberg Pinto.

O Sr. Rosenberg Lula Pinto: Presente, cinco.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Presente, cinco.

A próxima é a Comissão de Defesa do Consumidor e Relações do Trabalho.

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum.)

Júnior Muniz... Júnior Muniz, Jacó.

O Sr. Jacó Lula da Silva: Presente, Sr. Presidente. Presente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Presente, um.

Jurailton... Jurailton, Marcelinho Veiga... Marcelinho Veiga, Marcelino Galo.

O Sr. Marcelino Galo Lula: Presente, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Presente, dois.

Roberto Carlos.

O Sr. Roberto Carlos: Presente, presidente.

O Sr. Marcelinho Veiga: Marcelinho Veiga, presente.

A Sr.^a Ivana Bastos: Ivana Bastos, presente.

O Sr. Marcelino Galo Lula: Está me vendo aqui, presidente? Marcelino Galo, presente.

O Sr. Roberto Carlos: Roberto Carlos, presente, viu?

O Sr. Marcelinho Veiga: Marcelinho, presente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Eu já marquei.

A Sr. ^a Ivana Bastos: Ivana Bastos, presente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): V. Ex.^a não é desta comissão, não, deputada.

Deputados Jacó, Marcelinho Veiga, Marcelino Galo e Roberto Carlos.

Deputado Vitor Bonfim, deputada Fabíola Mansur, deputada Maria del Carmen.

O Sr. Vitor Bonfim: Presente.

A Sr. ^a Maria del Carmen Lula: Presente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Presente, cinco.

Comissão de Orçamento, Fiscalização e Controle.

Robinho, Luciano Simões Filho, Bobô.

O Sr. Bobô: Presente, presidente, presente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Presente, um.

Diego Coronel... Diego Coronel.

V. Ex.^a liga o som, deputado Diego. O som de V. Ex.^a está desligado. É no seu celular que vai ligar, tem no seu celular.

O Sr. Diego Coronel: Agora foi.

Presente, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Presente, dois.

Tiago Correia... Tiago Correia.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Presente, três.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Vitor Bonfim.

O Sr. Fabrício Falcão: Fabrício, presente, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Zé Cocá... deputado Zé Cocá.

O Sr. Zé Cocá: Deputado Zé Cocá, presente, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Zé Raimundo.

O Sr. Zé Raimundo Lula: Presente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Há quórum.

CCJ.

Zé Raimundo...

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente, a Comissão de Orçamento, Fiscalização e Controle, quem foram os cinco mesmos, por favor?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): De qual?

O Sr. Sandro Régis: Orçamento, Fiscalização e Controle?

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Tem quórum, porque Tiago é o terceiro!

O Sr. Sandro Régis: Tiago não deu quórum, não.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Mas Tiago é o relator, querido! Tiago é o relator! Ele pediu vista do projeto.

O Sr. Sandro Régis: Não tem nada a ver uma coisa com a outra!

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Qual é a que V. Ex.^a quer, deputado Sandro?

O Sr. Sandro Régis: Orçamento e Fiscalização.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Mas eu vou fazer agora.

O Sr. Sandro Régis: Acabou de falar.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Estão presentes os deputados Bobô, Diego Coronel, Zé Cocá, Zé Raimundo, deputado Jacó e deputado Marcelinho Veiga.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: O.k.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Só está faltando a CCJ. Vamos fazer agora a da CCJ, porque...

O Sr. Sandro Régis: Inclusive, já se passou o tempo regimental.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Não, não passou, não. São 15 minutos.

Zé Raimundo Lula... Zé Raimundo.

O Sr. Zé Raimundo Lula: Presente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Presente, um.

Paulo Câmara, Alan Sanches, Antônio Henrique Jr., Ivana Bastos.

Deputada Ivana, abra o microfone, deputada. Abra o microfone no seu telefone, abra o microfone.

Pronto, abriu.

A Sr.^a Ivana Bastos: Tem que abrir é aí.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Está aberto todo.

A Sr.^a Ivana Bastos: Abriu agora, Ernâni.

Presente, Sr. Presidente.

Capitão Alden: Presente, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Paulo Rangel.

Paulo Rangel: Presente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Presente, três.

Samuel Junior, Vitor Bonfim, Alex Lima.

V. Ex.^a está com o microfone fechado, tem que abrir o microfone. Abra o microfone no seu aparelho, deputado Alex.

O Sr. Alex Lima: Não, eu já tinha aberto, presidente. É porque não estava autorizando.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Euclides Fernandes... Euclides Fernandes, Robinson Almeida... Robinson Almeida.

O Sr. Euclides Fernandes: Euclides Fernandes, presente, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Presente.

Então, há quórum na CCJ.

Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado por unanimidade. (Parecer apresentado pelo Deputado Vitor Bonfim na 30ª Sessão Extraordinária.)

Agora, iremos para o Plenário.

Deputado Sandro, como é que vai... como é que nós vamos proceder? Vai abrir as inscrições um por um ou V. Ex.^a vai indicar os inscritos?

O Sr. Sandro Régis: Eu vou indicar os inscritos, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Por favor, feche todos os microfones, Ernâni. Pronto.

Abra para o deputado Sandro.

Se algum outro deputado quiser se inscrever, pode se inscrever, não há problema algum. Aqui, nós não estamos cassando a palavra de ninguém, nós estamos fazendo assim só para ter mais facilidade.

Deputado Sandro com a palavra.

O Sr. Sandro Régis: Pois não. Falarei eu, Sr. Presidente, falará o Capitão Alden... só 1 minutinho, presidente. Estou vendo aqui, no grupo da gente, quem está pedindo para falar. Só 1 minutinho.

Falará o deputado Tom Araújo,...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Sim.

O Sr. Sandro Régis: (...) e falará o deputado Tiago Correia por último.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o deputado Sandro Régis, pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. SANDRO RÉGIS: Sr. Presidente, Srs. Deputados, a gente... eu vou tratar do projeto que nós sob a orientação do deputado Tiago Correia, sugerimos à bancada votar positivamente.

A presente proposição se baseia em convênios no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz, que confere ao Estado da Bahia autorização para a remissão parcial e a redução de multas e acréscimos moratórios de débitos tributários do ICMS, relativos à glosa de créditos fiscais.

A proposta tem como finalidade encerrar litígios tributários e regularizar a situação fiscal de contribuintes enquadrados nos convênios, mitigando possíveis custos

ao estado com demandas judiciais potencialmente inexitosas, reduzindo o acervo de processos em tramitação nos âmbitos administrativo e judicial, e demonstrando a sensibilidade ao momento enfrentado pelos atores econômicos.

Contudo, tal benefício não atenderá a todos indiscriminadamente, mas a distribuidores.

A remissão será de 75% dos débitos tributários do ICMS relativos à glosas de créditos fiscais decorrentes de aquisições internas de mercadorias junto a fabricante habilitado à fruição de incentivo fiscal, realizadas por empresa pertencente ao mesmo grupo econômico que opere como distribuidor, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, inclusive os espontaneamente denunciados pelo contribuinte, ainda que ajuizados, decorrentes de fatos geradores ocorridos até 30 de junho de 2020.

Contudo, o benefício fica condicionado ao pagamento do valor remanescente dos tributos à vista, como estabelece o projeto, e observa-se: recolhimento do débito tributário não remitido, à vista e em moeda corrente, até 30 de novembro de 2020; desistência de qualquer processo administrativo ou judicial e ao estorno do saldo de créditos fiscais mantido na escrita fiscal do contribuinte.

A remissão parcial e a anistia de que trata esta lei não autorizam a restituição ou compensação de valores eventuais recolhidos.

Os honorários advocatícios, referidos no caput do art. 11, da Lei Complementar n.º 43, de 05 de outubro de 2017, quando devidos, serão reduzidos, com base no inciso II do mesmo dispositivo, para os percentuais a seguir indicados, calculados sobre os valores dos débitos tributários reduzidos aos termos da lei: 2,5%, quando inscritos em dívida ativa e não ajuizados; e 5 % quando inscritos em dívida ativa e ajuizados.

A adesão aos benefícios previstos nesta lei não implica transação relacionada aos custos de despesas previstas na legalização processual, aplicável aos feitos judiciais em curso. O sujeito passivo para usufruir dos benefícios desta lei deverá ainda desistir de eventuais impugnações, defesas e recursos apresentados no âmbito administrativo, bem como desistir de ações judiciais, exceções de pré-executividade ou embargos à execução fiscal, com renúncia aos direitos sobre o qual se fundamenta nos atos judiciais respectivos.

Sr. Presidente, sobre esse projeto nós debatemos internamente, a nossa bancada, e o deputado Tiago Correia, que foi o responsável por conduzir essa discussão, sabiamente nos orientou para que a nossa bancada votasse favoravelmente.

Eu quero, aqui, deixar muito claro ao Parlamento que um dos principais motivos por que estamos pedindo vista aos projetos é para conhecer o que nós estamos votando. Nós estamos vivendo este momento remoto em que não estamos tendo acesso presencial à nossa assessoria, o que tem-nos dificultado emitir qualquer juízo de valor em cima dos projetos pautados por V. Ex.^a e oriundos do Executivo.

O projeto de que o nobre deputado Rosemberg falou, o Projeto Aldir Blanc, eu enxergo como um projeto de benefícios, eu enxergo como um projeto, mesmo sendo

oriundo do Executivo, que irá proteger uma categoria que tem sido muito prejudicada por causa da Covid-19.

Nós pedimos, deputado Rosemberg, a alguns deputados que dessem uma lida nesse projeto para termos a convicção... não desconfiando do que V. Ex.^a falou, muito longe disso. Mas nós adotamos, neste momento de pandemia, durante o qual não estamos tendo sessões presenciais, que tivéssemos o cuidado de ler projetos que não forem exclusivamente para o combate à pandemia para entender e termos a convicção sobre o que estamos votando.

Então, esse Projeto Aldir Blanc, já há deputados nossos estudando o projeto, já há deputados nossos avaliando o projeto para orientar à bancada sobre como devemos proceder em relação a ele.

Em cima do que V. Ex.^a falou, é um projeto muito importante, realmente, para dar uma proteção à cultura e aos artistas que estão prejudicados neste momento devido às restrições da pandemia.

Sr. Presidente, mudando um pouco de assunto, nós tivemos hoje, na sessão que está ocorrendo no dia 21 de dezembro, diversos deputados relatando os índices e o formato que o governo vem tomando no decorrer desses 14 anos. A Bahia nada evoluiu na questão da educação. A Bahia ocupa os piores índices no IDEB.

Eu fico imaginando, quando eu o vejo aqui, na tela, como o deputado Euclides Fernandes, um dos deputados que tem o maior conhecimento sobre educação na Assembleia Legislativa da Bahia – deputado que pode ser secretário da Educação em qualquer governo, até ministro, quiçá – deve ter dificuldades para defender a educação nos governos Jaques Wagner e Rui Costa.

O deputado Fabrício, professor – ele sempre diz que se orgulha muito de ser professor –, como deve ser, deputado Fabrício, V. Ex.^a com seus colegas professores de universidades em relação aos maus-tratos que o governo do estado vem dando às universidades estaduais? Imagine V. Ex.^a seu esforço para querer defender ou justificar a forma como a educação vem sendo tratada pelo governo da Bahia!

O deputado Euclides, que eu reputo um dos deputados mais qualificados na ALBA, dono de faculdade, também professor... está deputado, mas todos sabem e todos o conhecem em nossa região como professor Euclides, antes de ser deputado. Como professor Euclides por sua dedicação à educação, por sua dedicação à sua faculdade. Ele chegava às 7 horas e só saía à meia-noite, acompanhando de perto o desenrolar educacional.

E hoje, deputado Euclides, eu vejo V. Ex.^a de óculos, com uma camisa azul DEM que muito combinou com V. Ex.^a. Hoje eu vejo V. Ex.^a... como é que V. Ex.^a defende um governo que leva a Bahia a uma vergonha na área da educação, que leva a Bahia, nesses 14 anos, deputado Euclides, a um dos piores índices do nosso país!

Não é fácil, deputado Euclides, para V. Ex.^a.

E olhe que V. Ex.^a não vem sendo bem tratado pelo governo do estado. Não adianta V. Ex.^a dizer que vem sendo bem tratado porque eu faço política em Jequié. Eu conheci a sua força em Jequié antes e agora. O governo praticamente derrotou V. Ex.^a.

E V. Ex.^a, pela força de seu trabalho, V. Ex.^a, pelo seu prestígio pessoal... V. Ex.^a, já lhe disse diversas vezes, eu não sei como é que V. Ex.^a aguenta na idade de V. Ex.^a! V. Ex.^a está constantemente na região, atendendo, visitando, muitas vezes se expondo devido à Covid, porque V. Ex.^a não é mais novinho. Mas V. Ex.^a ali, firme na sua atividade parlamentar e defendendo um governo que maltrata a educação, que é sua bandeira, e que também, deputado Euclides, eu sei da dificuldade de V. Ex.^a em reconhecer, tem lhe maltratado muito na nossa querida Jequié.

Eu admiro V. Ex.^a. Eu não sei se o deputado Sandro Régis agiria como V. Ex.^a, como V. Ex.^a tem agido, do alto da sua correção, do alto da sua lealdade, com um governo que não tem sido tão leal e tão correto com o amigo e grande líder da nossa região, o deputado Euclides Fernandes.

Inclusive, eu quero lhe dizer que esse azul DEM combinou muito bem com V. Ex.^a. E o DEM, como eu já lhe falei, está de portas abertas.

E sempre digo, V. Ex.^a, no grupo onde está, seria um forte secretário da Educação, porque nós sabemos reconhecer os valores das pessoas acima das amizades pessoais. Sempre disse isso a V. Ex.^a e V. Ex.^a sabe disso.

Mas, deputado Nelson Leal, nobre presidente desta Casa, eu venho aqui, deputado Nelson Leal, fazer um apelo a V. Ex.^a, fazer um apelo em nome da Bahia e dos baianos: pedir a V. Ex.^a que converse com o nosso amigo, nobre líder do Governo, deputado Rosemberg, que, eu sempre tenho dito, hoje, o considero o deputado mais forte da Bahia, não apenas por ser líder do Governo, mas pela sua capacidade também e pela sua pujança eleitoral...

Eu não acho salutar, deputado Nelson Leal, se votar um regime de prioridade para uma LDO. Eu desafio, aqui, deputado Nelson Leal, V. Ex.^a a questionar os deputados da Comissão de Orçamento e Fiscalização para fazer um debate de 5 minutos sobre a LDO. Nós não queremos tumultuar o processo legislativo, tampouco prejudicar a LDO, nem o PPA, porque nós sabemos que a LDO e o PPA são necessários para que o governo toque as suas ações, mesmo sendo elas majoritariamente na propaganda, mas ações que venham a proteger o cidadão baiano.

Nós temos até a próxima semana para votar os projetos. Será que não seria de bom senso, deputado Nelson Leal, nobre deputado Rosemberg Pinto, V. Ex.^a dar a oportunidade para que a Bancada da Oposição pedisse vista a esses projetos para que, quem sabe, a gente até pudesse acrescentar algo de positivo.

E quero, aqui, dizer a V. Ex.^a, como nós já votamos favoravelmente a dois projetos, que faremos o mesmo se a LDO for uma peça que se enquadre nas necessidades do povo da Bahia, deputado Rosemberg. Falo aqui com o coração aberto. Falo aqui com a pureza da minha alma.

Eu não vejo por que esse açodamento, deputado Nelson Leal. Eu sei que V. Ex.^a tem as suas limitações como presidente. V. Ex.^a, além de ser presidente, é um deputado da base do Governo. Nós temos essa convicção. Mas seja sincero comigo, deputado Nelson Leal, como é que nós vamos votar a LDO num ano difícil em que nós tivemos a Covid, num ano difícil em que nós estamos sem sessão presencial desde o dia 16 de março, se não me engano.

Não estamos tendo acesso sequer para debater com as nossas assessorias, nem técnicas, nem jurídicas. E nós votarmos a LDO de forma açodada, sem dar oportunidade para que possamos dar uma estudada no projeto para que possamos saber e ter convicção de que a LDO vai ser boa para a Bahia e boa para os baianos.

De repente, a LDO pode ser votada por esta Casa de forma unânime, positivamente. Mas não dá, deputado líder Rosemberg e presidente Nelson Leal, não dá para a Oposição entender e não dá para a Oposição pensar em fazer algum gesto de avanço, meu amigo, deputado Euclides Fernandes. Não dá! Nós votarmos a LDO em regime de prioridade, sem sabermos o que vai ser votado, é levar esta Casa, no mínimo, a uma exposição muito grande à sociedade.

Até faço aqui, deputado Nelson Leal, deputado Rosemberg Pinto, um compromisso de trabalhar com a minha bancada, de trabalhar com a Bancada da Oposição para que possamos tentar encerrar todas as matérias dentro do mês de dezembro de 2020. Mas eu faço um apelo ao deputado, presidente desta Casa, Nelson Leal; faço um apelo ao líder Rosemberg; faço um apelo ao deputado Paulo Rangel, que eu considero uma das figuras mais sérias, mais íntegras e mais equilibradas do nosso Parlamento, até pela sua experiência de ter sido presidente da Chesf, deputado federal, deputado estadual; um apelo ao professor Zé Raimundo que, se não me engano, é o presidente da Comissão de Constituição e Justiça. Faço aqui um apelo a V. Ex.^{as}. Nós não temos o direito de levar a Assembleia a uma situação dessa, de votarmos a Lei de Diretrizes Orçamentárias sem sabermos o que estamos votando, sem conhecermos, especificamente, esse projeto.

Não é para isso, deputado Nelson Leal, que o povo de Livramento, sua terra, tanto se orgulha que V. Ex.^a seja o presidente deste Parlamento. Não foi para isso que o povo de nossa Jequié fez o deputado Zé Cocá o prefeito com uma das maiores vitórias daquela terra. Não é para isso que o Sul da Bahia tem o deputado Rosemberg Pinto como um deputado líder daquela região. Não é para isso que Esplanada tem esse carinho e esse respeito pelo primeiro-vice-presidente desta Casa, meu amigo pessoal deputado Alex Lima; que Conquista tem o respeito pelo deputado Fabrício e o respeito pelo professor Zé Raimundo. Não foi para isso que nós nos elegemos, não é para isso que a população paga os tributos e os impostos para manter esta Casa e os nossos salários.

Eu compreendo, deputado Rosemberg, que o tempo neste momento é um grande dificultador porque V. Ex.^a tem de votar essas matérias essenciais para o Governo até o dia 31 de dezembro. Mas eu também lhe peço que nos ajude. Faço aqui esse apelo a V. Ex.^a. Deputado Nelson Leal, V. Ex.^a sabe que meu maior patrimônio é meu nome e minha palavra. E eu vou procurar conversar, dialogar dentro da minha bancada, para

que possamos, se assim for do desejo de todos, tentar encerrar essa sessão no dia 31 de dezembro.

Mas não é possível, presidente, que se vote a LDO, que se vote o PPA de forma açodada, sem dar condições nem oportunidade para que este Parlamento sequer faça uma sugestão ou tenha a convicção de que essas peças orçamentárias realmente são essenciais e são adequadas para o momento pelo qual iremos passar em 2021.

Então, peço a V. Ex.^a, peço ao líder do Governo que amoleça o seu coração e que nos ajude a fazer uma construção. Mas que acima de tudo, desculpe-me, Sr. Presidente, não leve o Parlamento a uma situação dessa que irá constranger os 63 parlamentares.

São essas as minhas palavras, é esse o meu apelo. E quero dizer que farei de tudo para que possamos avançar, mas também peço ao Governo que faça um gesto com a Oposição. Essas são as minhas palavras, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Sandro, V. Ex.^a foi muito feliz ao dizer que eu tenho uma limitação, e essa limitação não é pequena. Obviamente, temos o Regimento Interno que permite uma série de manobras e todas elas são regimentais, sempre...

O Sr. Sandro Régis: Eu sei.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): (...) utilizadas nesta Casa. Claro que nós, todos nós, prezamos pelo diálogo, pela forma sempre respeitosa com que nos tratamos na nossa administração. Tanto que boa parte dos projetos que votamos nesses últimos 2 anos foram sempre acordados, sempre debatidos. E eu gostaria muito que findasse a gestão com esse mesmo espírito, um espírito democrático, um espírito em que a Casa sempre priorizasse o conjunto de todos os parlamentares.

Obviamente, posso conversar com o deputado Rosemberg, mas também é necessário que V. Ex.^a... Acho que o gesto tem de ser feito de ambas as partes. Votando a prioridade da LDO hoje, os prazos caem pela metade. Lembre-se de que tem de ter o interstício de 5 dias, que diminuirá para 4.

Se nós pudéssemos avançar para, em vez de vista, já iniciarmos a discussão hoje, eu posso conversar com o deputado Rosemberg, que se comprometeria... Nós iniciávamos a discussão hoje, sem votar o requerimento de urgência, mas precisávamos iniciar a discussão. Falaria um deputado e nós continuaríamos amanhã. Concluiríamos a votação em primeiro turno e, obviamente, se não chegássemos ao entendimento, teríamos prazo legal e hábil para concluir a votação da LDO na próxima semana.

Acho que essa abertura de diálogo é importantíssima porque nós precisamos, sobretudo, tentar chegar ao entendimento final para concluirmos os nossos trabalhos no próximo dia 30, ou talvez 31. O ideal seria no dia 30, mas se não no dia 30, no dia 31 de dezembro.

Então, eu gostaria que V. Ex.^a, enquanto vou passando a palavra ao Capitão Alden e aos demais membros, que maturasse essa nossa colocação. E eu acho que com isso não precisaríamos votar o requerimento de prioridade. Mas para que esse requerimento não seja apreciado, é necessário que iniciemos a discussão da LDO hoje.

Aqui tem o requerimento endereçado pelo deputado Rosemberg Pinto: (Lê) *“Requeiro, nos termos do Artigo 89, Parágrafo Único do Regimento Interno, a prorrogação da presente Sessão, pelo tempo de 600 minutos, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Ordem do Dia.*

Sala das sessões”

Defiro o requerimento.

Em votação.

Os Srs. Parlamentares...

O Sr. Sandro Régis: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem, o deputado Sandro Régis. Som para o deputado Sandro Régis. Abriu aí? Pronto. Está aberto, deputado Sandro.

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex.^a fizesse uma verificação de quórum para que a sessão fosse prorrogada. Acho importante até para que todos os parlamentares estejam atentos ao que vai ser discutido, que pode até ser uma questão para resolver o impasse que temos tido há muito tempo.

Então, é importante a presença de todos os parlamentares neste momento para que se faça uma coisa madura e que venha a proteger o Parlamento e a sociedade baiana. Então, peço a V. Ex.^a uma verificação de quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Atendido. Rita, me dê a lista, por favor. V. Ex.^a será atendido, deputado Sandro Régis.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Alô.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Oi, pois não. Olha bem, Sr. Presidente, eu ouvi atentamente a colocação do deputado Sandro e acho que estamos caminhando no sentido de buscar essa solução *pari passu*. Não vejo nenhum problema se nós aceitarmos essa proposição que o deputado Nelson está falando de que, até o dia 30, nós votássemos os projetos que estão pendentes.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Não, deputado. Eu falei da LDO! Eu falei da LDO porque o prazo... mesmo sem convocar com o requerimento de prioridade, a LDO será votada em função dos prazos regimentais...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Pois é, mas eu passei para o deputado Sandro os projetos que estão pendentes na Casa. Nós estamos falando do PPA, da LDO, nós estamos falando do Orçamento, da atualização das taxas e estamos falando da Lei Aldir Blanc.

Sobre a Lei Aldir Blanc, eu entendi que o deputado Sandro vai consultar a sua bancada. Essa sinalização também já é muito importante porque nós não teríamos de retirar e votaríamos o projeto da Lei Aldir Blanc...

(Interferência na conexão.)

(...) do que o repasse do dinheiro do governo federal para os produtores culturais, atores, atrizes etc., em função da pandemia. Então, é realmente um projeto que tem a ver com a questão da pandemia e acho que está em alinhamento com o que o deputado Sandro falou. Estou colocando para ver se conseguimos, e aí nós iríamos para a LDO.

Não impede o debate, mesmo votando requerimento de prioridade, porque o requerimento de prioridade não é para impedir o debate. Eu apenas coloquei o requerimento de prioridade para antecipar os prazos de debate. Em vez de fazermos um debate de 5 dias, faríamos um debate de 2 dias e meio. Foi isso que eu propus. Entendeu? Se nós pudéssemos fazer essa combinação sem necessariamente ter de votar o requerimento, não vejo nenhum problema.

Acho que a gente pode fazer isso sem qualquer problema para o Governo ou para a Oposição porque o importante é que a gente vote.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Diga, deputado.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não, é isso. Entendeu, deputado Nelson Leal, presidente? Não vejo nenhum problema em construirmos essa pactuação com o deputado Sandro e intermediada por V. Ex.^a, que tem feito o trabalho extremamente importante de presidir esta Casa. E é importante... No ano anterior, nós votamos tudo por acordo.

O Congresso Nacional acabou de votar, na semana passada, em 1 dia só, em 1 noite. Eles votaram o PPA por unanimidade e a LDO foi votada no Congresso, com os votos da Base do Governo e da Oposição. Lá, nós somos oposição e votamos os dois turnos no mesmo dia, como já fizemos na nossa Casa. Nós poderíamos, amanhã, sentar para fazer esse debate, para encontrar um caminho. Acho que poderíamos fazer isso. Designava-se o relator, lia-se hoje o projeto e amanhã – obviamente, havendo acordo – votaríamos o primeiro turno da LDO.

Ou então a sua tese, presidente. Não tem problema.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): É isso aí, eu entendi.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: O deputado Sandro pediu verificação de quórum de votação para a prorrogação da sessão. Eu só queria que marcasse os 25 minutos.

Sandro, estamos nesse diálogo, se nós ganhássemos tempo já para ir direto, talvez fosse bacana uma demonstração de maturidade nossa para buscarmos um consenso, uma vez que esse Projeto Aldir Blanc é fundamental para atores, atrizes e produtores culturais.

Marque os 25 minutos então, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Estou marcando. Marque os 25 minutos. E vamos fazer, agora, a verificação de quórum para a votação.

O Sr. Zé Raimundo Lula: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Questão de ordem do deputado Zé Raimundo. O deputado Zé Raimundo quer fazer uma questão de ordem urgente.

O Sr. Zé Raimundo Lula: Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas. Eu queria apenas chamar a atenção, Sr. Presidente, para esse tema da Lei Aldir Blanc, que é, Sr. Presidente, uma situação dramática em muitas cidades da Bahia.

Nós – eu em parceria com o deputado Waldenor Pereira – tínhamos destinado emendas, recursos para atividades culturais em Mucugê e aqui, em Vitória da Conquista. Esses recursos... recursos parcos, Sr. Presidente, R\$ 500 mil, R\$ 600 mil, não foram empregados em função da pandemia. Não tivemos São João, não tivemos o Natal cultural, em Vitória da Conquista, com os artistas da terra, não teremos o Carnaval, não teremos os ensaios em Salvador.

É dramática a situação do povo que vive da cultura e da arte, Sr. Presidente. Parece-me que é uma coisa urgentíssima para nós votarmos essa lei, que vai ajudar, em parte, essas categorias que vivem da cultura e da arte. Estou falando aqui – evidentemente, são os líderes que comandam –, mas parece que as pessoas não estão percebendo.

Estou dando esse exemplo concreto, de cerca de R\$ 500 mil que nós tínhamos para empregar na cultura, com contratação de bandas, de orquestras, de músicos sinfônicos, mas não foi possível que esse projeto fosse desenvolvido durante esse ano, Sr. Presidente. É dramática a situação de muitas pessoas. E olha que nós não somos uma cidade do litoral, que vive com muito carnaval, com muita música. Os músicos não estão sobrevivendo, Sr. Presidente. Então, me parece que... Eu não sei, acho que os líderes precisam acordar, sobretudo os deputados que têm votos em Salvador.

É essa a minha questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Vamos fazer a verificação de quórum.

Abra o microfone de todo mundo. Todo mundo de microfone aberto!

Aderbal Fulco Caldas. (Pausa)

Deputado Rosenberg, V. Ex.^a está com o microfone aberto. V. Ex.^a quando fica com esse microfone aberto...

O Sr. Sandro Régis: É um perigo.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): É um perigo! (Risos)

O Sr. Alan Sanches: É um perigo, hein, Rosenberg?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Aderbal Fulco Caldas.

O Sr. Aderbal Fulco Caldas: Presente, Sr. Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Adolfo Menezes...

O Sr. Rosenberg Lula Pinto: Minha amiga, pode falar, eu estou na minha... Não, não, não...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): E está aberto.

O Sr. Alan Sanches: Daqui a pouco ele vai falar que V. Ex.^a faz o jogo da Oposição.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Não, ele já se explicou, deputado Alan. Estou explicando para o deputado Rosemberg que ele está com o microfone aberto, só para ele.

O Sr. Alan Sanches: Após a verificação, eu gostaria que V. Ex.^a me concedesse uma questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com certeza.

Deputado Adolfo Menezes (Pausa); deputado Alan Castro.

O Sr. Alan Castro: Presente, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Presente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Alex da Piatã.

O Sr. Alex da Piatã: Presente, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Alex Lima (Pausa); deputado Angelo Almeida...

O Sr. Alex Lima: Presente, presidente!

O Sr. Adolfo Menezes: Nelson, eu estou aqui também! Marca a minha, presidente.

O Sr. Angelo Almeida: Angelo Almeida presente, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Antônio Henrique Jr...

O Sr. Adolfo Menezes: Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pois não.

O Sr. Adolfo Menezes: Marca a minha presença, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Adolfo presente.

Antônio Henrique Jr. (Pausa); deputado Bobô.

O Sr. Bobô: Presente, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Capitão Alden (Pausa); deputado Carlos Geilson (Pausa); deputado Dal (Pausa); deputado David Rios (Pausa); deputado Diego Coronel.

O Sr. Diego Coronel: Presente, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Eduardo Alencar. (Pausa)

O Sr. Alan Sanches: Sandro, seu microfone está aberto.

O Sr. Sandro Régis: O meu não!

O Sr. Eduardo Alencar: Eduardo presente, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Fabrício Falcão. (Pausa)

O Sr. Fabrício Falcão: Presente, presidente. Deputado Fabrício Falcão presente!

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputada Fátima Nunes (Pausa); deputado Hilton Coelho (Pausa); deputada Ivana Bastos (Pausa); deputado Jacó (Pausa); deputado Jacó...

A Sr.^a Fátima Nunes Lula: Presente! Fátima Nunes presente.

O Sr. Jacó Lula da Silva: Presente, Sr. Presidente! Presente, presidente.

A Sr.^a Fátima Nunes Lula: Fátima Nunes presente!

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Já marquei.

Deputado Jânio Natal (Pausa); deputado Josafá Marinho (Pausa); deputado José de Arimateia (Pausa); deputado Júnior Muniz...

O Sr. Hilton Coelho: Sr. Presidente, deputado Hilton Coelho.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Hilton Coelho presente.

Deputado Jurandy (Pausa); deputada Jusmari (Pausa); deputada Kátia Oliveira (Pausa); deputado Laerte do Vando...

O Sr. Jurandy Oliveira: Presente, Sr. Presidente. Jurandy Oliveira.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Jurandy Oliveira presente. Deputado Luciano Simões Filho (Pausa); deputado Marcelino Galo...

O Sr. Marcelino Galo Lula: Presente, Sr. Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Marcelo Veiga (Pausa); deputada Maria Del Carmen.

A Sr.^a Maria del Carmen Lula: Presente!

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Marquinho Viana.

O Sr. Marquinho Viana: Presente, presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputada Mirela Macedo. (Pausa) Deputada, abra o microfone de V. Ex.^a. Abra o microfone...

A Sr.^a Mirela Macedo: Presente, presidente! Presente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputada Neusa Cadore. Está com o microfone desligado, deputada Neusa Cadore.

A Sr.^a Neusa Lula Cadore: Presente!

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Niltinho (Pausa); deputada Olívia Santana. (Pausa)

A Sr.^a Olívia Santana: Presente, presidente.

O Sr. Antônio Henrique Jr.: Presidente, deputado Antônio Henrique Jr. presente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Antônio Henrique Jr. presente. Deputado Osni Cardoso...

A Sr.^a Olívia Santana: Olívia Santana presente também.

O Sr. Osni Cardoso Lula da Silva: Presente, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pastor Isidório Filho. (Pausa)

O Sr. Pastor Isidório Filho: Presente, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Paulo Câmara (Pausa); deputado Paulo Rangel. (Pausa)

O Sr. Paulo Rangel: Presente!

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Pedro Tavares (Pausa); deputado Roberto Carlos. (Pausa)

O Sr. Roberto Carlos: Presente, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Robinho (Pausa); deputado Robinson Almeida Lula. (Pausa)

O Sr. Robinson Almeida Lula: Presente, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Rogério Andrade Filho (Pausa); deputado Rosemberg Pinto está presente, pediu a questão de ordem. Deputado Samuel Junior. (Pausa)

O Sr. Samuel Junior: Presente, presidente.

O Sr. Marcelo Veiga: Presidente, deputado Marcelinho presente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Marcelinho! Deputado Sandro Régis (Pausa); deputado Prisco (Pausa); deputada Talita Oliveira (Pausa); deputado Tom Araújo (Pausa); deputado Tum (Pausa); deputado Vitor Bonfim (Pausa); deputado Zé Cocá (Pausa); deputado Zé Raimundo...

O Sr. Zé Raimundo Lula: Presente, Sr. Presidente.

A Sr.^a Ivana Bastos: Ivana Bastos, abri o microfone agora. Presente, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Zó. (Pausa)

Já marquei, deputada.

O Sr. Zó: Deputado Zó presente, direto do Vale do São Francisco, Juazeiro-BA, Sertão baiano.

O Sr. Zé Cocá: Deputado Zé Cocá presente, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): São 36 presentes com o deputado Zé Cocá. Portanto, há número legal.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

Hilton já está inscrito. Pela ordem, deputado Alan Sanches. Abra o microfone do deputado Alan Sanches, por favor.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, me escuta? Me faço ouvir?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Escuto muito bem.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, acho que eu, igualmente à deputada Ivana, aos deputados Euclides, Osni, Roberto Carlos, Alex Lima... Eu quero citar alguns que eu acredito... não sei se todos, mas eu não entendi ainda qual a proposta de V. Ex.^a com relação... Porque, quando houve a nossa convocação extraordinária – estou com ela em mãos –, o senhor nos convocou para que votássemos o Projeto de Lei n.º 24.003/2020, o Projeto de Lei n.º 24.014/2020, que é a Lei Aldir Blanc, e depois os decretos legislativos. Isso é o que está no expediente.

Eu não entendi bem, não consegui perceber. Peço até perdão. Vou pedir desculpa a V. Ex.^a porque acho que, às vezes, nós nos distraímos um pouco com essa forma remota de fazer as votações. Acho que evoluímos muito. Inclusive, estamos conseguindo ir para o debate para colocar as nossas opiniões, mas eu não consegui alcançar V. Ex.^a no sentido da proposta que V. Ex.^a lançou agora para que votássemos os projetos. Eu não consegui. Perdoe-me, peço desculpas a V. Ex.^a e aos colegas, mas eu não consegui alcançar como é que V. Ex.^a fez essa proposta e qual o objetivo, por favor.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Não, é normal, deputado Alan. Essa questão virtual realmente é totalmente diferente da presencial. Eu reconheço. É porque, no início, foi convocada uma sessão extraordinária pelo líder do Governo, apoiado por mais 20 deputados, o que é uma norma totalmente...

O Sr. Alan Sanches: Legal.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): (...) corriqueira e normal aqui na Casa, que é esta questão de convocar sessão extraordinária. E, na sessão extraordinária, há alguns requerimentos de prioridade, dos quais votaríamos, ou votaremos, a prioridade da LDO.

O que eu falei com o deputado Sandro Régis, porque ele tinha me solicitado que não fizéssemos uso desse instrumento regimental, foi o seguinte: “Deputado Sandro, se nós iniciarmos a discussão hoje, apenas um parlamentar iniciaria a discussão, e amanhã concluiríamos a votação da LDO em primeiro turno, porque não haveria pedido de vista”.

Se, por acaso, houver algum pedido de vista, não tem problema. Os prazos cairão pela metade e, obviamente, vamos votar o primeiro turno na quarta-feira, não é? Votaremos o primeiro turno na quarta-feira e, na próxima semana, se não me engano, daria para votar na quarta-feira também da semana que vem. Disso aí teremos de fazer a análise temporal. Era só para nós não utilizarmos o instrumento da prioridade. Como eu estou dizendo, continuar com esse caminho de entendimento, mas se sintam todos bastante tranquilos, vou fazer o que obviamente mandar o Regimento e também o que V. Ex.^{as} acharem que seja melhor para o nosso dia a dia. Deputado Sandro Régis. Microfone aberto para o deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente, só uma dúvida aqui regimentalmente. Se o Governo votar a prioridade hoje da LDO, amanhã quando esse projeto for, se ele votar a prioridade hoje, são 24 horas, não é isso?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): É, a gente vai votar na quarta-feira.

O Sr. Sandro Régis: Mas se a Oposição quiser pedir vista?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Votaremos quarta-feira.

O Sr. Sandro Régis: Mas se você vai votar a prioridade hoje, a Oposição pode pedir vista hoje também? Não estou entendendo, me desculpe a ignorância.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Não, V. Ex.^a não é ignorante, pelo contrário. Essas dúvidas regimentais sempre acontecem, porque há vírgulas e detalhes, porque ninguém é obrigado a decorar um regimento deste tamanho. Então, obviamente, não é nenhum defeito, pelo contrário.

Deputado Sandro vai-se votar primeiro a prioridade. Assim que terminarem as prioridades, iniciaremos a discussão da LDO, mas anterior a ela foi votada a prioridade. Está entendendo?

O Sr. Sandro Régis: Não, não, só para eu entender aqui. Você pode votar a prioridade hoje e já pode começar a votar o projeto hoje?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pode sim, deputado Sandro.

O Sr. Sandro Régis: Era essa a minha dúvida.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Então, nós votaríamos a LDO no primeiro turno na quarta-feira. Entendeu?

O Sr. Sandro Régis: Porque nesse momento, então, o Governo aprova a prioridade e automaticamente já se pode entrar na discussão do projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): É isso aí, mas pode pedir vista. V. Ex.^a pode pedir vista.

O Sr. Sandro Régis: Com certeza. Isso aí é um caminho natural. Eu só queria me...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Já que a gente está nessa coisa de entendimento, a gente poderia fazer essa...

O Sr. Sandro Régis: Mas aí numa situação dessa, Sr. Presidente, o deputado Tiago Correia, que é membro da Comissão de Finanças e Orçamento, já conversou comigo dizendo que não se sentia confortável em votar a LDO sem conhecê-la. O deputado Tiago vai pedir vista do projeto para fazer a discussão com a sua assessoria e levar para a bancada o que nós devemos fazer.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra, o deputado Alan Sanches. Abre o microfone do deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, me faça ouvir pelos colegas?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Todos escutando muito bem.

O Sr. Alan Sanches: O deputado Sandro acho que conseguiu esclarecer para mim e para os demais colegas que estavam bem atentos, na verdade, só o seguinte: não poderemos começar a discussão hoje, porque será, conforme o deputado Sandro Régis, nosso líder, falou, será solicitada vista. Então, como o prazo cai à metade, V. Ex.^a só

poderá convocar para continuar esta sessão amanhã, depois que terminar, umas 18h15min, 18h20min. Não seria isso para começar a discussão amanhã, nesse horário?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): V. Ex.^a está cobertíssimo de razão.

O Sr. Alan Sanches: Perfeito. Então, sendo assim...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Como nós não iremos começar uma sessão às... Aqui vamos concluir a votação às 20 horas.

O Sr. Alan Sanches: Às 18 horas...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Se se vai pedir vista, às 20 e pouco. Nós não vamos fazer uma convocação extraordinária para 20 horas! Então, procederemos à votação na quarta-feira.

O Sr. Alan Sanches: Perfeito. Perfeito.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Perfeito?

O Sr. Alan Sanches: Perfeito.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Então, com a palavra o deputado...

O Sr. Alan Sanches: Só mais um detalhe, Sr. Presidente. Só me diga uma coisa, solicitando e votando esse requerimento de urgência, o Projeto de Lei n.º 24.014, que é o Aldir Blanc, não será votado hoje?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Não será.

O Sr. Alan Sanches: Perfeito.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Não será.

O Sr. Alan Sanches: É inversão de pauta, então. Está o.k.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): É porque foi tirado... Na realidade, o governo retirou e vai entrar de novo para nós tentarmos construir um acordo para votarmos todos esses projetos.

O Sr. Alan Sanches: Perfeito, entendi.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): O.k.?

O Sr. Alan Sanches: O.k., Sr. Presidente. Muito obrigado.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra, o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Presidente, deputado Sandro, deputado Alan, olhem bem, o que é que eu falei na minha primeira intervenção? Se nós votarmos o Aldir Blanc por acordo, não precisa retirá-lo. Entendeu? Se, obviamente, não tiver acordo, eu vou retirá-lo, aí eu não sei, aí eu vou ter... ele vai ter que voltar novamente. Eu terei que... (inaudível) com V. Ex.^{as} para que a gente pudesse votar. Foi o que eu fiz com o projeto do Refis da área de petróleo.

Eu estou falando essas coisas, conversei inclusive hoje com o deputado Sandro, esses projetos são de interesse público. Não é algo assim, como se fosse um empréstimo

para o governo... Nós estamos falando de projetos com os quais a sociedade tem nos pressionado. Então, eu acho que seria um gesto da nossa parte, dos parlamentares, se nós votássemos a Lei Aldir Blanc hoje. Não vai atrapalhar em nada! Certo? Não vai atrapalhar em nada, porque, votando a Lei Aldir Blanc hoje, nós daríamos prosseguimento aos requerimentos e tal. Não votando, eu vou retirar de pauta, e nós vamos votar os requerimentos. Só vai atrasar em quatro, cinco dias o Projeto Aldir Blanc.

Qual é o problema? É que esses dinheiros têm que ser transferidos da Secretaria da Fazenda para os diversos municípios e para os diversos atores, atrizes e tal. Correríamos o risco de eles ficarem no prejuízo. É só isso, entendeu? Estou ponderando... É por isso que eu ponderei, uma vez que esse projeto... As prefeituras já votaram, porque aconteceu também a mesma coisa: uma parte veio via prefeitura a outra parte veio do governo do estado.

Então, a minha ponderação de a gente votar o Aldir Blanc é isso. Se não tiver acordo, aí eu vou retirar de pauta, o governador já assinou, eu já concordei, retira, mas esse tema só vai entrar em debate após a votação do projeto do Refis dos atacadistas.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra, o próximo orador inscrito, deputado Alden. Deputado Alden. Por favor, abra o telefone do deputado Alden!

O Sr. CAPITÃO ALDEN: Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Diga, deputado Alden.

O Sr. CAPITÃO ALDEN: Boa tarde, deputados, nobres colegas. Gostaria, Sr. Presidente, de reforçar a necessidade de nós, realmente, votarmos a Lei Aldir Blanc, considerando os músicos e os mais diversos profissionais da área cultural estarem passando realmente necessidade extrema, inclusive, deixando de honrar compromissos importantes das suas atividades, especialmente de sua atividade pessoal. Diariamente tenho recebido manifestações das diversas áreas culturais solicitando a urgência na votação desse projeto em razão desses fatores já apresentados.

Eu gostaria também, Sr. Presidente, de aproveitar o ensejo e informar que eu já encaminhei para a Assembleia Legislativa, especificamente endereçado à Presidência da Assembleia e também à Comissão de Direitos Humanos e de Segurança Pública, um requerimento para a ouvida do secretário de Segurança Pública da Bahia, justamente em razão dos fatos que foram revelados durante a Operação Faroeste. É preciso que o secretário de Segurança, que ora está ocupando o cargo interinamente, possa prestar alguns esclarecimentos a respeito do desdobramento dessa operação e dizer se, efetivamente, a Secretaria de Segurança Pública está adotando algum procedimento interno para também apurar eventuais utilizações indevidas, inadequadas dos recursos do estado para fins não previsto no próprio ordenamento jurídico e da própria missão constitucional da SSP.

Então, temos muitas perguntas, muitas questões estão em aberto. É preciso que esses fatos que foram trazidos à tona durante a operação, que são muito graves, inclusive dando a possibilidade de intervenção de um Poder, o Poder Judiciário, inclusive com possíveis ameaças, distorções, coações de determinadas autoridades,

escutas telefônicas ilegais. Se, imaginem, está acontecendo a possibilidade de escutas ilegais entre magistrados, quiçá, então, de deputados estaduais.

Se não respeitam, efetivamente, um Poder, um outro Poder, o Poder Judiciário e seus membros, quiçá, então, deputados que se colocam na condição de oposição ao governo do estado! E isso me chama muita atenção e me traz muita intranquilidade por conta de eu já ter, inclusive, recebido informações de pessoas ligadas a SSP, da alta cúpula, que garantiram a possibilidade de o meu próprio celular estar sendo monitorado por uma dessas operações internas da Polícia Civil, especificamente da SSP.

Isso não é novidade, desde o momento em que eu tive participação nos movimentos paredistas da Polícia Militar quando estava na ativa, já recebi informações de estar, desde aquele momento, sendo monitorado por parte da cúpula da SSP. E muito provavelmente esse tipo de monitoramento não deve ter se encerrado, principalmente pela postura que nós temos adotado frente ao desgoverno do estado fazendo denúncias, encaminhando uma série de documentações que até hoje não foram estabelecidas, nem sequer respondidas.

Eu encaminhei desde o início da pandemia, inclusive, uma solicitação para a Presidência da Casa e também para a Mesa Diretora um requerimento para ouvir o secretário da educação no que diz respeito... minto, secretário da saúde, no que diz respeito a alguns contratos milionários celebrados pela Secretaria da Saúde, especificamente se tratando da aquisição dos respiradores, dos quais até hoje ninguém mais deu notícia, ninguém mais falou a respeito. Foram R\$ 93 milhões empregados na aquisição, na compra de respiradores e até o presente momento nem a Polícia Civil da Bahia, que iniciou um processo com um procedimento investigatório para poder apurar esses fatos envolvendo uma das empresas, a HempCare, e até o presente momento não há nenhum relatório, não há nenhuma conclusão, não há nenhum desdobramento sobre essas operações que foram feitas. É preciso que a Assembleia Legislativa, é preciso que a Comissão de Segurança Pública, convoque o secretário de Segurança para que ele preste esclarecimentos a respeito não somente dessa questão relacionada às possíveis escutas que foram realizadas de forma ilegal, como também do secretário da Saúde, através da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa a respeito dos desdobramentos da aquisição dos equipamentos que nunca chegaram aqui ao nosso estado.

Então, Sr. Presidente, é apenas um reforço para que a gente possa apreciar esses dois requerimentos que foram feitos à Casa esta semana, para que a gente possa ter aí desdobramentos, maiores informações sobre desdobramentos desta operação. Com certeza haverá outros desdobramentos, não se encerra por agora, as notícias que eu tenho a respeito do tamanho e dimensão dessas denúncias é que ainda há muita coisa para se apurar e a Casa, a Assembleia Legislativa não pode ficar calada nesse sentido.

E, volto mais uma vez, a reforçar, Sr. Presidente, a necessidade de a gente votar de forma urgente a Lei Aldir Blanc, que com certeza dará um alento aí aos músicos baianos, a todos aqueles profissionais que vivem da arte, da cultura e que estão sendo neste momento afetados por esta grave pandemia no nosso estado.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Amigos, perdoem aqui por essa breve interrupção, mas como nós estamos aqui sem poder fazer as substituições e a natureza não para, mas já estamos aqui de volta.

Com a palavra, o nosso próximo orador inscrito, deputado Tom Araújo, o amigo Tom Araújo.

O Sr. Sandro Régis: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem, o deputado Sandro Régis. V. Ex.^a está com o dedo chamando aqui... Desculpe, deputado Tom, mas o deputado Sandro, esse grande líder, vai dar uma boa notícia aqui e agora. Fizemos um acordo?

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente, Sr. Presidente, é apenas para pontuar que a Oposição sempre trabalha nesta Casa no intuito de proteger o cidadão, proteger aqueles que mais precisam e que são mais afetados. A Oposição irá, especificamente, acordar o Projeto Aldir Blanc para que possamos votar hoje...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Ô, deputado, parabéns.

O Sr. Sandro Régis: Para que possamos votar hoje em nome dos artistas.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Parabéns, parabéns.

O Sr. Sandro Régis: Consultei V. Ex.^a e V. Ex.^a disse que não muda nada a questão do rito processual dos projetos que vão ser votados, então nós não poderíamos ser intransigentes ou irresponsáveis em prejudicar uma categoria que vem sofrendo muito com a questão da pandemia. Então, consultei aqui a nossa bancada, e a nossa bancada, de uma forma majoritária, nos autorizou a que votássemos o Projeto Aldir Blanc hoje, para proteger a classe artística do nosso estado.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Sandro, então a gente já pode...

O Sr. Sandro Régis: Não. Não pode, não.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): (...) abrir mão dos tempos, deputado. Vamos votar...

O Sr. Sandro Régis: Eu dou o dedo e V. Ex.^a já quer o braço. O deputado Tom Araújo quer falar sobre a eleição do irmão dele, o deputado Pedro Tavares quer falar sobre o Sul da Bahia...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Mas espere aí, deputado Sandro. Só tem aqui os deputados Tiago e Hilton Coelho...

O Sr. Sandro Régis: Não. Tiago, Pedro e Tom Araújo.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pedro, V. Ex.^a acabou de colocar, mas tudo bem. Hoje é o aniversário da minha irmã, deputado Sandro Régis, pelo amor de Deus...

O Sr. Sandro Régis: E amanhã é o meu, deputado. Vamos trabalhar até meia-noite que a gente comemora aniversário trabalhando. Nada mais justo para esta Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): A bichinha já não me vê mais... Mas tudo bem, Deputado...

O Sr. Sandro Régis: Presidente, não pode aglomerar, não é? Pandemia!

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Não. Mas, lá em casa, eu fiz o teste e estou aqui, inclusive, cobrando para ver se sai o resultado. O pessoal lá de casa também já fez. Vamos tornar a fazer na quarta-feira, porque você sabe que o meu pai é de risco, teve um AVC...

O Sr. Sandro Régis: É, meu pai também.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): (...) está melhorando agora, mas a gente tem que ter o máximo de cuidado. Esses eventos, quando acontecem lá em casa, mesmo assim, é apenas com... somos apenas onze convidados e todos estão testados.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra, Tom Araújo, meu amigo irmão Tom Araújo.

O Sr. Sandro Régis: O grande campeão das eleições.

O Sr. TOM ARAÚJO: Querido amigo e presidente Nelson Leal, Sandro Régis, esse grande líder e amigo, é uma satisfação poder falar um pouco com vocês aqui. Em algumas sessões, eu estive realmente distante, contrai a Covid, fiquei por um período meio que isolado. A campanha também me ocupou um tempo grande, porque o meu irmão, durante a campanha, ele pegou a Covid, ele e a esposa ficaram internados aqui no Hospital Aliança. O candidato a vice-prefeito também pegou e, no período da campanha, eu tive que me dedicar o máximo, mas, graças a Deus, nós conseguimos a vitória que Coité precisa e merece. O PT já dominava aquela cidade há 8 anos, e as pessoas disseram basta. Tiveram a oportunidade de aproveitar o outro lado, aproveitaram e deram uma resposta. Uma resposta de que não aceitam, de que não concordam com a forma de tratamento e como o PT vinha conduzindo aquele município.

Mas isso não foi diferente, a gente viu que em outras cidades, cidades importantes do nosso estado, onde o PT tinha como certo, ali em Feira de Santana, por exemplo, nós conseguimos fazer com que o PT fosse derrotado. Isso é uma grande vitória para a Bahia e é o rumo que a gente percebe para as eleições de 2022.

Mas eu quero dizer, de uma maneira assim muito especial, parabenizar a Oposição por votar este projeto, abrindo mão de obstruir, porque a gente tem vários projetos e vamos somente votar hoje este que beneficia a questão cultural, eles que estão sofrendo há tanto tempo. Eu pude perceber lá, em vários locais, em que me relaciono, inclusive, com pessoas que já estão há tanto tempo sem receber nada, sem conseguir fazer nenhum tipo de show, nenhum tipo de evento e esses artistas têm sofrido muito. Então, quero parabenizar esta Casa por estar de acordo. Eu acho que este é o papel do Parlamento, é o bom senso, é a forma como se conduzem os trabalhos, não de forma a fazer politicagem e, sim, a política propositiva.

Com relação aos tempos em que a gente vê, de maneira assoberbada, muitas vezes a gente discutir aqui e dizer que não houve tempo hábil para se discutir o Orçamento do ano que vem, da LDO, é realmente um absurdo, mas a gente já está acostumado com ações desse tipo por parte do governo do PT de não abrir o diálogo e de não oportunizar para que os deputados possam discutir, discutir de forma veemente e terem realmente a oportunidade de fazer o seu papel: discutir, votar e, posteriormente, fiscalizar.

Mas quero aqui, também, dizer que é um ano assim extremamente difícil para todos nós, a gente já não sabe o que pode acontecer nessa nova possível pandemia, ou seja, as pessoas contraindo novamente ou um novo vírus, rotavírus. Um ano extremamente triste, que o ano de 2021 seja um ano muito melhor para que possa avançar, voltar a ter aquele afeto, aquele afago de olhar um no olho do outro e não simplesmente aqui de maneira virtual.

Está aqui o meu breve relato. Quero dizer aos meus colegas aqui da Oposição, todos que torceram pela nossa vitória em Conceição do Coité. Eu tive a oportunidade, nesta eleição, já depois de muito tempo, ou seja, eu fui prefeito em 2000, 2001, naquele período, faz praticamente 20 anos, e eu tive a oportunidade com a ausência do meu irmão e do vice de ir de casa em casa, de máscara, é lógico, no período de campanha eu não peguei a Covid, e conversar com as pessoas, dialogar e mostrar que o melhor caminho é o caminho do sucesso e não o caminho de uma bandeira, não o caminho de um partido, e, sim, o caminho da prosperidade e do compromisso com o crescimento da cidade e o crescimento de uma terra que tanto amo.

Então, esse foi o meu compromisso, o compromisso de levantar uma bandeira, que eu acredito não é uma bandeira de um partido e, sim, uma bandeira da nossa cidade.

Mas quero dizer, presidente, que concordo com V. Ex.^a em vários aspectos. Só fico muito triste, porque muitas vezes os colegas que aqui estão querem votar de maneira muito rápida, muito célere, sem muitas vezes avaliar o que está sendo votado. Esta votação de hoje, com relação ao projeto, é realmente ter bom senso e é por isso que a gente está, neste momento, abrindo mão de tudo e votando.

Então, eu quero aqui dizer ao deputado Sandro Régis, que exerce uma liderança, já, pela terceira vez, nós que ainda não temos um líder anunciado da Oposição, mas eu lhe digo, deputado Sandro, é sempre um prazer ouvi-lo e é sempre um prazer muito grande ter você assumindo esse papel da liderança. Um homem muito sensato e que muitas vezes, não é compreendido, porque age de maneira, assim, conversada, de maneira muito cortês, respeitosa, muitas vezes os colegas não o entendem bem e um ou outro tenta sair e agir de maneira unilateral. Nós sabemos que isso é questão temporal, Sandro. Nós estaremos sempre juntos, unidos, em toda e qualquer defesa, em toda e qualquer decisão que a Oposição venha a tomar. Fica aqui meu breve relato. Não sei ainda quanto tempo tenho, porque eu não consigo escutar, presidente, nem escutar os demais, o tempo que a gente tem ou o que ainda nos resta.

Mas, eu deixo aqui o meu apelo para que os nobres colegas possam avaliar essa questão dos prazos, para que a gente não fique tanto tempo somente votando, e não

discutindo. Então, fica aqui o meu apelo aos nobres colegas, e dizer que é sempre uma satisfação muito grande falar para cada um de vocês. A deputada Ivana, que já não vejo há algum tempo, inclusive, a reunião da Mesa não vem acontecendo, mas é um prazer também, deputada Ivana, estar sempre a assistindo, aqui. Você que é uma pessoa diferenciada de quem tanto gosto e por quem tenho um apreço muito grande.

O Deputado Josafá, deputado Josafá Marinho, que é um deputado novo, que assumiu agora. Eu não tive oportunidade ainda de conhecê-lo, mas é um prazer, deputado Josafá. Eu que já ouvi falar de V. Ex.^a, você que está chegando para fazer a diferença nesta Casa, de contribuir para os baianos e – por que não dizer? – é uma aquisição que a Assembleia tem de qualidade. Eu já tive oportunidade, em algumas sessões, de poder ouvi-lo e ver a qualidade e a capacidade que V. Ex.^a tem em desempenhar um papel para defender os baianos. Isso é muito importante nesta Casa, a gente ter pessoas do bem, pessoas que querem fazer e dar o seu melhor.

Então, fica aqui também o meu abraço, o meu registro. O meu querido amigo Carlos Geilson, que bom, deputado Carlos Geilson, tê-lo de volta nesta Casa. V. Ex.^a que sempre deixa muitas saudades aqui. Durante o tempo que V. Ex.^a ficou fora, a gente sentiu falta, e que bom que V. Ex.^a está hoje ao nosso lado. Falou pouco, hoje. V. Ex.^a é um homem que fala bastante, um homem que é do rádio, um comunicador, eu quero ouvir mais V. Ex.^a. Fica aqui o meu afetuoso abraço.

E para finalizar, eu quero dar seguimento, dizendo que sou a favor do projeto que beneficia o pessoal da cultura, os artistas, que tem que ser, realmente, levado em consideração. Então, eu quero parabenizar a Oposição, e todos os deputados desta Casa, que aprovem esse projeto, aqui, hoje.

Parabéns, presidente, um abraço a cada um de vocês.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra, o próximo orador inscrito, deputado Hilton Coelho.

O Sr. HILTON COELHO: Agora está aberto. São 10 minutos, Sr. Presidente, ou 20?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): São 20.

(Interferência na conexão.)

O Sr. HILTON COELHO: Sr. Presidente, o seu microfone está cortado.

(Interferência na conexão.)

Sr. Presidente, o seu microfone está cortado.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Hilton, nós estamos fazendo aqui uma solicitação aos amigos para encurtar os tempos para votarmos logo a importante lei que vai ajudar muito os artistas da Bahia, que é a Aldir Blanc. Então, se V. Ex.^a puder, obviamente, nós estamos aptos para votar o 24.014, que vai instituir o Programa Aldir Blanc Bahia. V. Ex.^a, inclusive, é um dos grandes defensores.

O Sr. HILTON COELHO: O.k., Sr. Presidente, com certeza. Eu vou ser sensível a esse apelo, até porque o princípio da minha fala vai, justamente, nessa direção sobre a importância de esta Casa votar o projeto que consegue dar consequência prática à Lei Aldir Blanc na Bahia. Ressaltar que nós estamos atrasados, a Bahia está atrasada em relação a essa demanda, foi uma luta muito grande dos artistas. Destacar o papel do conjunto de referências da cultura aqui do nosso estado, por exemplo, o companheiro Cláudio Davi que teve uma importância nacional na elaboração dessa lei e que sonhou e sonha, vem sonhando até hoje que ela, de fato, tenha decorrência prática no estado da Bahia. Muitas foram as solicitações de diálogo direto com a Secretaria de Cultura do Estado, com o secretário de Cultura do estado para que a gente pudesse discutir a materialização dessa lei. A situação, de fato, da categoria no estado da Bahia é lamentável, é uma situação extremamente difícil e por isso acho que o mínimo que esta Casa pode fazer, de fato, é ter boa vontade com a aprovação desse projeto. Então, claro, pode contar com o nosso voto a favor em relação ao projeto e vamos fazer com que, após a aprovação, a efetivação integral das suas decorrências se dê no estado da Bahia.

Sr. Presidente, eu quero marcar aqui também o nosso apoio à causa que foi levantada pelo jogador do Flamengo, Gerson Santos, que acusou um dos jogadores do Bahia, o jogador Ramires, de ter cometido um ato de racismo no último enfrentamento entre os dois times. Essa situação ainda não está totalmente elucidada, mas foi evidente o comportamento completamente inadequado, eu diria de flerte também com o racismo, do treinador do Bahia, o senhor Mano Menezes, que disse que agora virou malandragem a contraposição ao racismo nos campos de futebol, nas palavras desse, ainda bem, ex-treinador do Bahia, virou malandragem. Então, é alguém que não respeita a necessidade de se fazer a afirmação do fim da discriminação racial no mundo e no nosso país, também, que é muito dissimulado, mas é extremamente forte, com consequências muito profundas, inclusive em relação à vida da nossa juventude, a juventude negra. E que precisa, portanto, em todos os espaços, em todas as situações, contar com atitudes destemidas como essa que foi feita por Gerson Santos.

Para nós, todo o apoio a esse jogador que, segundo seu depoimento, foi agredido verbalmente por Ramirez com a frase: “Cala a boca, negro!” Algo que tem um sentido muito forte em nossa trajetória de combate à escravidão, de combate ao racismo, na luta pela igualdade racial. Uma frase sintética, mas que, de alguma forma, simboliza toda essa carga de autoritarismo, de opressão, de exploração do nosso povo.

E que Gerson Santos teve a coragem, naquele momento, de dar luz, de chamar a atenção do povo brasileiro e de dizer, sobretudo, que nós não calaremos. Nós, o povo negro jamais se calará diante de situações como essa. Acabou! Acabou esse período da história em que essa elite racista e aqueles que, de alguma forma, reproduzem esse racismo passaram incólumes em relação às suas atitudes racistas.

Então, quero dizer, Sr. Presidente, que nós estamos dando entrada, aqui, na Casa, em uma moção de aplauso a Gerson Santos para que o exemplo dele inspire, cada vez mais, não apenas a atletas do nosso país e do mundo, mas a todos os brasileiros e brasileiras a se insubordinarem em relação a esse estado de coisas, que é inaceitável.

Bom, um segundo componente, um registro que nós queríamos fazer, aqui, nesta tarde, Sr. Presidente, é que a gente vem acompanhando os pronunciamentos de diversos deputados. O deputado Alan Sanches, por exemplo, fez uma fala exortando a força... primeiro, fazendo todas as críticas às gestões do Partido dos Trabalhadores, críticas que têm, de fato, uma base real do ponto de vista do destaque do limite dessas administrações.

Aliás, eu sou um militante que sempre diálogo com militantes do Partido dos Trabalhadores muito a partir dessa questão: qual o legado que o PT vai deixar em relação aos seus diversos governos? Vão completar 16 anos no poder com a Bahia tão desigual, 24º quarto estado do país em relação às demandas do nosso povo, aos índices sociais, ao índice de desenvolvimento humano, e é a sexta economia do Brasil. É esse o legado que o Partido dos Trabalhadores vai deixar, infelizmente, em diversas áreas que são essenciais para a dignidade do nosso povo.

Mas o que chama a atenção, Sr. Presidente, é o fato de que esses deputados apelam para uma alternativa que, a meu ver, se nós analisarmos a história, chega a ser risível. É como se apelar para o neto do avô que construiu toda essa situação de desigualdade nas raízes da nossa Bahia. A Bahia não é o estado da desigualdade social apenas nos últimos governos, isso tem raízes profundas que passam centralmente pela liderança de partidos como o DEM, à época, e como o PSDB. Enfim, todo os outros que seguiram na esteira do deputado Alan Sanches e que cantam vitória de uma Bahia que não existirá com esse grupo político.

Portanto, a política no Brasil e na Bahia, de fato, precisa de transformação, precisa ser subvertida no sentido da afirmação de outro projeto para a Bahia. Projeto que vá se contrapor realmente à concentração de renda e riqueza, à subordinação do nosso território dentro do Brasil aos ditames de grandes empresas multinacionais, das transnacionais. Uma contraposição aos interesses dos banqueiros e especuladores neste país.

E é tudo que o DEM, o MDB e os partidos correlatos não representam hoje enquanto perspectiva para o nosso povo. Até porque pôr fim aos direitos trabalhistas, pôr fim aos direitos previdenciários, reduzir recursos no campo da saúde, fragilizando completamente a nossa seguridade social, defender essa famigerada reforma que não tem nada a ver com reforma. Essa chamada reforma administrativa é a destruição do serviço público. Isso não tem nada a ver com distribuição de renda, não tem nada a ver com o combate às desigualdades, não tem nada a ver com o combate à pobreza nem à extrema pobreza.

Pelo contrário, só tem coerência com tudo que o avô do Neto sempre defendeu e fez com a nossa Bahia, que foi gerar essa Bahia profundamente desigual. Uma Bahia com tantos potenciais, potenciais objetivos porque é uma Bahia extremamente rica de solo e de subsolo, de possibilidades do ponto de vista material, e rica também do ponto de vista cultural, da subjetividade do nosso povo, da produção acadêmica das nossas universidades.

Tantas possibilidades que são desperdiçadas pelos diversos projetos conservadores, que também não respondem a questões como saúde, educação, moradia e à questão, por exemplo, do emprego na cidade de Salvador, sendo âncora de um projeto extremamente conservador em nosso país. Hoje, é o grande e principal alicerce – apesar de todos os discursos que tentam dissimular essa situação – desse perverso governo Jair Bolsonaro. Então, de fato, é preciso fazer uma crítica dura aos governos petistas, mas vocês jamais serão alternativa para a geração de uma Bahia que seja, de verdade, uma Bahia a caminho do fim da pobreza e da extrema pobreza.

Por fim, Sr. Presidente, eu queria fazer uma breve observação sobre o projeto, porque nosso voto será um voto a favor, dada a situação de dificuldade pela qual a Bahia passa e a necessidade de antecipação de receita. Mas, mais uma vez, é preciso dizer que esses projetos estão relacionados com a lógica que ao mesmo tempo antecipa uma pequena parte da receita, mas abre mão de um montante muito grande. E, mais uma vez, com a inobservância do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, à medida que não responde, não é transparente em relação às respostas, às metas e aos resultados fiscais do estado. Também pela ausência de medidas de compensação em relação a essa perda de receitas para o estado da Bahia.

Então, o nosso voto será a favor, Sr. Presidente. Mas é um voto crítico, mais uma vez, em relação – entre outras coisas, mas principalmente – à inobservância do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que precisaria ser respondida com transparência, de maneira veemente no projeto relacionado, como eu disse, às metas fiscais e às compensações do ponto de vista da arrecadação do estado. Isso para que instrumentos como as leis orçamentárias anuais, como as leis de diretrizes orçamentárias e o próprio PPA não sejam fragilizados com esse processo que abre mão de receitas de arrecadação do nosso estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, Sr. Presidente, me ouve? Estou sem áudio. Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pois não, deputado Alan, aqui deu um probleminha técnico.

O Sr. Alan Sanches: Ah, perfeito.

Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem, deputado Alan.

O Sr. Alan Sanches: Estive aqui acompanhando atentamente, Sr. Presidente, o discurso do nosso querido deputado, ex-vereador Hilton Coelho e acho... Eu realmente admiro as pessoas como o deputado Hilton Coelho, que são extremamente ideológicas. Mas acho que, às vezes, o deputado Hilton Coelho precisa se encontrar. Ele não sabe se é Oposição, não sabe se é Governo, não sabe se é PT, não sabe se é PSOL. E ele fala

com uma segurança, como se o projeto do PSOL em Salvador, na Bahia, fosse o melhor do mundo.

Primeira coisa, acho que o PSOL, na pessoa do Hilton Coelho, precisa se encontrar. Ele precisa se encontrar e ver um caminho, porque o que eu vejo hoje é que o PSOL acaba sendo um apêndice do Partido dos Trabalhadores. Mas se é isso que ele acha que deve ser o projeto que ele quer apresentar como o apêndice do projeto do Partido dos Trabalhadores, eu acho que ele deve continuar, sim. Ele deve continuar.

Mas, agora, nós tivemos uma eleição municipal, presidente Nelson Leal, aqui na capital, e o PSOL mostrou através do deputado Hilton Coelho que existem pessoas que pensam exatamente como ele, que são 16 mil pessoas. Foram aquelas pessoas que acreditam no projeto ideológico, ainda que seja, como eu digo, sem direção...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado... Meu amigo Alan...

O Sr. Alan Sanches: Só para terminar, porque fui citado, deputado.

(...) com 16 mil votos. E o nosso projeto teve 780 mil votos.

Então, quanto à segurança com que ele fala que não é esse projeto que a população quer, ele precisa combinar com a população. Porque ele só conseguiu combinar com 16 mil pessoas e nós combinamos com 780 mil pessoas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Encerrada a discussão.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Para encaminhar, o deputado Tiago Correia.

O Sr. TIAGO CORREIA: Sr. Presidente, entendendo a importância do projeto relativo à glosa de créditos fiscais, que, inclusive, é um instrumento contra a guerra fiscal que ocorre entre os estados, em que muitas vezes os estados se utilizam desse artifício penalizando os consumidores desses produtos em nosso estado, encaminhamos pela aprovação do projeto com a inclusão da emenda proposta pelo ilustre relator Vitor Bonfim.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Hilton Coelho: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem, o deputado Hilton Coelho.

O Sr. Hilton Coelho: Sr. Presidente, eu não poderia deixar de me pronunciar. Vou fazê-lo rapidamente, sensível especialmente à aprovação do projeto referente à materialização da Lei Aldir Blanc na Bahia. Mas eu não consigo entender o deputado Alan Sanches, depois de 2 anos de trajetória nesta Casa, ouvindo o PSOL ocupar as tribunas com uma coerência de oposição que não me parece usufruir esse bloco que está ocupando e afirmando essa denominação na Assembleia Legislativa da Bahia.

Deputado Alan Sanches, nós somos o mandato que conseguiu judicializar, parar e obrigar o governador Rui Costa a retirar a proposta de reforma da Previdência do estado, quando vocês votaram a favor até o final. Aliás, o deputado não esconde esse

discurso aqui, quando fala sobre a trajetória de votação dos projetos mais conservadores do governo Rui Costa na Assembleia Legislativa. Projetos que encontraram a contraposição do nosso mandato desde o início do processo na posse, quando levamos uma placa para a posse dos deputados, no Teatro Castro Alves, dizendo: “Não ao fechamento das escolas pelo governo Rui Costa.”

Então, a trajetória do Partido Socialismo e Liberdade nesta Casa é uma trajetória nítida de uma oposição programática, coisa que essa Oposição infelizmente não faz. Não sei se pelos acordos que são feitos no sentido de manter uma política de boa vizinhança com a Maioria ou se, talvez, principalmente, pelas mudanças das condições do Partido dos Trabalhadores nessa conjuntura de governo.

Mas o fato é que a quantidade de votos contrários à posição do governo Rui Costa, do Partido Socialismo e Liberdade, sobretudo a nossa posição...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Hilton, para concluir. Tem V. Ex.^a, tem o deputado...

O Sr. Hilton Coelho: Quanto à decisão, à opção do povo de Salvador nas eleições, ela é sempre marcada por um conjunto de manipulações. Mas cada coisa a seu tempo. O PSOL conseguiu ter a segunda votação para vereador na Câmara de Salvador, já conseguiu isso na sua história. Nós tivemos uma das maiores votações...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Para concluir, deputado Hilton.

O Sr. Hilton Coelho: (...) acumulando para, com certeza, ganhar a Prefeitura de Salvador, não necessariamente através da minha pessoa.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância. Sigamos no debate.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto de Lei n.º 24.003/2020, permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado por unanimidade **em discussão única**.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N.º 24.003/2020

Dispõe sobre a remissão parcial e redução de multas e acréscimos moratórios de débitos tributários do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, relativos à glosa de créditos fiscais, na forma que especifica.

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedida remissão de 75% (setenta e cinco por cento) dos débitos tributários de Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS relativos à glosa de créditos fiscais decorrentes de aquisições internas de mercadorias, junto a fabricante habilitado à fruição de incentivo fiscal, realizadas por empresa pertencente ao mesmo grupo econômico que opere como distribuidor, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, inclusive os espontaneamente denunciados pelo contribuinte, ainda que ajuizados, decorrentes de fatos geradores ocorridos até 30 de junho de 2020.

Art. 2º - Ficam reduzidos em 90% (noventa por cento), os valores de multas e os acréscimos moratórios relativos aos débitos tributários de que trata o art. 1º desta Lei, não remetidos.

Art. 3º - A remissão parcial e a anistia de que tratam os arts. 1º e 2º desta Lei são condicionadas, cumulativamente:

I - ao recolhimento do débito tributário não remetido, à vista e em moeda corrente, até 29 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogado, mediante ato do Chefe do Poder Executivo, desde que observado o prazo máximo para adesão previsto no Convênio ICMS 85/20;

II - à desistência de qualquer processo administrativo ou judicial;

III - ao estorno do saldo de créditos fiscais mantido na escrita fiscal do contribuinte.

Art. 4º - A remissão parcial e a anistia de que trata esta Lei não autorizam a restituição ou compensação de valores eventualmente recolhidos.

Art. 5º - Os honorários advocatícios referidos no *caput* do art. 11 da Lei Complementar nº 43, de 25 de outubro de 2017, quando devidos, ficam reduzidos, com base no § 2º do mesmo dispositivo, para os percentuais a seguir indicados, calculados sobre os valores dos débitos tributários reduzidos nos termos desta Lei:

I - 2,5% (dois vírgula cinco por cento), quando inscritos em dívida ativa e não ajuizados;

II - 5 % (cinco por cento), quando inscritos em dívida ativa e ajuizados.

Art. 6º - A adesão aos benefícios previstos nesta Lei não implica transação relacionada aos custos e despesas previstas na legislação processual aplicável aos feitos judiciais em curso.

Art. 7º - O sujeito passivo, para usufruir dos benefícios desta Lei, deverá ainda desistir de eventuais impugnações, defesas e recursos apresentados no âmbito administrativo, bem como desistir de ações judiciais, exceções de pré-executividade ou embargos à execução fiscal, com renúncia ao direito sobre o qual se fundam nos autos judiciais respectivos.

Parágrafo único - Para atendimento ao disposto no *caput* deste artigo, o sujeito passivo deve protocolizar requerimento de desistência de ações judiciais, exceções de pré-executividade ou embargos à execução fiscal, na forma da alínea “c” do inciso III do art. 487 do Código de Processo Civil, ou requerimento de desistência da instância administrativa no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do pagamento.

Art. 8º - A lista dos contribuintes beneficiados com a remissão parcial e a redução de multas e acréscimos moratórios de que tratam os arts. 1º e 2º desta Lei, contendo razão social e o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, será publicada no Diário Oficial do Estado ou na página da Secretaria da Fazenda na *Internet*, no endereço eletrônico www.sefaz.ba.gov.br.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 21 de dezembro de 2020.

Deputado Vitor Bonfim
Relator

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Agora, nós iremos adentrar no Projeto de Lei nº 24.014/2020, de autoria do Poder Executivo. Vou designar como relator o nobre deputado Zé Raimundo.

Com a palavra o deputado Zé Raimundo.

O Sr. Zé Raimundo Lula: Sr. Presidente, só por uma questão técnica. Sr. Presidente, é que o parecer está na mesma máquina, então eu precisaria recebê-lo no e-mail.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Já mandou. Já encaminhou.

O Sr. Zé Raimundo Lula: Eu preciso receber no e-mail, Sr. Presidente, porque ele está na mesma máquina e eu não posso ler.

O Sr. Sandro Régis: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Vou pedir ao pessoal daqui para entrar em contato com V. Ex.^a enquanto eu passo a palavra, pela ordem, ao deputado Sandro Régis.

O Sr. Zé Raimundo Lula: Pois não.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Sandro Régis, pela ordem.

O Sr. Sandro Régis: Eu queria pedir a V. Ex.^a, na sua sensibilidade, já que o projeto está sendo votado também por um gesto da Oposição, gostaria que V. Ex.^a, nesse projeto Aldir Blanc, botasse também um deputado da Oposição como correlator, junto com o deputado Zé Raimundo. Temos dois deputados na Comissão de Constituição e Justiça, então peço a V. Ex.^a, pela sua sensibilidade, que prestigie a nossa Oposição que tem sido muito correta nesta Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): V. Ex.^a será atendido. V. Ex.^a tem o deputado Paulo Câmara e Alan Sanches, qual dos dois indica para ser correlator?

O Sr. Sandro Régis: Para não dizer que eu “puxo a sardinha” só para o meu partido, boto o deputado Paulo Câmara, do PSDB.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): O.k., deputado.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Abra o microfone do deputado Zé Raimundo. Deputado Zé Raimundo, V. Ex.^a, democrata que é, não vai se importar, em função do acordo, em dividir a relatoria com o deputado Paulo Câmara.

O Sr. Zé Raimundo Lula: Pelo contrário, Sr. Presidente. Parabenizo o líder Sandro Régis e V. Ex.^a por essa decisão extremamente pedagógica e exemplar, Sr. Presidente. Quero parabenizar também as falas dos colegas deputados que reconheceram a importância de aprovarmos esse projeto ainda hoje.

Então, Sandro, eu queria, nobre deputado Sandro, parabenizá-lo, da mesma forma que o nosso líder Rosemberg Pinto e os colegas. Para mim, é um privilégio ter um deputado da estatura do deputado Paulo Câmara, que, de fato, é um opositor qualificado ao nosso Governo e que propicia também a reflexão do debate.

Pois não, Sr. Presidente, posso ler o parecer?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pode, sim. Fique à vontade.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o deputado Zé Raimundo.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO LULA: Com esta anotação complementar de que estou sendo correlator, ao lado do deputado Paulo Câmara.

Parecer (Lê) “*Das Comissões de: Constituição e Justiça; Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público; Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo; Direitos Humanos e Segurança Pública...*” e ainda a Comissão de (...) *Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 24.014/2020, de autoria do Poder Executivo, o qual ‘Altera a Lei nº 12.365, de 30 de novembro de 2011, para instituir o Programa Aldir Blanc Bahia, em cumprimento à Lei Federal nº 14.017, de 29 de junho de 2020.’*”

O projeto que ora passo a relatar, de autoria do Poder Executivo, destina-se a instituir o Programa Aldir Blanc Bahia, ‘no âmbito da Política Estadual de Cultura, prevista na Lei nº 12.365, de 30 de novembro de 2011, com procedimentos específicos para a execução das ações emergenciais de apoio ao setor da cultura estabelecidas pela Lei Federal nº 14.017, de 29 de junho de 2020, e pelo Decreto Federal nº 10.464, de 17 de agosto de 2020’, conforme registra o Sr. Governador na Mensagem que acompanha a proposição.

Ressalte-se que a referida Lei Federal dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e destina, para tanto, aos Estados, Distrito Federal e Municípios, a importância total de R\$ 3 bilhões.

De acordo com a proposta do Poder Executivo, ‘deverão ser considerados na implementação do Programa Aldir Blanc Bahia os diversos elos da cadeia produtiva do setor cultural para fortalecer as dimensões cidadã, simbólica e econômica da

cultura, bem como para estimular a criatividade e o pensamento artístico-cultural e para garantir o acesso aos bens e serviços culturais’ (cf. § 1º do art. 33-A, ora introduzido na Lei n.º 12.365/2011). Para sua execução, o projeto prevê ainda a retroatividade ‘à data de publicação da Lei Federal nº 14.017, de 29 de junho de 2020 - Lei Aldir Blanc’ (art. 2º do PL).

Trata-se, portanto,...” Sr. Presidente, colegas, nobres deputados e deputadas, “(...) de matéria de grande relevância para a Administração Estadual e...”, principalmente, Sr. Presidente, “(...) para o setor cultural baiano, devendo, portanto, receber o pleno apoio dos Parlamentares desta Casa.

O projeto não recebeu emendas, e, encontrando-se em conformidade às disposições constitucionais e legais, bem como pelo seu caráter de grande mérito, opino pela aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões,” 21 de dezembro de 2020.

É o parecer, portanto.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Srs. Deputados, em votação no âmbito das comissões.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado.

Agora, iremos para o Plenário.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado por unanimidade **em discussão única**.

PROJETO DE LEI Nº 24.014/2020

Altera a Lei nº 12.365, de 30 de novembro de 2011, para instituir o Programa Aldir Blanc Bahia, em cumprimento à Lei Federal nº 14.017, de 29 de junho de 2020.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A Lei nº 12.365, de 30 de novembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 33-A - Fica criado o Programa Aldir Blanc Bahia, com procedimentos específicos para a execução das ações emergenciais de apoio

ao setor cultural estabelecidas pela Lei Federal nº 14.017, de 29 de junho de 2020, e pelo Decreto Federal nº 10.464, de 17 de agosto de 2020.

§ 1º - Deverão ser considerados na implementação do Programa Aldir Blanc Bahia os diversos elos da cadeia produtiva do setor cultural para fortalecer as dimensões cidadã, simbólica e econômica da cultura, bem como para estimular a criatividade e o pensamento artístico-cultural e para garantir o acesso aos bens e serviços culturais.

§ 2º - A execução do Programa Aldir Blanc Bahia deverá observar o cronograma previsto em lei federal, autorizando a adoção de medidas administrativas específicas e mais céleres.

§ 3º - O prazo mínimo até o recebimento das propostas será de 20 (vinte) dias para as premiações e de 10 (dez) dias para as chamadas públicas integrantes do Programa Aldir Blanc Bahia, contados a partir da última publicação do edital resumido ou da efetiva disponibilidade do edital e respectivos anexos, prevalecendo a data que ocorrer mais tarde.

§ 4º - Qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

§ 5º - Será observado o percentual de 50% (cinquenta por cento) para a destinação de recursos vinculados ao Programa Aldir Blanc Bahia, provenientes da Lei Federal nº 14.017, de 29 de junho de 2020, às iniciativas no setor das linguagens artísticas de grupos de manifestação cultural da população negra, conforme previsto no parágrafo único do art. 34 da Lei nº 13.182, de 06 de junho de 2014.” (NR)

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de publicação da Lei Federal nº 14.017, de 29 de junho de 2020 - Lei Aldir Blanc, que dispõe sobre as ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo Federal nº 6, de 20 de março de 2020.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Parabéns aos senhores e às senhoras parlamentares aqui do nosso querido estado da Bahia.

Agora, nós iremos votar o Projeto de Decreto Legislativo nº 2.922/2020, de procedência da Mesa Diretora.

Designo como relator o deputado Vitor Bonfim.

Deputado Vitor Bonfim, cadê V. Ex.ª? Microfone para o deputado Vitor Bonfim.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra, deputado Vitor Bonfim.

O Sr. VITOR BONFIM: Boa noite, Sr. Presidente, Srs. Deputados, passo a relatar, no âmbito das comissões, o Projeto de Decreto Legislativo, que trata da prorrogação do estado de calamidade nos municípios do estado da Bahia.

Parecer (Lê) “Das Comissões de Constituição e Justiça, Saúde e Saneamento e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Decreto Legislativo no 2.922/2020, o qual ‘Prorroga o prazo de reconhecimento, pela Assembleia Legislativa, de estado de calamidade pública dos municípios baianos que indica.’

A proposição que ora passo a relatar, de autoria da Mesa Diretora desta Casa, tem o objetivo de prorrogar, até 31 de dezembro do presente ano, o prazo de reconhecimento, pela Assembleia, do estado de calamidade pública dos municípios baianos com menos de cem mil habitantes.

Tais municípios tiveram o reconhecimento do estado de calamidade pública ocasionada pela pandemia do coronavírus inicialmente pelo prazo de 90 dias, na expectativa de que o período fosse suficiente para a realização das medidas sanitárias, administrativas e financeiras necessárias ao controle da pandemia. Posteriormente houve prorrogação por igual período, fazendo-se agora necessário o reconhecimento até o final do exercício financeiro, uma vez que a pandemia alastrou-se efetivamente por todos os municípios, a despeito das medidas de enfrentamento e combate à pandemia adotadas pelo governo do estado e pelos prefeitos Municipais, sendo que muitos destes vem solicitando desta Casa a prorrogação até o final do ano de 2020.

O projeto não recebeu emendas. No entanto, considerando que a última prorrogação estendeu-se até o dia 28 de setembro, venho apresentar, na condição de Relator, a seguinte emenda:

Emenda de Relator:

O art. 2º do Projeto de Decreto Legislativo n.º 2.922/2020 passa a ter a seguinte redação: ‘Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 29 de setembro de 2020.’

Justificativa: a presente emenda destina-se a evitar que permaneça um lapso temporal entre a validade da última prorrogação e o início da vigência do Decreto Legislativo ora apreciado.

Ante o exposto, e considerando que a proposição se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, além do seu caráter altamente meritório, opino pela sua aprovação com a modificação introduzida pela emenda de Relator.

É o parecer, s.m.j”, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Em votação no âmbito das comissões.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado.

Agora, no Plenário.

Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa) Aprovado por unanimidade **em discussão única**.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 2.922/2020

Prorroga o prazo de reconhecimento, pela Assembleia Legislativa, de estado de calamidade pública dos municípios baianos que indica.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de atribuição prevista no art. 41, XXII, da Resolução nº. 1193/85 (Regimento Interno), faço saber que o Plenário da Assembleia aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Fica prorrogado até o dia 31 de dezembro de 2020 o prazo de reconhecimento, pela Assembleia Legislativa, do estado de calamidade pública dos municípios baianos integrantes da relação constante do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 29 de setembro de 2020.

Sala das Sessões, 21 de dezembro de 2020.

Deputado Vitor Bomfim
Relator

ANEXO ÚNICO

MUNICÍPIOS COM PRAZO DE RECONHECIMENTO DE ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA PRORROGADO ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2020

MUNICÍPIO	DL N°	PUBLICAÇÃO
Abaíra	2.060/20	2/4/20
Abaré	2.376/20	24/4/20
Acajutiba	2.290/20	16/4/20
Adustina	2.377/20	24/4/20
Água Fria	2.231/20	16/4/20
Aiquara	2.314/20	17/4/20
Alcobaça	2.448/20	18/7/20
Almadina	2.199/20	9/4/20
Amargosa	2.378/20	24/4/20
Amélia Rodrigues	2.050/20	2/4/20
América Dourado	2.379/20	24/4/20
Anagé	2.421/20	29/4/20
Andaraí	2.333/20	17/4/20
Andorinha	2.138/20	9/4/20

Angical	2.417/20	29/4/20
Anguera	2.261/20	16/4/20
Antas	2.221/20	9/4/20
Antônio Cardoso	2.153/20	9/4/20
Antônio Gonçalves	2.408/20	24/4/20
Aporá	2.394/20	24/4/20
Apuarema	2.104/20	9/4/20
Araçás	2.262/20	16/4/20
Aracatu	2.291/20	16/4/20
Araci	2.338/20	17/4/20
Aramari	2.380/20	24/4/20
Arataca	2.227/20	16/4/20
Aratuípe	2.082/20	9/4/20
Aurelino Leal	2.334/20	17/4/20
Baianópolis	2.318/20	17/4/20
Baixa Grande	2.186/20	9/4/20
Banzaê	2.263/20	16/4/20
Barra	2.103/20	9/4/20
Barra da Estiva	2.264/20	16/4/20
Barra do Choça	2.292/20	16/4/20
Barra do Mendes	2.350/20	17/4/20
Barra do Rocha	2.187/20	9/4/20
Barro Alto	2.076/20	9/4/20
Barro Preto	2.123/20	9/4/20
Barrocas	2.182/20	9/4/20
Belmonte	2.232/20	16/4/20
Belo Campo	2.213/20	9/4/20
Biritinga	2.265/20	16/4/20
Boa Nova	2.087/20	9/4/20
Boa Vista do Tupim	2.233/20	16/4/20
Bom Jesus da Lapa	2.451/20	28/8/20
Bom Jesus da Serra	2.258/20	16/4/20
Boninal	2.188/20	9/4/20
Bonito	2.108/20	9/4/20
Boquira	2.131/20	9/4/20
Botuporã	2.075/20	10/4/20
Brejões	2.305/20	16/4/20
Brejolândia	2.351/20	17/4/20
Brotas de Macaúbas	2.319/20	17/4/20
Brumado	2.293/20	16/4/20
Buerarema	2.141/20	9/4/20
Buritirama	2.446/20	30/6/20
Caatiba	2.214/20	9/4/20
Cabaceiras do Paraguassu	2.234/20	16/4/20
Cachoeira	2.320/20	17/4/20
Caculé	2.335/20	17/4/20
Caém	2.093/20	9/4/20
Caetanós	2.266/20	16/4/20
Caetité	2.315/20	17/4/20
Cafarnaum	2.135/20	9/4/20

Cairú	2.267/20	16/4/20
Caldeirão Grande	2.137/20	9/4/20
Camacã	2.268/20	16/4/20
Camamu	2.269/20	16/4/20
Campo Alegre de Lourdes	2.418/20	29/4/20
Campo Formoso	2.077/20	9/4/20
Canápolis	2.222/20	9/4/20
Canarana	2.049/20	2/4/20
Canavieiras	2.336/20	17/4/20
Candeal	2.352/20	17/4/20
Candeias	2.185/20	9/4/20
Candiba	2.183/20	9/4/20
Cândido Sales	2.116/20	9/4/20
Cansanção	2.321/20	17/4/20
Canudos	2.353/20	17/4/20
Capela do Alto Alegre	2.428/20	16/5/20
Capim Grosso	2.160/20	9/4/20
Caraíbas	2.142/20	9/4/20
Caravelas	2.354/20	17/4/20
Cardeal da Silva	2.270/20	16/4/20
Carinhanha	2.429/20	16/5/20
Casa Nova	2.055/20	2/4/20
Castro Alves	2.109/20	9/4/20
Catolândia	2.355/20	17/4/20
Catu	2.337/20	17/4/20
Caturama	2.206/20	9/4/20
Central	2.133/20	9/4/20
Chorrochó	2.235/20	16/4/20
Cícero Dantas	2.398/20	24/4/20
Cipó	2.447/20	18/7/20
Coaraci	2.126/20	9/4/20
Cocos	2.161/20	9/4/20
Conceição da Feira	2.430/20	16/5/20
Conceição do Almeida	2.177/20	9/4/20
Conceição do Coité	2.339/20	17/4/20
Conceição do Jacuípe	2.356/20	17/4/20
Conde	2.051/20	2/4/20
Condeúba	2.216/20	9/4/20
Contendas do Sincorá	2.304/20	16/4/20
Coração de Maria	2.224/20	16/4/20
Cordeiros	2.236/20	16/4/20
Coribe	2.081/20	9/4/20
Coronel João Sá	2.322/20	17/4/20
Correntina	2.271/20	16/4/20
Cotegipe	2.431/20	16/5/20
Cravolândia	2.230/20	16/4/20
Crisópolis	2.237/20	16/4/20
Cristópolis	2.399/20	24/4/20
Cruz das Almas	2.115/20	9/4/20
Curaçá	2.056/20	2/4/20

Dário Meira	2.238/20	16/4/20
Dias D'Ávila	2.121/20	9/4/20
Dom Basílio	2.117/20	9/4/20
Dom Macedo Costa	2.084/20	9/4/20
Elísio Medrado	2.340/20	17/4/20
Encruzilhada	2.400/20	24/4/20
Entre Rios	2.272/20	16/4/20
Érico Cardoso	2.173/20	9/4/20
Esplanada	2.401/20	24/4/20
Euclides da Cunha	2.089/20	9/4/20
Fátima	2.207/20	9/4/20
Feira da Mata	2.419/20	29/4/20
Filadélfia	2.058/20	2/4/20
Firmino Alves	2.436/20	16/5/20
Floresta Azul	2.166/20	9/4/20
Formosa do Rio Preto	2.449/20	28/8/20
Gandu	2.239/20	16/4/20
Gavião	2.357/20	17/4/20
Gentio do Ouro	2.323/20	17/4/20
Glória	2.381/20	24/4/20
Gongogi	2.069/20	9/4/20
Governador Mangabeira	2.158/20	10/4/20
Guajeru	2.112/20	9/4/20
Guanambi	2.294/20	16/4/20
Guaratinga	2.332/20	17/4/20
Heliópolis	2.402/20	24/4/20
Ibiassucê	2.382/20	24/4/20
Ibicaraí	2.217/20	9/4/20
Ibicoara	2.094/20	9/4/20
Ibicuí	2.403/20	24/4/20
Ibipeba	2.129/20	9/4/20
Ibipitanga	2.149/20	9/4/20
Ibiquera	2.358/20	17/4/20
Ibirapitanga	2.404/20	24/4/20
Ibirapuã	2.359/20	17/4/20
Ibirataia	2.124/20	9/4/20
Ibitiara	2.341/20	17/4/20
Ibititá	2.052/20	2/4/20
Ibotirama	2.240/20	16/4/20
Ichu	2.395/20	24/4/20
Igaporã	2.311/20	17/4/20
Igrapiúna	2.127/20	9/4/20
Iguaí	2.180/20	9/4/20
Inhambupe	2.342/20	17/4/20
Ipecaetá	2.295/20	16/4/20
Ipiaú	2.125/20	9/4/20
Ipirá	2.065/20	9/4/20
Ipupiara	2.273/20	16/4/20
Irajuba	2.405/20	24/4/20
Iramaia	2.105/20	9/4/20

Iraquara	2.409/20	24/4/20
Irará	2.343/20	17/4/20
Irecê	2.053/20	2/4/20
Itabela	2.432/20	16/5/20
Itaberaba	2.212/20	9/4/20
Itacaré	2.208/20	9/4/20
Itaetê	2.120/20	9/4/20
Itagi	2.106/20	9/4/20
Itagibá	2.176/20	9/4/20
Itagimirim	2.274/20	16/4/20
Itaguaçu da Bahia	2.122/20	9/4/20
Itaju do Colônia	2.218/20	9/4/20
Itajuípe	2.072/20	9/4/20
Itamaraju	2.152/20	9/4/20
Itamari	2.296/20	16/4/20
Itambé	2.170/20	9/4/20
Itanagra	2.088/20	9/4/20
Itanhém	2.062/20	2/4/20
Itaparica	2.209/20	9/4/20
Itapé	2.360/20	17/4/20
Itapebí	2.397/20	24/4/20
Itapetinga	2.215/20	9/4/20
Itapicuru	2.324/20	17/4/20
Itapitanga	2.349/20	17/4/20
Itaquara	2.275/20	16/4/20
Itarantim	2.118/20	9/4/20
Itatim	2.130/20	9/4/20
Itiruçu	2.297/20	16/4/20
Itiúba	2.276/20	16/4/20
Itororó	2.092/20	9/4/20
Ituaçu	2.148/20	9/4/20
Ituberá	2.241/20	16/4/20
Iuiu	2.073/20	9/4/20
Jaborandi	2.383/20	24/4/20
Jacaraci	2.277/20	16/4/20
Jacobina	2.298/20	16/4/20
Jaguaquara	2.157/20	9/4/20
Jaguarari	2.361/20	17/4/20
Jandaíra	2.128/20	9/4/20
Jeremoabo	2.406/20	24/4/20
Jiquiriçá	2.195/20	9/4/20
Jitaúna	2.064/20	2/4/20
João Dourado	2.278/20	16/4/20
Jussara	2.325/20	17/4/20
Jussari	2.085/20	9/4/20
Jussiape	2.279/20	16/4/20
Lafaiete Coutinho	2.316/20	17/4/20
Lagoa Real	2.223/20	9/4/20
Laje	2.362/20	17/4/20
Lajedão	2.326/20	17/4/20

Lajedinho	2.410/20	24/4/20
Lajedo do Tabocal	2.299/20	16/4/20
Lamarão	2.363/20	17/4/20
Lapão	2.059/20	2/4/20
Lençóis	2.225/20	16/4/20
Licínio de Almeida	2.327/20	17/4/20
Livramento de N. Senhora	2.139/20	9/4/20
Luís Eduardo Magalhães	2.303/20	16/4/20
Macajuba	2.407/20	24/4/20
Macarani	2.193/20	9/4/20
Macaúbas	2.063/20	2/4/20
Macururé	2.247/20	16/4/20
Madre de Deus	2.134/20	9/4/20
Maetinga	2.280/20	16/4/20
Maiquinique	2.300/20	16/4/20
Mairi	2.384/20	24/4/20
Malhada	2.365/20	17/4/20
Malhada de Pedras	2.364/20	17/4/20
Manoel Vitorino	2.422/20	29/4/20
Mansidão	2.444/20	30/6/20
Maracás	2.443/20	30/6/20
Maragogipe	2.281/20	16/4/20
Maraú	2.080/20	9/4/20
Marcionílio Souza	2.242/20	16/4/20
Mata de São João	2.282/20	16/4/20
Matina	2.181/20	9/4/20
Medeiros Neto	2.184/20	9/4/20
Miguel Calmon	2.190/20	9/4/20
Milagres	2.301/20	16/4/20
Mirangaba	2.243/20	16/4/20
Mirante	2.226/20	16/4/20
Monte Santo	2.057/20	2/4/20
Morpará	2.433/20	16/5/20
Morro do Chapéu	2.344/20	17/4/20
Mortugaba	2.385/20	24/4/20
Mucugê	2.283/20	16/4/20
Mucuri	2.171/20	9/4/20
Mulungu do Morro	2.189/20	9/4/20
Mundo Novo	2.441/20	30/6/20
Muniz Ferreira	2.154/20	9/4/20
Muquém do São Francisco	2.411/20	24/4/20
Muritiba	2.328/20	17/4/20
Mutuípe	2.175/20	9/4/20
Nazaré	2.244/20	16/4/20
Nilo Peçanha	2.302/20	16/4/20
Nordestina	2.172/20	9/4/20
Nova Canaã	2.348/20	17/4/20
Nova Fátima	2.366/20	17/4/20
Nova Ibiá	2.090/20	9/4/20
Nova Itarana	2.246/20	16/4/20

Nova Redenção	2.248/20	16/4/20
Nova Soure	2.147/20	9/4/20
Novo Horizonte	2.098/20	9/4/20
Novo Triunfo	2.445/20	30/6/20
Olindina	2.204/20	9/4/20
Oliveira dos Brejinhos	2.367/20	17/4/20
Ouriçangas	2.162/20	9/4/20
Ourolândia	2.386/20	24/4/20
Palmas de Monte Alto	2.345/20	17/4/20
Palmeiras	2.132/20	9/4/20
Paramirim	2.083/20	9/4/20
Paratinga	2.387/20	24/4/20
Paripiranga	2.284/20	16/4/20
Pau Brasil	2.420/20	29/4/20
Pé de Serra	2.219/20	9/4/20
Pedrao	2.165/20	9/4/20
Piatã	2.309/20	16/4/20
Pindai	2.388/20	24/4/20
Pindobaçu	2.197/20	9/4/20
Pintadas	2.259/20	16/4/20
Piraí do Norte	2.249/20	16/4/20
Piripá	2.114/20	9/4/20
Piritiba	2.119/20	9/4/20
Planaltino	2.250/20	16/4/20
Planalto	2.155/20	9/4/20
Poções	2.413/20	24/4/20
Pojuca	2.159/20	9/4/20
Ponto Novo	2.198/20	9/4/20
Potiraguá	2.442/20	30/6/20
Prado	2.048/20	2/4/20
Pres. Jânio Quadros	2.144/20	9/4/20
Pres. Tancredo Neves	2.113/20	9/4/20
Presidente Dutra	2.251/20	16/4/20
Queimadas	2.140/20	9/4/20
Quijingue	2.061/20	2/4/20
Quixabeira	2.102/20	9/4/20
Rafael Jambeiro	2.389/20	24/4/20
Remanso	2.151/20	9/4/20
Retirolândia	2.368/20	17/4/20
Riachão das Neves	2.434/20	16/5/20
Riachão do Jacuípe	2.143/20	9/4/20
Riacho de Santana	2.174/20	9/4/20
Ribeira do Amparo	2.374/20	17/4/20
Ribeira do Pombal	2.196/20	9/4/20
Ribeirão do Largo	2.369/20	17/4/20
Rio de Contas	2.070/20	9/4/20
Rio do Antônio	2.111/20	9/4/20
Rio do Pires	2.099/20	9/4/20
Rio Real	2.068/20	9/4/20
Rodelas	2.306/20	16/4/20

Ruy Barbosa	2.101/20	9/4/20
Salinas da Margarida	2.317/20	17/4/20
Santa Bárbara	2.168/20	9/4/20
Santa Brígida	2.346/20	17/4/20
Santa Cruz da Vitória	2.285/20	16/4/20
Santa Cruz de Cabralia	2.110/20	9/4/20
Santa Inês	2.167/20	9/4/20
Santa Luz	2.390/20	24/4/20
Santa Luzia	2.169/20	9/4/20
Santa Maria da Vitória	2.210/20	9/4/20
Santa Rita de Cássia	2.423/20	29/4/20
Santa Terezinha	2.329/20	17/4/20
Santana	2.163/20	9/4/20
Santanópolis	2.312/20	17/4/20
Santo Amaro	2.252/20	16/4/20
Santo Estevão	2.201/20	9/4/20
São Domingos	2.047/20	2/4/20
São Felipe	2.286/20	16/4/20
São Félix	2.370/20	17/4/20
São Felix de Coribe	2.313/20	17/4/20
São Gabriel	2.347/20	17/4/20
São Gonçalo dos Campos	2.220/20	9/4/20
São José da Vitória	2.071/20	9/4/20
São José do Jacuípe	2.100/20	9/4/20
São Miguel das Matas	2.435/20	16/5/20
São Sebastião do Passé	2.203/20	9/4/20
Sapeaçu	2.253/20	16/4/20
Sátiro Dias	2.371/20	17/4/20
Saubara	2.438/20	16/5/20
Saúde	2.200/20	9/4/20
Seabra	2.150/20	9/4/20
Sebastião Laranjeiras	2.424/20	29/4/20
Senhor do Bonfim	2.145/20	9/4/20
Sento Sé	2.096/20	9/4/20
Serra do Ramalho	2.136/20	9/4/20
Serra Dourada	2.229/20	16/4/20
Serra Preta	2.287/20	16/4/20
Serrinha	2.078/20	9/4/20
Serrolândia	2.288/20	16/4/20
Sítio do Mato	2.391/20	24/4/20
Sítio do Quinto	2.372/20	17/4/20
Sobradinho	2.194/20	9/4/20
Souto Soares	2.260/20	16/4/20
Tabocas do Brejo Velho	2.375/20	17/4/20
Tanhaçu	2.425/20	29/4/20
Tanque Novo	2.254/20	16/4/20
Tanquinho	2.439/20	23/5/20
Taperoá	2.412/20	24/4/20
Tapiramutá	2.067/20	9/4/20
Teodoro Sampaio	2.426/20	29/4/20

Teofilândia	2.256/20	16/4/20
Teolândia	2.255/20	16/4/20
Terra Nova	2.373/20	17/4/20
Tremedal	2.330/20	17/4/20
Tucano	2.179/20	9/4/20
Uauá	2.146/20	9/4/20
Ubaíra	2.074/20	9/4/20
Ubaitaba	2.178/20	9/4/20
Ubatã	2.257/20	16/4/20
Uibaí	2.054/20	2/4/20
Umburanas	2.156/20	9/4/20
Uma	2.079/20	9/4/20
Urandi	2.396/20	24/4/20
Uruçuca	2.331/20	17/4/20
Utinga	2.192/20	9/4/20
Valença	2.289/20	16/4/20
Valente	2.097/20	9/4/20
Várzea da Roça	2.392/20	24/4/20
Várzea do Poço	2.245/20	16/4/20
Várzea Nova	2.437/20	16/5/20
Varzedo	2.228/20	16/4/20
Vera Cruz	2.164/20	9/4/20
Vereda	2.095/20	9/4/20
Wagner	2.310/20	17/4/20
Wanderley	2.427/20	29/4/20
Wenceslau Guimarães	2.205/20	9/4/20
Xique-Xique	2.393/20	24/4/20

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Como não tem mais nenhuma matéria na Ordem do Dia, eu vou encerrar esta sessão. Mas antes, nós já temos convocada uma sessão extraordinária, que eu já li lá no início, para votar o Requerimento de Urgência nº 9.693/2020; Requerimento de Prioridade nº 9.694/2020; Requerimento de Prioridade nº 9.695/2020; o Projeto de Lei nº 23.866/2020.

Como não tem mais nenhuma matéria constante na Ordem do Dia, declaro encerrada a presente sessão, convocando uma a ser iniciada 1 minuto após o encerramento desta.

Encerrada a sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra